

RICARDO TAKAYUKI TADOKORO

**FLASKÔ NA CONTRAMÃO:  
A experiência de controle operário em uma fábrica  
ocupada no Brasil**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Ciências Sociais.

Área de concentração: Sociologia e Antropologia.

Orientador: Prof. Dr. Edilson José Gracioli

UBERLÂNDIA

2013

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

---

T122f Tadokoro, Ricardo Takayuki, 1985-  
2013 Flaskô na contramão: a experiência de controle operário em uma  
fábrica ocupada no Brasi I / Ricardo Takayuki Tadokoro. -- 2013.

145 f.: il.

Orientador: Edilson José Gracioli.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,  
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais.

Inclui bibliografia.

1. Sociologia - Teses. 2. Trabalho - Aspectos SOCiais - Teses.  
3. Fábricas - Condições sociais - Teses. 4. Movimento operário - Teses.  
5. Conselhos de fabrica - Teses. I. Gracioli, Edilson José. II. Universida-  
de Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Ciências  
Sociais. III. Título.

CDU: 316

---

RICARDO TAKAYUKI TADOKORO

**FLASKÔ NA CONTRAMÃO:  
A experiência de controle operário em uma fábrica  
ocupada no Brasil**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Ciências Sociais.

Área de concentração: Sociologia e Antropologia.

Uberlândia, 11 de Janeiro de 2013

Banca Examinadora

---

Prof. Dr. Edilson José Graciolli – Orientador

---

Prof. Dra. Patrícia Vieira Trópia - UFU

---

Prof. Dr. Marco Antonio Perruso - UFRJ

Dedico esta dissertação aos meus pais  
Gilda e Salvador.

## **AGRADECIMENTOS**

Ao meu orientador Prof. Dr. Edilson José Gracioli, pelas suas fundamentais contribuições para essa dissertação, pela paciência e confiança.

Ao professor Leonardo Barbosa e Silva por participar da qualificação dessa pesquisa e por aceitar o convite para ser suplente na banca de defesa.

À professora Marisa Silva Amaral por aceitar o convite para ser suplente na banca de defesa dessa pesquisa.

À professora Patrícia Vieira Trópia por participar da etapa de qualificação e como coordenadora do PPGCS que me incentivou e auxiliou nos momentos mais difíceis. Fica o registro também para o professor e atual coordenador do PPGCS Marcel Mano.

Ao professor Marco Antonio Perruso que se prontificou de imediato e aceitou o convite de participar dessa banca de mestrado.

À Universidade Federal de Uberlândia e ao Instituto de Ciências Sociais pela oportunidade de realizar este curso, na vivência cotidiana com professores, funcionários e colegas de classe.

A CAPES pela bolsa, que me garantiu condições materiais para prosseguir com minha pesquisa.

Aos meus estimados amigos do Movimento Estudantil da UFU.

Aos meus pais Gilda e Salvador, meu irmão Gustavo pela ajuda, compreensão e carinho, sendo pilares de sustentação nas horas mais difíceis.

À Flavia e Sangelita que me auxiliaram na revisão do texto e me incentivaram nos momentos mais difíceis para conclusão deste trabalho.

Aos trabalhadores da Flaskô, em especial “Xaolin”, “Batata”, Alexandre Mandl e Felipe Monteiro.

Amanhã ou depois de amanhã  
Resistindo na boca da noite um gosto de sol  
(Milton Nascimento, 1972).

## RESUMO

Nos últimos anos observamos o fechamento e abandono de empresas, dentro de um novo arranjo internacional, pressionadas pela concorrência monopolística dos grandes capitais inseridos a partir do processo financeirização mundial e de uma crise estrutural do capital, ainda em marcha. Em resposta a esses acontecimentos, trabalhadores prestes a ficarem desempregados resistiram e assumiram algumas empresas, em uma perspectiva de coletividade e autogestão que ficaram conhecidas como "Fábricas Ocupadas". O objetivo desta dissertação será analisar em que medida as experiências de ocupações de fábricas por trabalhadores são alternativas históricas ao modo de produção capitalista ou apenas parte de uma estratégia de sobrevivência frente a um quadro de crise estrutural do capital. Utilizaremos a pesquisa bibliográfica e de campo em que são analisadas e compreendidas as condições e formas de organização, mobilização e resistência dos trabalhadores da Flaskô. As ocupações de fábricas e o regime de controle operário na contemporaneidade são um fenômeno que faz parte do processo histórico e dialético da sociedade de formação capitalista. Evidenciamos, assim, que a experiência remete em grande medida ao processo da luta de classes que reverbera profundas contradições e antagonismos sociais ainda não resolvidos.

**Palavras-chave:** Fábricas ocupadas. Autogestão. Conselho operário. Controle operário. Movimento operário. Flaskô.

## ABSTRACT

Lately we can observe the closure and abandon of companies in a new international arrangement pressed by the monopolist competition of the large capital inserted starting on the process of worldwide financialization and of a structural crisis marching. In response to these events, workers about to be unemployed resisted and assumed the control of companies in a perspective of community and self-management which became known as “Occupied Factories”. The objective is to analyze the extent of the experience of occupied factories by workers are historical alternatives to the capitalist mode of production or merely part of a survival strategy against a front frame of a structural crisis of the capital. We use the bibliographic research and the field incursions where are analyzed the conditions and forms of organization, mobilization and resistance of the Flaskô workers. The contemporary factories occupations and the system of worker’s control are part of a historical and dialectical process of the capitalist society formation. Thereby we will put in evidence an experience which largely refers to the process of the class struggle that reverberates deep contradictions and social antagonisms still unresolved.

**Keywords:** Occupied factories. Self management. Council workers. Workers' control. The labor movement. Flaskô.

## LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 -	Vista área por satélite da Flaskô. ....	58
Imagem 2 -	Boletim interno da Flaskô - A Voz do Trabalhador nº 01 anunciando a ocupação da fábrica.....	66
Imagem 3 -	Boletim Interno da Flaskô de Outubro de 2003 com informes sobre a Pré Conferência .....	69
Imagem 4 -	Foto de cartaz na portaria principal da fábrica anunciando abertura das inscrições dos candidatos para Conselho de Fábrica.....	70
Imagem 5 -	Placa dentro da produção com o dizer da política de qualidade da Flaskô.....	71
Imagem 6 -	Foto da sala do setor de Mobilização da Flaskô. ....	73
Imagem 7 -	Foto de uma faixa colocada em uma das casas da Vila Operária .....	80

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 - Faturamento da HB Industrial (1989 e 1990).....	59
--	----

## LISTA DE SIGLAS

ADS	Agência de Desenvolvimento Solidário
AIT	Associação Internacional dos Trabalhadores
ANTEAG	Associação Nacional dos Trabalhadores em Autogestão
AIT	Associação Internacional dos Trabalhadores
ASCAMARA	Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis de Araguari
CCQ	Programas de Qualidade Total
CDH	Comissão de Legislação Participativa da Comissão de Direitos Humanos
AIT	Associação Internacional dos Trabalhadores
CHB S. A.	Corporação Holding do Brasil S.A
CPFL	Companhia Paulista de Força e Luz
COB	Central Obrera Boliviana
CUT	Central Única dos Trabalhadores
FRETECO	Frente Revolucionária Trabalhadores de Empresas em Cogestão e Ocupadas
INSS	Instituto Nacional de Seguro Social
MFO	Movimento das Fábricas no Brasil
MNER	Movimento Nacional de Empresas Recuperadas
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTST	Movimento dos Trabalhadores Sem Teto
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PITCE	Política Industrial, Tecnológica e de Comércio no Exterior
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PT	Partido dos Trabalhadores
RENAP	Rede Nacional de Advogados Populares
SENAES	Secretaria Nacional de Economia Solidária
SPD	Partido o Social Democrata Alemão
UNT	União Nacional dos Trabalhadores
UNISOL	Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>14</b>
<b>CAPÍTULO 1</b>	
<b>O PROCESSO DE FORMAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA E O SURGIMENTO DO CONTROLE OPERÁRIO .....</b>	<b>24</b>
1.1 LUTA E RESISTÊNCIA DA CLASSE TRABALHADORA AO CAPITAL .....	24
1.2 ORIGENS DO CONTROLE OPERÁRIO.....	40
<b>CAPÍTULO 2</b>	
<b>OCUPAR, PRODUZIR, RESISTIR: O CASO FLASKÔ E O DIFÍCIL CAMINHO CONTRA A CORRENTEZA.....</b>	<b>57</b>
2.1 OCUPAR: ANTECEDENTES DA TOMADA DA FLASKÔ PELOS TRABALHADORES .....	57
2.2 PRODUZIR: FLASKÔ SOB CONTROLE OPERÁRIO .....	66
2.3 RESISTIR: O PROCESSO DE LUTA PELA MANUTENÇÃO DO CONTROLE OPERÁRIO SOBRE A FLASKÔ .....	75
2.4 A DEFESA DA ESTATIZAÇÃO SOB CONTROLE OPERÁRIO .....	81
<b>CAPÍTULO 3</b>	
<b>FLASKÔ - ESTRATÉGIA DE SOBREVIVÊNCIA OU ALTERNATIVA A ORDEM SOCIOMETABÓLICA DO CAPITAL? .....</b>	<b>91</b>
3.1 AS OCUPAÇÕES NA AMÉRICA LATINA NO SÉCULO XXI .....	91
3.2 MOVIMENTO DA CONTINUIDADE NA DESCONTINUIDADE: A OFENSIVA DO CAPITAL E OS LIMITES CONTEMPORÂNEOS ÀS EXPERIÊNCIAS DE CONTROLE OPERÁRIO NA FLASKÔ .....	98
3.3. O PROJETO DE EMANCIPAÇÃO HUMANA E A SUPERAÇÃO DA ORDEM SOCIOMETABÓLICA CAPITALISTA .....	104
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>109</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>113</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>118</b>
<b>APÊNDICE .....</b>	<b>143</b>

## INTRODUÇÃO

### O ponto de partida

O interesse pela pesquisa sobre o tema das experiências de empresas autogestionadas por trabalhadores partiu das reflexões e provocações levantadas a partir do trabalho de conclusão da graduação em Ciências Sociais intitulado “*Cidadão de papelão: precariedade e informalidade entre os catadores de materiais recicláveis*” (TADOKORO, 2010) no qual analisei a organização dos trabalhadores de catadores de materiais recicláveis no município de Araguari (MG) em torno da Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis de Araguari (ASCAMARA) nos moldes cooperativistas no Brasil. Constatei que, no caso específico dos catadores da ASCAMARA, foi possível apreender uma das dimensões nefastas da subsunção do trabalho ao capital que acontece não somente na esfera econômica, como também na esfera política. Subsunção essa nos moldes da informalidade, fenômeno cada vez mais comum em nossa sociedade, embora se deva reconhecer que o trabalho informal sempre esteve presente no capitalismo e nem de longe pode ser pensado em termos de “atípico”. Podemos dizer que o trabalho informal é a potencialização da fragmentação social do trabalhador, gerando um (não) cidadão enfraquecido em termos de direitos sociais, dificultando inclusive sua organização como classe, ou segmento da classe trabalhadora. Por isso, formalizar a relação de compra e venda da força de trabalho foi, historicamente, uma das formas de resistência dos trabalhadores.

Tal resultado apresentava-se na contramão de um dos discursos dos que defendem a ideologia do cooperativismo no Brasil em que o trabalho sob essa forma de organização (que

inclusive tem status jurídico-político<sup>1</sup>) propiciaria, segundo vários autores e abordagens, autonomia aos trabalhadores associados em uma perspectiva emancipadora e “sem patrão”.

Aponte para a seguinte constatação:

No caso da ASCAMARA e de muitos outros catadores o seu suposto trabalho independente é executado segundo uma obrigação por resultados, portanto, sob rigoroso controle e sob maior exploração. A sua pseudo-autonomia é marcada pelo dessalariamento e precariedade que não necessita da figura do “patrão”. A própria cadeia produtiva da indústria do reciclável se encarrega de submetê-los a um regime hierárquico de subsunção. A organização social da produção presente na associação está nos moldes capitalistas da exploração da força de trabalho tornando-a apenas um apêndice das indústrias de recicláveis. O real controle e poder de decisão da produção estão nas mãos das indústrias e não dos catadores (TADOKORO, 2010, p.63).

A partir desses resultados e com a perspectiva de dar continuidade aos estudos da linha de pesquisa “Classes trabalhadoras: condições de trabalho e vida” (esta pertencente ao Grupo de Pesquisa: Trabalhadores, Sindicalismo e Política - UFU), buscou-se problematizar as formas de ser da classe trabalhadora não somente em função das mudanças nos processos produtivos e das modalidades de precarização do mundo do trabalho, mas também em suas experiências de sociabilidade e práticas de resistência. Com isso chega-se à experiência das fábricas ocupadas no Brasil que acompanhou o movimento da volta de eclosões dessas formas de resistência e luta pela América Latina a partir dos anos 2000.

### **Marcos gerais e apresentação do tema**

A nova ofensiva do capital das últimas décadas sustentada pelo neoliberalismo e a reestruturação produtiva impõe à sociedade riscos reais para o caminho da barbárie e

---

<sup>1</sup> Lei nº 5.764, de 16 de Dezembro de 1971.

destruição, tanto no plano social como no ecológico. Seu caminho implica a intensificação da exploração da força de trabalho e dos recursos naturais.

Esta ofensiva levou o mundo para uma conjuntura atual de crise estrutural que está abalando as bases civilizatórias que o próprio capital construiu historicamente. Desde a crise de 2008 os mercados financeiros centrais (formado pelos mercados hipotecários, bancário, acionário e de papéis em geral do sistema financeiro globalizado) não conseguem se recuperar de um problema gerado por eles mesmos. Países centrais como os Estados Unidos, Japão e do continente Europeu vivenciam uma recessão econômica mesmo após injeção de trilhões de dólares dos Estados nacionais na tentativa de salvar a quebradeira de bancos falidos.

As soluções para os economistas, intelectuais e políticos da ordem capitalista são dramáticas: receituários econômicos de austeridade fiscal, corte de direitos sociais, flexibilização das leis trabalhistas, etc. São de duvidosa eficácia essas soluções imanadas pelo próprio sistema, pois, o sistema metabólico do capital não tem limites para sua expansão que se converte cada vez mais em um processo incontrolável e destrutivo (MÉSZÁROS, 2002).

Esse cenário de aprofundamento da crise do sistema capitalista, que vem se intensificando desde a década de 1980, atualmente deixa claro que se trata também de uma crise do padrão ou regime de acumulação neoliberal, afetando países periféricos e centrais.

Na América Latina observa-se outro fenômeno diante desse contexto: o fechamento e abandono de empresas dentro de um novo arranjo internacional, em que tais empresas são pressionadas pela concorrência monopolística dos grandes capitais inseridos a partir do processo financeirização mundial. Em resposta a esses acontecimentos (e a própria crise capitalista), trabalhadores, prestes a ficarem desempregados, aqui ou acolá resistiram e assumiram as empresas em uma perspectiva de coletividade e autogestão que ficaram conhecidas como “Empresas Autogestionárias”, “Fábricas Recuperadas” ou “Fábricas Ocupadas”. Observa-se que esse fenômeno é, em grande medida, resposta ao desemprego,

como pior flagelo da classe operária. O desenvolvimento contínuo do capitalismo, no qual observamos o movimento de surgimento de novas empresas, bem como o declínio e falência de outras, acompanham as crises e depressões que desestabilizam a sociedade, colocando os trabalhadores em movimento.

Retorna-se então, a um espectro de questões relacionadas à problematização das possibilidades para os trabalhadores de efetivarem uma prática de trabalho emancipado, isto é, fora da perspectiva de alienação da organização capitalista de produção. Compreende-se o papel central que a classe trabalhadora ainda possui como sujeito dos processos de transformação social e o trabalho como condição de existência social do homem (ANTUNES, 2000). Nessa perspectiva, a teoria marxista será um elemento central que norteará as reflexões analíticas neste trabalho, demonstrando a atualidade da luta de classes e do trabalho em sua forma de exploração capitalista na dinâmica central da sociedade contemporânea, contrariando as teses sobre o fim das classes sociais e o fim da história<sup>2</sup>.

Elencamos de maneira privilegiada a categoria de análise “classe”, entendendo como uma categoria operante que os cientistas sociais e historiadores utilizam para compreender as sociedades humanas e como eles fazem presença em um determinado espaço social. Ao se referenciar pelo conceito de classe é sempre necessário tomar cautela em relação às encruzilhadas teóricas sobre as quais é necessário atentarmos para três aspectos fundamentais: 1) não levar em consideração o primado epistêmico sobre o real; 2) não considerá-lo como algo estanque ou inerte e 3) observar que as várias teorias sobre classe possuem um variado matiz de concepções e compromissos político-ideológicos. As teorias que supõem o fim das classes sociais no capitalismo contemporâneo buscam mascarar os

---

<sup>2</sup> Destaca-se entre as principais referências dessas teorias: Francis Fukuyama, André Gorz, Claus Offe.

antagonismos ainda existentes e demarcam claramente oposição às teorias que visam uma transformação radical da sociedade.

A partir da tese de Marx presente no Manifesto Comunista de que a história do homem e sua força motriz é a história da luta de classes, a questão não é somente enfatizar a existência de categorias diferentes entre si, mas agrupamentos humanos que são subordinados uns aos outros. Os elementos que estabelecem esta relação podem ser os mais variados, englobando aspectos culturais, econômicos, sociais e políticos que indicam desigualdades sociais, ou, de forma mais ampla e profunda, assimetrias estruturais de natureza sócioeconômica.

É importante ressaltar a dimensão não estática das “classes sociais”, portanto, essa é uma categoria histórica que está associada a um conjunto de transformações da sociedade, sendo mutáveis ao longo do tempo (STAVENHAGEN, 1973). O movimento societal é dialético e constante permitindo também entender que a classe possui uma dimensão relacional, ou seja, esta classe só existe em função da existência de outra(s). Nesse sentido, faz-se necessário compreender em Marx a distinção dos mais variados modos de produção e sua dinâmica mutável, não traduzindo portanto, uma dimensão teleológica da história humana. É, pois, na busca pelas condições materiais de existência que o homem institui relações sociais de produção e desenvolve um conjunto de forças produtivas. Esse desenvolvimento permitiu que agrupamentos humanos subordinassem uns aos outros, mediante a exploração do trabalho em sua dimensão mais ampla pautada no intercâmbio entre homem e natureza com vistas a satisfazer as necessidades sejam elas “do estômago” ou “da fantasia”. Isso conferiu a cada estrutura sócioeconômica e a cada etapa histórica seu conteúdo e sua forma, por exemplo nas sociedades de modo de produção escravista e feudal, ambas com suas particularidades que definem formas de organização e subordinação das classes sociais diferentes entre si.

Desde o final dos anos 1960 e início dos anos 1970, a sociedade contemporânea vivencia um conjunto de transformações que afetaram suas formas de ser e realizar-se, tanto nas esferas da materialidade, quanto da subjetividade. Essas transformações sob a ordem social do capital se assentam sobre o terreno dos impactos do ideário neoliberal e da reestruturação produtiva flexível. Trata-se de respostas a uma crise estrutural do capital (MÉSZÁROS, 2009) que abre um processo contínuo depressivo após um longo período de acumulação de capitais que ocorreu no apogeu do modelo de produção fordista e o Estado de Bem-Estar-Social keynesiano. Seus impactos se expressam em profundas mutações no mundo do trabalho como, por exemplo, o crescimento do desemprego estrutural, massivo e crônico, precarização das condições e relações de trabalho, aumento dos postos de trabalhos “informais”, fratura das formas de organização coletiva dos trabalhadores, refluxo dos direitos sociais, etc. (ANTUNES, 2000). O fato é que o objetivo central desse processo de organização do trabalho é a intensificação das condições de exploração da força de trabalho que traz como repercussão o crescimento do desemprego estrutural e de postos de trabalhos precarizados, aumento da fragmentação da classe trabalhadora e destruição do sindicalismo de classe.

Esse cenário de aprofundamento da crise do sistema capitalista se intensifica na década de 1990, afetando não somente países periféricos como também países centrais. Apesar do multifacetamento das classes trabalhadoras nas últimas quatro décadas e vinculado à perda de sua capacidade de organização política e de resistência, não significa que a luta de classes caiu por terra. A atual crise econômica que se iniciou em 2008 nos revela a vivacidade do conflito entre capital e trabalho traduzido em várias greves no mundo (Grécia, Portugal, França, Inglaterra, etc.), com a mobilização de trabalhadores e estudantes nas ruas de vários países em greves gerais. Ainda acompanhamos o surgimento de vários movimentos

sociais no Brasil que apontam para uma perspectiva antagônica ao modelo de sociedade capitalista.

O movimento de fábricas ocupadas como a Flaskô se insere nesse processo. Cabe a nós cientistas sociais e historiadores captarmos o processo de heterogeneização (que ocorre desde a origem do capitalismo) e a transformação das classes trabalhadoras, tanto nas suas dimensões objetivas como também subjetivas capazes de entender as dinâmicas sociais das classes bem como o imaginário coletivo e como ele irá se reapropriar dessa nova dinâmica.

A problemática da pesquisa vai ao encontro do conjunto dessas reflexões ao pensar as potencialidades das fábricas ocupadas na luta anticapital contemporânea, analisando seu movimento, que se apresenta ora como forma de ofensiva, ora como formas de estratégias defensivas, dentro de um processo em que muitas das vezes o comportamento operário e sindical foi a adequação com as políticas do Estado e não avançou no enfrentamento ao capital. Em muitos casos, os trabalhadores, diante do fechamento de empresas, optaram por criação de cooperativas, troca de créditos trabalhistas por parte ou totalidade dos bens das empresas falidas ou arrendamento dos bens da empresa, poucos se arriscaram como os trabalhadores da Flaskô em uma perspectiva de maior radicalização da resistência, optando pela defesa do controle da produção e gestão da fábrica, por um modelo de controle operário com maior autonomia.

Pesquisas recentes como Verago (2010) e Novaes (2005), apresentam contribuições, demonstrando os limites e condicionantes vividos pelas cooperativas tradicionalmente organizadas pelo ordenamento jurídico do Estado e as outras formas de sua intervenção em que seu resultado é a maior integração ao sistema do capital. As fábricas ocupadas, apesar de também estarem inseridas na ordem econômica do capital e serem influenciadas por ela, apresentam uma dimensão política qualitativamente diferenciada entre as outras formas de respostas dos trabalhadores em função do fechamento de empresas. A hipótese a ser

trabalhada é de que essas experiências possuem um germe e potencial revolucionário na medida em que a luta política travada por esse caminho desenvolve a consciência de classe e a experiência política dos trabalhadores envolvidos em uma perspectiva de “expropriação dos expropriadores”. Para aqueles que buscam uma teoria da transição (MÉSZÁROS, 2002) na perspectiva da superação da sociedade dividida em classes pelo capital, as experiências das fábricas ocupadas podem ser “janelas e portas” que nos oferecem alternativas viáveis.

Busca-se também colocar no horizonte da compreensão como as classes trabalhadoras organizadas nessas fábricas produzem sua intervenção nas diversas esferas, quais sejam: política, econômica, cultural, a partir de suas interações e sociabilidades com os diversos sujeitos sociais e entre si mesmas.

O objeto de pesquisa para captar esse fenômeno foi uma situação concreta de fábrica ocupada e gerida pelos trabalhadores: a empresa Flaskô (Sumaré/SP). Trata-se de uma empresa que desde o início dos anos 2000 vem sendo controlada por trabalhadores, registrando um histórico de muitos embates políticos com empresários e poder público.

Além das dificuldades em analisar de forma mais abrangente o movimento de ocupações de fábricas no Brasil, devido a sua fragmentação, períodos curtos de duração e poucas referências e fontes sistematizadas, elegemos a Flaskô como estudo de caso por ser a única fábrica atualmente sob o controle dos trabalhadores em regime de conselho operário. Trata-se de uma empresa que se destacou e consolidou no cenário nacional devido a sua longevidade de resistência que se desenvolve há oito anos. Sua história de resistência e luta é exemplo de uma situação concreta, que expressa e converge com o conjunto de lutas atuais dos trabalhadores do Brasil, com vistas à manutenção de seus empregos e sobrevivência, ao mesmo tempo em que buscam uma perspectiva política de superação da ordem capitalista.

Portanto, a pesquisa tem como objetivo geral analisar o caso específico da fábrica ocupada Flaskô, refletindo sobre em que medida as experiências de ocupações de fábricas por trabalhadores são alternativas/enfrentamentos históricos ao modo de produção capitalista ou apenas parte de uma estratégia de sobrevivência frente a um quadro de crise do capital. Problematisa-se também qual o significado que a experiência das ocupações de fábricas e sua autogestão têm para os trabalhadores e quais as possibilidades para efetivação de novas relações de trabalho emancipado.

A metodologia empregada na pesquisa consiste nos métodos de pesquisa bibliográfica e de campo, em que são analisadas e compreendidas as condições e formas de organização, mobilização e resistência dos trabalhadores nas fábricas ocupadas. Possui uma abordagem de caráter investigativo em um contexto social e dialético, relacionando dados de outras pesquisas, situações concretas da realidade social do universo empírico selecionado com o movimento da totalidade social constituída pelo capital. Sendo assim a pesquisa pretende contribuir na compreensão das características gerais encontradas na pluralidade das formas de luta da classe trabalhadora, além de se propor a apresentar contribuições para as futuras formas organizativas.

Sendo assim a exposição dos resultados da pesquisa será apresentada em três capítulos. No primeiro capítulo “O processo de formação da classe trabalhadora e o surgimento do controle operário” será analisada a formação do movimento operário, localizando as experiências de controle operário no processo histórico da luta de classes que reverberam profundas contradições e antagonismos sociais. Para isso percorremos de maneira sintética a formação da classe operária, suas formas de resistência e organização a nível mundial, chegando à formação da classe trabalhadora no Brasil.

No segundo capítulo “Ocupar, produzir e resistir: o caso Flaskô e o difícil caminho contra a correnteza” será apresentado o estudo de caso realizando a caracterização e histórico da formação da

fábrica passando por seu processo pré-falimentar até chegar a sua ocupação pelos trabalhadores. Também será discutido o processo de resistência e organização, como também as reivindicações dos trabalhadores da Flaskô, mediante as dificuldades enfrentadas na gestão da fábrica, dívidas deixadas pelos antigos proprietários e ataques da mídia, do estado e do patronato.

Por fim no capítulo “Flaskô – estratégias de sobrevivência ou alternativa a ordem sociometabólica do capital?” faremos uma reflexão sobre o potencial dessa experiência para o processo de desenvolvimento da consciência de classe no envolvimento da luta política da fábrica, bem como os limites que uma fábrica ocupada dentro do sistema capitalista enfrenta para a superação do trabalho alienado e da ordem social contemporânea.

# CAPÍTULO 1

## O PROCESSO DE FORMAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA E O SURGIMENTO DO CONTROLE OPERÁRIO

### 1.1 Luta e resistência da classe trabalhadora ao capital

Antes de chegarmos à análise do objeto de pesquisa, parte-se da necessidade de estabelecermos uma localização das experiências de controle operário oriundo de ocupações de empresas dentro dos marcos de uma ordem societal historicamente constituída. Trata-se então, de entender que este fenômeno faz parte do processo histórico e dialético da sociedade de formação capitalista. Esse processo, apesar de ser recente na história da humanidade, tem uma grande complexidade de fatos, trajetórias e experiências articulados de forma direta ou indireta entre si, com assimetrias e simetrias, mas que constituem uma totalidade histórica do capital, algo que não conseguiremos abarcar por completo neste tópico. Faremos um compêndio, uma caracterização geral para evidenciar que a experiência contemporânea das ocupações de fábricas remete em grande medida ao processo da luta de classes que reverbera profundas contradições e antagonismos sociais ainda não resolvidos. Percorreremos de maneira sintética a formação da classe operária, suas primeiras formas de resistência e organização a nível mundial, chegando a formação da classe trabalhadora no Brasil.

Mészáros (2002), ao fazer o resgate da obra de Marx, utiliza-se da expressão ordem sociometabólica para mencionar as relações em que “o ser humano, com a própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio natural com a natureza” (MARX, 2004). É por intermédio desse intercâmbio, realizado pelo trabalho, que o homem então modifica a

natureza externa e a sua própria natureza colocando em movimento a existência humana. Ao longo da história da humanidade observamos as diversas formas de metabolismo social organizadas por uma divisão social trabalho, seja sob a forma de trabalho escravo, servil ou, como no presente, o trabalho assalariado.

No sistema de metabolismo social do capital encontramos uma divisão social do trabalho que subordina-o estruturalmente ao capital por meio de um processo histórico que separa os meios de produção e o controle de seu produto de um contingente de indivíduos que se configura nas classes trabalhadoras. Estamos tratando de uma produção e reprodução de vida social em que os homens estabelecem relações determinadas, necessárias que independem de sua vontade e que correspondem a um determinado desenvolvimento de suas forças produtivas materiais.

Instaura-se um modo de controle sociometabólico em que o valor de uso e a necessidade deixam de exercer uma função reguladora básica para serem subsumidos pela autorrealização expansiva do capital. Sendo assim, segundo Mészáros (2002), a ordem sociometabólica do capital se constituiu como o mais poderoso e abrangente sistema cujo núcleo constitutivo é o tripé formado pelo capital, o trabalho assalariado e o Estado. É sob a forma de exploração da força de trabalho alheia às estruturas de produção e controle, que o capital estabelece suas relações sociais de produção. Apesar disso, como Marx (2004) constata, o movimento do capital é contraditório no qual a produção da mais-valia pressupõe a crescente utilização proporcionalmente maior do capital constante (trabalho morto) em relação ao capital variável (trabalho vivo). Isso faz com que o sistema produza uma população excedente de força de trabalho acompanhada de uma pressão por sua desvalorização. Com isso instauram-se as crises econômicas de superprodução e seus diversos impactos no processo que podemos chamar de “desertificação social”, processo de irracionalidade no qual

a necessidade de expansão e acumulação do capital ameaça à própria existência humana e do meio ambiente.

Em toda a obra de Karl Marx podemos encontrar elementos que evidenciam as leis e tendências de funcionamento do modo de produção capitalista. Na obra “Manifesto Comunista” Marx e seu companheiro militante e intelectual Friederich Engels, ao exporem suas análises das tendências contraditórias da forma societal do capital, expressam de forma sintética sua principal teoria social ao defenderem que “a história de todas as sociedades que existiram até nossos dias tem sido a história da luta de classes”. As classes sociais do ponto de vista marxista se originam no momento em que há uma contradição entre as forças produtivas materiais de uma determinada sociedade e as relações sociais de produção existentes que, por meio de um processo histórico, ocorre com um controle centralizado da produção e seu excedente por determinado grupo social. Dado que isso adquire também dimensão jurídica nas relações de propriedade, no caso do capitalismo emergem as formas de propriedade privada burguesa dos meios de produção.

Duas classes fundamentais se configuram no tempo histórico do capitalismo: a burguesia, classe dominante detentora dos meios de produção e o proletariado, não detentora dos meios de produção e, portanto classe subalterna e explorada. A partir de uma análise histórica, distinguindo as várias formas de opressão social durante os séculos, Marx e Engels situam a burguesia como nova classe opressora em ascensão. A burguesia na formação do capitalismo teve papel revolucionário, destruindo o poder monárquico e religioso valorizando a liberdade econômica extremamente competitiva e subordinando as relações pessoais e sociais, em que o operário se transforma em uma simples peça de trabalho. Este aspecto juntamente com os recursos de aceleração de produção tais como a tecnologia e divisão social do trabalho gera uma condição de miserabilidade e reificação (coisificação) do trabalhador, colocando, portanto, novas condições de opressão e novas formas de lutas.

A luta do proletariado contra a burguesia começa com a própria existência desta. Suas armas são forjadas no movimento contraditório e histórico que a própria burguesia utilizou para derrotar o regime feudal. Com o desenvolvimento da burguesia o proletariado contraditoriamente se desenvolve em um cenário em que somente pode sobreviver da venda de sua força de trabalho na medida em que este gera capital. O proletariado se converte em mercadoria e está sujeito a todas as vicissitudes da concorrência e flutuações de mercado. Contraditoriamente o crescente emprego de máquinas e divisão do trabalho retira a autonomia do trabalhador e quanto mais ele produz mercadorias, mais ele se desvaloriza frente aquilo que produz.

A exploração capitalista na sua gênese sempre foi marcada pela degradação das condições de vida de homens, mulheres e crianças em função da acumulação de capital. Na sua fase inicial, a classe trabalhadora possuía poucos direitos, seus locais de trabalho eram altamente precários e insalubres com jornadas de trabalhos de 14 ou 16 horas por dia, durante sete dias por semana. Para além das condições de opressão e sofrimento no ambiente fabril os trabalhadores ainda enfrentavam dificuldades em seu ambiente doméstico, passando por todos os tipos de necessidades ligados a alimentação, vestuário, saúde, etc. (GIANNOTTI, 2007).

O marxista holandês que teorizou sobre as experiências dos conselhos operários, Anton Pannekoek (1976), afirma que a própria natureza do trabalho no regime capitalista é constituir uma extorsão que leva os trabalhadores, ou pela força, ou pela arte melíflua da persuasão a dar o máximo de suas forças. Nesse sentido, eles defendem-se da opressão em um processo de resistência muitas das vezes como uma guerra silenciosa e permanente, “de uma luta perpétua feita de pressões e de contra ofensiva” (PANNEKOEK, 1976, p. 1).

Sob essas condições degradantes os trabalhadores reagiram rapidamente. As primeiras movimentações e reivindicações registradas foram às vinculadas à redução da jornada de trabalho, as condições de extrema precariedade do trabalho, principalmente o trabalho

feminino e infantil e, em seguida, as reivindicações por melhorias salariais e das condições de trabalho devido a acidentes provocados pelas máquinas. Surgem as primeiras paralisações da produção para afetar a lucratividade e acumulação de capital com o fim de pressionar o patronato, fenômeno que ficou conhecido como greve, um dos principais instrumentos de luta econômica e política da classe operária.

As primeiras formas de resistência dos trabalhadores ao capital surgem na Inglaterra, país berço da industrialização. Já na primeira metade do século XVIII começam a surgir às primeiras agitações operárias. Em 1768, tecelões de Spitafields se levantaram e destruíram máquinas de teares de seda. Isso fez com que em 1769 o Parlamento Britânico sancionasse uma lei que punia a destruição das fábricas e máquinas com a pena de morte. Segundo Coggiola (2008, p. 1):

[...] a rápida revolta dos novos operários criados pela Revolução Industrial foi o fator fundamental que determinou o histórico conservadorismo da burguesia inglesa, o que “poupou” o país insular de participar da onda revolucionária deflagrada pela Revolução Francesa de 1789 (fato decisivo, que levaria a Inglaterra “liberal – democrática” a ser a base da arquitetura contra-revolucionária mundial contra a “onda expansiva francesa”, culminada na Santa Aliança de 1815).

No início do século XIX marchas, comícios e manifestações começam a tomar as ruas da Inglaterra (COGGIOLA, 2008). Um dos movimentos mais conhecidos a época é o Ludismo (1812) - nome que homenageava um de seus incentivadores Ned Ludd - que lutava contra a mecanização e substituição da força de trabalho pelas máquinas. Invadiram fábricas e destruíram máquinas, que, segundo os luditas, por serem mais eficientes que os homens, tiravam seus trabalhos, sendo responsáveis pelo desemprego e pelas péssimas condições de vida. Marx e Engels remetem a esse tipo de insurreição contra as máquinas (que ocorreu também em outros lugares como a Bélgica, Renânia, Suíça e Silésia) como um estágio primário do desenvolvimento da luta e resistência do proletariado contra o capital:

O proletariado passa por diferentes fases de desenvolvimento. Logo que nasce começa a sua luta contra a burguesia. A princípio, empenham-se na luta operários isolados, mais tarde, operários de uma mesma fábrica, finalmente operários do mesmo ramo de indústria, de uma mesma localidade, contra o burguês que os explora diariamente. Não se limitam a atacar as relações burguesas de produção: destroem as mercadorias estrangeiras que lhes fazem concorrência, quebram as máquinas, queimam as fábricas e esforçam-se para reconquistar a posição perdida no artesanato da Idade Média. Nessa fase, constitui o proletariado massa disseminada por todo o país e dispersa pela concorrência ( MARX; ENGELS,1998, p. 22).

Na medida em que se desenvolve a indústria, cresce o número de proletários, concentrados cada vez mais em massas, Contudo, contraditoriamente cresce sua força e sua consciência enquanto classe para si. A resposta para a organização dos trabalhadores foi à violência do Estado com a polícia e exército e a formulação de uma legislação denominada pelo próprio Marx como sanguinária, na tentativa de enquadrar o proletariado às condições de formação e reprodução da força de trabalho, também interferindo na criminalização inibição das formas de organizações operárias.

Giannotti (2007) afirma que o operariado inglês foi o primeiro a existir e a lutar devida ser a Inglaterra o primeiro país em que o capitalismo se implantou e consolidou. Após o movimento do ludismo registram-se várias outras manifestações com destaque para as “Marchas da Fome” em 1818 e um grande comício operário em 1819 que reuniu mais de oitenta mil pessoas (GIANNOTTI, 2007). Em 1825, na cidade de Manchester é criada a primeira *trade union* (sindicato), a União dos Fiadores de Algodão. A partir desse contexto, as reivindicações operárias começam a ir para além da redução da jornada de trabalho e melhores salários, passando a exigir também o direito à participação política, como o voto universal secreto, e vários outros direitos sociais. O Movimento Cartista foi a melhor expressão do desenvolvimento de organização do proletariado. Nele os trabalhadores reivindicavam os direitos no trabalho e no conjunto da vida de todos como cidadãos, reconhecidos em uma Carta Constitucional (GIANNOTTI, 2007). Em 1842, no norte da

Inglaterra ocorre a primeira greve geral da história da industrialização, reivindicando principalmente a redução da jornada de trabalho, reivindicação conquistada em 1847 com a aprovação de 10 horas diárias para o trabalho adulto pelo parlamento inglês.

Entre os primeiros sessenta e setenta anos de existência do proletariado em vários países europeus a situação não foi muito diferente. A partir de 1848 surge uma onda de revoluções na Europa (França, Bélgica, Itália, Polônia, Regiões Germânicas) exigindo mudanças políticas e econômicas que eclodiram de regimes governamentais autocráticos e de crises econômicas. Conhecida como Primavera dos Povos, este conjunto de revoluções tinha como característica geral ser de cunho liberal, democrático e nacionalista incentivados pela burguesia, parte da nobreza e por trabalhadores e camponeses que insurgiam contra os excessos da exploração capitalista.

Começam a ganhar forma nesse momento o movimento socialista e o movimento anarquista, bem como suas influências no conjunto da massa dos trabalhadores e nos processos revolucionários, denunciando e fazendo enfrentamento contra a burguesia que, apesar de estar no processo revolucionário e ao chegar ao poder político, não era capaz de levar as últimas consequências os ideários da liberdade, igualdade e fraternidade, visto que como classe dominante revelou seu caráter reacionário e conservador. Inicia-se um processo de proliferação de sociedades beneficentes, clubes, ligas, associações de ajuda mútua, sociedades secretas, sindicatos, uniões operárias, onde os trabalhadores começavam a avançar em seu processo de organização.

É nesse mesmo período que a Liga dos Comunistas publica o *Manifesto do Partido Comunista* (1848) de Karl Marx e Friederich Engels. Entre 1862 e 1864, por meio de operários franceses, italianos, suíços, alemães e ingleses origina-se a primeira organização a nível internacional dos trabalhadores, a Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT)

que ficará conhecida na história como a *Internacional* (GIANNOTTI, 2007). Os estatutos aprovados no congresso traziam as seguintes afirmações:

Considerando, que a emancipação das classes operárias tem de ser conquistada pelas próprias classes operárias; que a luta pela emancipação das classes operárias significa não uma luta por privilégios e monopólios de classe, mas por direitos e deveres iguais e pela abolição de toda a dominação de classe; que a sujeição econômica do homem de trabalho ao monopolizador dos meios de trabalho, isto é, das fontes de vida, está na base da servidão em todas as suas formas, de toda a miséria social, degradação mental e dependência política; que a emancipação econômica das classes operárias é, portanto, o grande fim ao qual todo o movimento político deve estar subordinado como um meio; que todos os esforços tendentes a esse grande fim têm até aqui falhado por falta de solidariedade entre as múltiplas divisões do trabalho em cada país e pela ausência de um laço fraterno de união entre as classes operárias de diferentes países; que a emancipação do trabalho não é nem um problema local nem um problema nacional, mas um problema social, abarcando todos os países em que a sociedade moderna existe e dependendo para a sua solução do concurso prático e teórico dos países mais avançados; que o presente renascimento das classes operárias nos países mais industriais da Europa, ao mesmo tempo em que desperta uma nova esperança, dá um solene aviso contra uma reincidência em velhos erros e exige a imediata combinação dos movimentos ainda desconexos [...] (MARX, 1983, p. 20)

Sendo assim, ao proclamar a fundação da AIT afirmavam que todos deveriam os seus associados deveriam “reconhecer a verdade, a justiça e a moralidade como base de sua conduta para com o outro sem olha a cor, credo ou nacionalidade”.

Juntamente com a fundação da AIT, as primeiras centrais sindicais e partidos políticos de trabalhadores começam a surgir em vários países da Europa e nos Estados Unidos, demonstrando o avanço organizativo político da classe trabalhadora na luta por direitos políticos, civis e sociais. Na Alemanha é fundado um dos partidos socialistas de maior influência na luta operária internacional, o Partido Social Democrata Alemão (SPD). Com o crescimento da organização proletária no mundo, diversos matizes político-ideológicas vão se configurar na estratégia do movimento operário.

Na AIT o primeiro grande debate foi entre socialistas e anarquistas protagonizado entre Karl Marx e Mikhail Bakunin. Após a derrota sangrenta da experiência da Comuna de

Paris em 1871 (que será abordada no tópico seguinte) a AIT se desmobiliza, suas conferências reduzem de tamanho significativamente. Os anarquistas liderados por Bakunin já estavam fora da organização, os ingleses temerosos com as consequências da Comuna formaram uma federação autônoma, os blanquistas franceses (setor de socialistas liderados por Louis Blanc) renunciaram. Em 1873 na Conferência de Genebra, a AIT é dissolvida.

Com a morte de Marx, em 1883, Engels deu continuidade convocando no ano de 1889, em Paris, um congresso internacional com 380 delegados de várias partes do mundo constituindo a Segunda Internacional (BOGO, 2010). Seu objetivo era dar continuidade do ao trabalho desenvolvido pela Primeira Internacional como por exemplo, a luta internacional pela redução da jornada de trabalho para oito horas. Após a morte de Engels se consolida a orientação estratégica de disputa oficial de poder nos organismos de Estado onde o assunto dos “direitos políticos” entra em pauta visando à conquista do direito de voto para ambos os sexos (BOGO, 2010).

É neste contexto que o Partido Social Democrata Alemão (grande influente na Segunda Internacional) sai da clandestinidade e cresce de forma rápida, representando uma força significativa na sociedade alemã, controlando um poderoso movimento sindical e uma bancada parlamentar grande com maioria em diversas províncias. Este processo para a institucionalização da ação partidária fez com que o Partido Social Democrata Alemão e o conjunto da esquerda revolucionária organizados na Segunda Internacional, vivenciassem um grande debate entre os que defendiam a chegada ao socialismo por meio de reformas graduais do capitalismo, com a multiplicação de cooperativas de consumo, aumento do poder sindical e a ampliação da democracia parlamentar (como referência política teórica Eduard Bernstein) e os que defendiam a necessidade e uma revolução radical no enfrentamento direto ao Estado e o Capital propriamente dito. Este debate ficou conhecido na obra de Rosa Luxemburgo “*Reforma ou Revolução*” em que a jovem autora naquele momento, ascendeu dentro do

Partido Social Democrata Alemão, fazendo enfrentamento direto as proposições de Bersntein e a maioria da direção do partido, denunciando os sintomas da crescente integração de seu partido à ordem capitalista.

Com os aparentes êxitos do Partido Social Democrata Alemão, um clima de euforia se instalou até a chegada do congresso de Basiléia, Suíça, em novembro de 1912, onde o contexto da eminência de uma guerra mundial dividiu opiniões contrárias e favoráveis a inserção dos trabalhadores e suas organizações políticas no conflito bélico entre os Estados nacionais. Motivados por um sentimento nacionalista e patriótico a maioria dos partidos socialistas europeus (a começar pelo alemão) começa a declarar apoio à defesa dos territórios nacionais, inserindo de vez no processo das duas grandes Guerras Mundiais (1914-1945) o movimento operário.

A Primeira Guerra Mundial (1914-1918) demonstrou a catástrofe para os trabalhadores, que acabaram arcando com milhares de vidas no jogo de interesses políticos das burguesias imperialistas para além de ver a ascensão de regimes totalitários como o nazismo e o fascismo. Segundo Bogo (2010) a polêmica se estendeu até 1919, quando os russos, que já haviam passado pela Revolução de 1917 instaurando o regime socialista soviético resolveram romper com os social-democratas alemães criando a Terceira Internacional, conhecida também como a Internacional Comunista.

A proclamação dessa Internacional, que teve como grande protagonista o revolucionário russo Vladimir Lenin, juntamente com as contradições e controvérsias desenvolvidas na experiência soviética com a ascensão do regime Stalinista, vai causar uma profunda divisão entre os socialistas do mundo todo. O próprio Stálin tratou de dissolver esta Internacional durante a Segunda Guerra Mundial levando o Estado Soviético para os rumos da burocratização para além de aliar-se às potências capitalistas no combate ao eixo Alemanha-Itália-Japão. O debate travado após a morte de Lênin entre o campo político de Stálin e o

campo político de Trotsky na discussão sobre os rumos do Estado Soviético, faz com que este último seja derrotado, caçado e condenado à morte juntamente com outros líderes bolcheviques. Trotsky é obrigado a exilar-se da União Soviética e inicia-se uma campanha internacional para fundação de outra organização Internacional que ficou conhecida como a Quarta Internacional. Com o assassinato do principal mentor da Quarta Internacional por um agente da polícia stalinista, a organização entra em um profundo processo de divisões internas. Atualmente permanece articulada, mas sem capacidade de influir na unidade almejada desde a fundação da AIT onde o Manifesto do Partido Comunista, Marx finaliza com a mensagem: “Trabalhadores de todo o mundo, uni-vos!”.

Após realizar essa exposição geral das origens da história do movimento operário, podemos caminhar para a finalização deste tópico remontando também de forma breve, a história da formação da classe trabalhadora no continente latino-americano e por seguinte no Brasil. Assim conseguimos percorrer pelos principais caminhos do movimento operário no qual as experiências de controle operário da produção se inserem.

Segundo Antunes (2011) em seu livro *O Continente do Labor*, “o continente latino-americano nasceu sob a égide do trabalho”. Ele remonta às sociedades ameríndias ao dizer que nelas, antes mesmo da chegada dos colonizadores, já existiam uma sociedade que organizava sua economia, baseada na subsistência, e outras atividades que garantiam a sua sobrevivência. O que o autor afirma, é o caráter ontológico do trabalho como fundante do ser social em toda a espécie humana. Nessa fase pré-colonial o trabalho coletivo era a principal mediação da vida produtiva.

Com o desenvolvimento do capitalismo mercantil e o início da chamada acumulação primitiva de capital (MARX, 2004), especialmente protagonizados pelos países europeus Espanha e Portugal e outros Estados nacionais recém-constituídos, se inicia um enorme processo de colonização que marcou a história do trabalho de nosso continente. Caracteriza-se

dois tipos de colonização, uma do tipo de povoamento, predominantemente na América do Norte na presença da Inglaterra, receptoras da população europeia excedente originada pelas disputas éticas e religiosas e outra de exploração, protagonizados por Espanha e Portugal, onde suas colônias eram voltadas para o processo de acumulação primitiva do capital.

Nas colônias latinas americanas as principais formas de exploração da força de trabalho, segundo Antunes (2011, p. 18):

Inicialmente, foi utilizado o trabalho indígena por meio do sistema conhecido como *encomiendas*, uma espécie de concessão pessoal na qual o colono se comprometeria a garantir a subsistência dos indígenas, apropriando-se do seu trabalho. Em especial nas colônias sob domínio espanhol, era comum a exploração do trabalho indígena, um modo de escravidão voltado à extração de metais preciosos (ouro e prata). Além, disso também no mundo colonial difundiu-se o *trabalho escravo africano*, resultado de um intenso tráfico humano da África para a América Latina sob o controle das burguesias comerciais europeias em constituição que viviam de vários tipos de comércio, inclusive o humano. Foi desse intercâmbio mercantil que surgiu o *escravismo colonial*, modalidade de trabalho que se desenvolveu tanto nos territórios dominados pelos colonizadores portugueses quanto nas áreas controladas pelos espanhóis – como o Caribe –, voltadas prioritariamente para a produção agrícola (a *plantation*) e o engenho produtor de açúcar, comercializado no mercado europeu (grifos do autor).

Complementando a consideração de Antunes, sobre o escravismo colonial, em se tratando do processo de divisão do trabalho pelo capital inaugurado nesse período, o critério de raça foi um de seus balizadores. Isso remete a uma estrutura em que as colônias foram marcadas por um amplo jogo de relações entre diferentes povos e culturas. A chegada do europeu na América fundou um conjunto de identidades baseadas na ideia de raça com a finalidade de garantir o processo colonizador na divisão social do trabalho com vistas à expansão do capitalismo mercantil e a acumulação primitiva de capital. Percebe-se que o processo de colonização está ligado diretamente ao trabalho não remunerado (escravo) e as etnias dominadas (nativos americanos e africanos). Isso nos mostra que as origens de nossas

diferenças sociais estão intimamente ligadas com esse processo e marca a estruturação das classes na sociedade moderna de todo o continente americano.

Ao longo do século XIX, com o desenvolvimento do capitalismo industrial na Europa (principalmente o inglês), na medida em que ocorre a diversificação das atividades produtivas e a constituição de um mercado interno (desdobramento da necessidade de ampliação do mercado consumidor dos países colonizadores), surgem as primeiras formas de trabalho assalariado no continente. Antunes chama a atenção sobre o seguinte aspecto na formação do trabalho assalariado na América Latina:

É importante destacar, entretanto, um traço particular na constituição da classe trabalhadora em nosso continente, muito diferente dos países de capitalismo central e hegemônico. Tais países vivenciaram uma transição que levou séculos, um longo processo que principiou com o artesanato, avançou para a manufatura e, posteriormente, para a grande indústria. Na América Latina, este trânsito foi muito mais rápido, pois em vários países saltou-se quase que diretamente do *trabalho rural, da escravidão africana ou indígena, para novas formas de trabalho assalariado industrial*. Ou seja, as experiências, de trabalho artesanal e mesmo manufatureiro foram muito distintas daquelas vivenciadas na Europa porque nosso continente não conheceu a vigência do sistema feudal (ANTUNES, 2011, p.19, grifos do autor).

A colonização como componente do desenvolvimento e expansão do capitalismo e sua insaciável sede de acumulação que necessita a extração de mais valor na exploração de vários povos e culturas do mundo, fez com que escravos indígenas e negros se rebelassem contra os colonizadores. Vários episódios históricos ilustram esse fato, como por exemplo, a revolução dos negros no Haiti em 1791, que aboliu o trabalho escravo e o Quilombo dos Palmares que foi a revolta de escravos africanos no Brasil levando a constituição de uma comunidade coletiva e livre (ANTUNES, 2011).

Com o passar do tempo o desenvolvimento capitalista das economias agrário-exportadoras dos países latino-americanos gerava a necessidade de incrementar empreendimentos industriais que dessem conta da demanda interna por produtos têxtil,

alimentício, metalúrgico, etc. Começam-se a se desenvolver as burguesias nacionais. A industrialização na América Latina consolida-se na primeira metade do século XX, na qual a Primeira Guerra Mundial possibilitou um avanço significativo nesse processo, o que gerou um fluxo migratório de trabalhadores europeus (ANTUNES, 2011).

No Brasil a formação da classe operária acompanhou o ritmo tardio de industrialização da América Latina. O principal motivo era sua localização na divisão internacional do trabalho como produtor de matéria prima e produtos primários ligados à extração mineral, agrícola e pecuária (tendência que prevalece na economia brasileira até os dias de hoje) formando uma grande oligarquia latifundiária que dominava a economia e política do país, dificultando o caminho para uma rápida industrialização. O capital inicial utilizado para a criação das primeiras indústrias irá vir da burguesia cafeeira. Giannotti (2007) remonta o cenário das indústrias no Brasil antes do século XX:

As primeiras fábricas que surgiram no Brasil foram criadas para o setor têxtil. Entre os anos de 1844 e 1866, foram instaladas no país nove tecelagens de algodão. Dessas, cinco localizavam-se em Salvador (BA). Por volta de 1830, o Brasil já contava com 48 fábricas do ramo têxtil, assim distribuídas: 13 em Minas Gerais; 12 na Bahia; 11 no Rio de Janeiro; 10 no Maranhão; e 9 em São Paulo. Em 1890, calcula-se que existissem 55 mil operários no Brasil. Muitos trabalhavam nos portos e nos arsenais da Marinha. Depois, foi a vez das fábricas de bebidas, como a Bohemia, constituída em 1853, em Petrópolis; e a Brahma, 1888, no Rio de Janeiro. As máquinas dessas fábricas vinham do exterior. Eram pagas com o suor dos trabalhadores dos ricos cafezais do Sul, ou dos que trabalhavam nas grandes fazendas de cana-de-açúcar ou de algodão do Norte e Nordeste (GIANNOTTI, 2007, p. 49).

No século XX, o processo de industrialização brasileira ganha força constituindo seus primeiros polos industriais na cidade do Rio de Janeiro (RJ), Juiz de Fora (MG) e São Paulo (SP) e com o passar do tempo outras cidades (como por exemplo, Recife, Porto Alegre, Curitiba, Aracaju, São Luís e Belém). A burguesia industrial ascendente, principalmente a

paulista, investe maciçamente na contratação de grande volume de imigrantes<sup>3</sup> europeus vindos de várias regiões pauperizadas (principalmente da Itália e Alemanha). Era considerada uma força de trabalho “especializada” voltada para a produção fabril. Para a grande maioria dos recém-libertos escravos africanos sobraram à alternativa da continuidade do trabalho no campo como trabalhadores “livres” assalariados e em outras atividades econômicas mais marginalizadas da sociedade urbana brasileira. A ideologia racista e positivista da chamada República Velha também foi elemento estruturante na exclusão social dos negros onde se difundia a ideia de branqueamento da sociedade brasileira por meio da imigração europeia no país. Para Giannotti (2007, p. 53):

As primeiras fábricas só selecionavam para o trabalho imigrantes europeus. Os ex-escravos ficavam com os piores serviços, pequenos biscates ou qualquer coisa que desse um prato de comida para a família. Mesmo assim, nas fábricas a vida, que era um pouco melhor, também era difícil. As condições de trabalho para os primeiros operários das fábricas e para os trabalhadores da construção civil eram péssimas. Exatamente igual às de cem anos antes na Inglaterra. Jornada de trabalho sem limite: 12h, 14h, 16h ou mais. Nenhum descanso semanal. Nada de férias...ninguém nem conhecia essa palavra. Trabalho pesado, num ritmo que esgotava qualquer um. O ambiente daquelas fábricas, movidas a vapor, era completamente nocivo à saúde. Insalubre. Umidade, fumaça de carvão, vapor vazando e uma alimentação de miséria eram o caldo ideal para a tuberculose outras doenças infecciosas, como o tifo e a cólera. Em 1910, nas fábricas de São Paulo, a idade média de vida do trabalhador chegava a 19 anos.

Foi nesse cenário geral no Brasil e de forma muito semelhante em toda a América Latina, que se forjou a classe trabalhadora. Por via de regra, a exploração capitalista do trabalho em nosso continente foi marcado por uma intensa exploração e isso impulsionou as primeiras formas de associações operárias, como as de socorro e auxílio mútuo, as uniões operárias, chegando aos sindicatos. Com os fluxos imigratórios de trabalhadores europeus vieram as influências anarquistas (ou anarcossindicalistas), socialistas e comunistas, as quais

---

<sup>3</sup> Vale ressaltar que no Brasil antes do emprego da utilização da força de trabalho migrante nas indústrias, os imigrantes europeus foram empregados nas fazendas de café entre o fim do século XIX e início do século XX (principalmente na região de São Paulo), com um largo domínio de italianos, portugueses, espanhóis e japoneses. Outros ciclos imigratórios ocorreram anteriormente no Brasil, mas não serão objetos desta discussão.

exerceram importante influência nas primeiras manifestações operárias de um espaço urbano em expansão.

No início do século XX nosso continente já estava imerso em um grande conjunto de lutas dos trabalhadores, como a greve geral de 1917 no Brasil. Sobre as primeiras formas de organizações políticas dos trabalhadores Antunes diz que:

A atuação do anarcossindicalismo foi forte também no Brasil e no Uruguai, e marcou presença, com maior ou menor intensidade, no Chile, no Peru e na Bolívia, pelo menos até 1920. No Brasil, a classe trabalhadora industrial foi em grande medida composta pelos imigrantes, oriundos, desde as primeiras décadas do século XX, da Itália e da Espanha, onde era marcante a presença libertária. Pouco a pouco, nosso continente viu florescer, especialmente no seio dos movimentos socialistas, uma nova forma de organização política alternativa dos trabalhadores, apresentada pelos partidos comunistas. No Chile, em 1920, o Partido Operário Socialista (POS) iniciou sua conversão em Partido Comunista, incorporando a Terceira Internacional (Internacional Comunista), em 1928. Em 1921, também sob influência da Revolução Russa, foi fundado o Partido Comunista Argentino. Em alguns casos, como no brasileiro, o Partido Comunista, conhecido como PCB foi criado em 1922, tendo em sua origem forte influência do movimento anarquista, uma vez que a quase totalidade de suas principais lideranças havia sido forjada nas batalhas anarcossindicalistas. No Peru, sob a liderança de José Carlos Mariategui – o mais expressivo e original marxista latino-americano de sua geração - , deu-se a criação do Partido Socialista, em 1928 [...]. A legalidade marcou a vida da maioria da vida dos Partidos Comunistas, que não eram aceitos na arena política, ainda predominantemente oligárquica, excludente, autocrática e, em muitos casos, ditatorial [...]. Em sínteses, pode-se afirmar que, com o forte processo de imigração em nosso continente, houve inicialmente uma significativa presença do movimento operário de inspiração anarcossindicalista, como foram os exemplos da Argentina, do Brasil e do Uruguai, fortemente enraizados nas fábricas. Esse processo foi simultâneo à industrialização latino-americana que já nos anos de 1920-1930 sofria os primeiros influxos oriundos do taylorismo e do fordismo (ANTUNES, 2011, p. 20).

É importante destacar também que com a predominância da economia agro-exportadora sobre a urbano-industrial ainda presente nas economias dos países latino-americanos se desenvolve um conjunto numeroso de trabalhadores do campo (campesinato) que impulsionou inúmeras lutas sociais, como a Revolução Mexicana em 1910 e outros processos revolucionários na América Latina (Bolívia, Cuba) de forte caráter camponês e popular.

Finalizando esse tópico podemos dizer que o processo de constituição do movimento operário no Brasil e no mundo é marcado por momentos de triunfo e crise. Seus fracassos não podem ser depositados somente nas organizações da parte consciente da classe trabalhadora mundial. Durante o movimento histórico contraditório do capitalismo o próprio capital criou as condições para a saída de suas próprias crises. Portanto, a luta dos trabalhadores contra a burguesia é resultado do caráter historicamente irreconciliável das contradições de classe. Essa luta atravessou as primeiras reações anticapitalistas contra os instrumentos de dominação até chegar ao ataque contra as próprias relações sociais e de propriedade burguesa dos meios de produção. É uma luta presente até hoje onde as ocupações de fábricas e as experiências de controle operário estão inseridas.

## 1.2 Origens do controle operário

Iniciaremos este tópico realizando o debate conceitual e histórico sobre as experiências de organização e regulação da produção constituída pela classe trabalhadora no capitalismo, ficando conhecidas como conselhos operários. De forma comum o termo é empregado para descrever trabalhadores que controlam empresas sem patrões e em regime de autogestão. Secco (2003, p. 169) faz uma síntese do processo de construção do conceito de controle operário:

Os termos franceses de uso habitual na primeira metade do século XX eram *contrôle* e *gestion*, que encontram sucedâneos nos espanhóis *control* e *gestión*, e nos russos *kontrolia* e *upravleniy*. Eram esses os termos usados no período aberto com a Revolução Russa. Mas mesmo a expressão controle operário, que faria grande sucesso entre os comunistas dos conselhos (Paul Matick, Karl Korsh, Anton Pannekoek, etc.), entre a ala esquerda do comunismo italiano, organizada em torno do jornal napolitano *Il Soviet* (Amadeo Bordiga) e, especialmente, o grupo da revista *L'Ordine Nuovona* Itália (Antonio Gramsci), só teria acolhida maior nos anos vinte. Um autor declarava, em 1924, que a expressão sequer estava popularizada (Brouckère, 1970: 37). Antonio Gramsci utilizava-se, inicialmente, da expressão italiana

mais conhecida entre os trabalhadores, as *comissioni interne*, traduzida habitualmente como comitês de fábrica. Estes eram distinguidos na Rússia e na Alemanha dos conselhos de trabalhadores. Os primeiros (conselhos ou comitês de fábrica) eram exclusivamente operários e situados no âmbito da produção (*Betriebsräte*, para os alemães); os segundos eram conselhos amplos, de participação popular, mas não exclusivamente operária (esses eram aos famosos *Soviets* russos, ou *Arbeiterrätena* Alemanha). Essas palavras novas surgiram para questionar as antigas. Não que se imaginasse substituir o mundo real trocando-se as palavras. O fato é que, naqueles anos marcados pelo influxo da Revolução de Outubro, a crítica à orientação reformista do sindicato era feita com a proposição de novas formas de organização operária. Os próprios sindicatos (no italiano *sindacati*) ainda não eram sempre assim chamados antes dessa época, ou também eram conhecidos por seus sinônimos de cores mais moderadas. Eram as *Sociétés Ouvrièresna* França, ou *Gewerksgenossenschaften*, mas também *Gewerkschaf* e *Arbeitergewerkschaft* (a língua alemã também possui o termo *Syndikat*) e, ainda hoje, as *Trade Unionsinglesas*.

Observamos então que a conceituação do fenômeno que compreendemos por controle operário/conselho de fábrica/comissão interna/comitê de fábrica surge em um contexto marcado pelo fato de existirem grupos dentro do movimento operário que desenvolviam interpretações distintas sobre o processo de ocupação das fábricas e expropriação dos meios de produção. Suas respectivas e diferenciadas propostas políticas nos revela o caráter que as determinações sociais exercem sobre o método científico nessas diferentes abordagens. Não podemos negar a efervescência das lutas da classe trabalhadora no final do século XIX e início do século XX.

Nesse sentido, o desenvolvimento do movimento operário e a teoria revolucionária passaram por inúmeros debates que pensavam a ação dos trabalhadores na sua relação com o Estado, o capital, a burguesia, os partidos e os sindicatos. Utilizando-se da caracterização clássica de Rosa Luxemburgo, esse espectro de disputa de poder e os rumos do movimento operário passavam pelo debate da Reforma ou Revolução. Sobre essas experiências podemos dizer que elas estão inseridas na história da luta de classes não sendo uma simples e premeditada criação dos trabalhadores ou de algum intelectual. Podem possuir tanto uma dimensão revolucionária com o propósito de derrubar o modo de produção capitalista, como

também podem ser uma forma de resposta à ameaça de desemprego nas empresas capitalistas (principalmente as empresas em regime de falência e abandono patronal). Nascimento (2005) ao fazer referência ao sociólogo e jurista russo George Gurvitch (1894-1965) diz que as experiências autogestionárias dos trabalhadores caminham basicamente por três vias:

1) Os conselhos de trabalhadores podem surgir espontaneamente, dentro da ebulição de uma revolução social; 2) Os conselhos de trabalhadores podem ser instaurados por um governo político nascido de uma revolução social; 3) Os conselhos de trabalhadores podem se desenvolver por etapas, modificando a longo prazo a estrutura burocrática da economia imposta por um governo político nascido de uma revolução social. Este processo pode ser mais lento ou mais acelerado, a depender da estrutura concreta do poder político e das conjunturas internas e externas (NASCIMENTO, 2005, p. 4).

Entretanto, o autor faz um alerta afirmando que a experiência histórica não ocorre de forma tão “pura” podendo por vezes ocorrer de as três vias se relacionarem, se interpenetrarem.

A situação em que trabalhadores assumem os meios de produção em uma perspectiva de gestão coletiva e autônoma, na tentativa de romper com as relações sociais de produção tipicamente capitalistas e/ou garantir postos de trabalho não é um fenômeno contemporâneo. As associações e cooperativas de trabalhadores figuram entre as principais formas de organização e resistência ao processo de expansão do capitalismo desde o século XIX. Marx, em seu livro terceiro de *O Capital*, já faz referência às fábricas cooperativas, ao captar esse movimento como contradição com perspectiva a transição para um modo associado de produção, mas ainda integrada ao sistema do capital, uma vez que:

As fábricas cooperativas de trabalhadores, no interior do regime capitalista, são a primeira ruptura da velha forma, embora naturalmente, em sua organização efetiva, por toda parte reproduzam e tenham de reproduzir todos os defeitos do sistema capitalista. Mas dentro delas suprimiu-se a oposição entre capital e trabalho, embora ainda na forma apenas em que são os trabalhadores como associação os capitalistas deles mesmos, isto é, aplicam os meios de produção para explorar o próprio trabalho. Elas mostram como, em certo nível de desenvolvimento das forças produtivas matérias e das formas sociais de produção correspondentes, novo modo de produção

naturalmente desponta e se desenvolve do antigo. Sem o sistema fabril oriundo do modo capitalista de produção, não poderia desenvolver-se a cooperativa industrial dos trabalhadores, e tampouco o poderia sem o sistema de crédito derivado desse modo de produção. Esse sistema, que constitui a base principal para a transformação progressiva das empresas capitalistas privadas em sociedades capitalistas por ações, também proporciona os meios para a expansão progressiva das empresas cooperativas em escala mais ou menos nacional. Tanto as empresas capitalistas por ações quanto as cooperativas industriais dos trabalhadores devem ser consideradas formas de transição entre o modo capitalista de produção e o modo associado, coma diferença que, num caso, a contradição é superada negativamente e, no outro, de maneira positiva (MARX, 2004, p. 587).

Em 1866, no documento intitulado *Instruções para os Delegados do Conselho Geral Provisório: As Diferentes Questões*, Marx (1982) captando a importância de explorar as contradições das fábricas cooperativas, remete às seguintes orientações para a Associação Internacional dos Trabalhadores:

É tarefa da Associação Internacional dos Trabalhadores combinar e generalizar os movimentos espontâneos das classes operárias, mas não ditar ou impor qualquer sistema doutrinário que seja. O Congresso não deveria, portanto, proclamar qualquer sistema especial de cooperação, mas limitar-se à enunciação de alguns princípios gerais.(a) Reconhecemos o movimento cooperativo como uma das forças transformadoras da sociedade presente baseada em antagonismo de classes. O seu grande mérito é o de mostrar praticamente que o presente sistema, pauperizador e despótico, de subordinação do trabalho ao capital pode ser superado pelo sistema republicano e beneficente de associação de produtores livres e iguais. (b) Restringido, contudo, às formas anãs, em que escravos assalariados individuais o podem elaborar pelos seus esforços privados, o sistema cooperativo nunca transformará a sociedade capitalista. Para converter a produção social num sistema amplo e harmonioso de trabalho livre e cooperativo são requeridas mudanças sociais gerais, mudanças das condições gerais da sociedade, que nunca serão realizadas a não ser pela transferência das forças organizadas da sociedade, a saber: o poder do Estado de capitalistas e proprietários fundiários para os próprios produtores.(c) Recomendamos aos operários que se metam na produção cooperativa de preferência a em armazéns cooperativos. Os últimos não tocam senão na superfície do sistema econômico presente, a primeira ataca o seu alicerce.(d) Recomendamos a todas as sociedades cooperativas que convertam uma parte do seu rendimento total num fundo para propagar os seus princípios, tanto pelo exemplo como pelo ensinamento, por outras palavras, tanto promovendo o estabelecimento de novas fábricas cooperativas como ensinando e pregando.(e) Em ordem a evitar que as sociedades cooperativas degenerem em vulgares companhias por ações (sociétés par actions) da classe média, todos os operários empregados, acionistas ou não, devem participar igualmente. Como mero expediente temporário, estamos na

disposição de atribuir aos acionistas uma taxa de lucro baixa (MARX, 1982, p.1).

Aqui percebemos a clareza que Marx tinha ao constatar que não bastava a criação de cooperativas por si, para derrubar o sistema social do capital, mudanças mais gerais na sociedade eram necessárias. A importância das cooperativas reside no seu aspecto pedagógico ao demonstrar para os trabalhadores a possibilidade de novas relações sociais de trabalho fora dos marcos subordinativos tipicamente capitalistas.

As cooperativas e o cooperativismo serão assuntos de constantes polêmicas na formulação dos programas partidários e congressos socialistas da primeira e segunda internacional. Marx e Engels fizeram um embate às ideias do pequeno burguês alemão F. Lassalle contidas no projeto de programa apresentado para o Partido Operário Alemão, principalmente sobre a tese econômica de que o Estado deveria ser responsável pela criação das associações operárias de produção. Esse debate está contido no texto “Crítica ao programa de Gotha”. Nele Marx já reconhece os limites e a natureza de classes na formação do Estado e afirma a tese de que a emancipação dos trabalhadores será fruto da luta dos próprios trabalhadores.

O debate crítico de Marx e Engels também se estendia para o que eles denominavam de socialistas pequenos burgueses (Charles Fourier, Robert Owen e Louis Blanc). Segundo Nascimento (2005, p. 12):

Fourier, Owen e Blanc tinham a ideia de que a solução das questões sociais estava na fundação de pequenos grupos fechados que empregariam toda a força de trabalho de seus membros. A instituição destes pequenos microcosmos autônomos foi a panaceia de todos estes inventores sociais e socialistas.

Inspirados pelo movimento cartista e pelas ideias de Owen, 28 tecelões de uma pequena cidade inglesa, se juntaram e fundaram, em 1844, uma sociedade cooperativa ficando

conhecida como “Os Pioneiros de Rochdale”. Novaes (2004) na tentativa de recuperar historicamente a cultura produtiva e autogestionária dos trabalhadores dentro do contexto do sistema capitalista, faz menção como marco inicial à revolta dos tecelões de Lion na França (1839-1842). Conhecidos como *canuts* esses trabalhadores reivindicavam, em momento histórico inicial do capitalismo francês, o direito de participar na organização dos processos de produção da vida material e social.

Contudo, devemos destacar dois fatos históricos importante na experiência de controle operário: a Comuna de Paris (1871) e a Revolução Russa (1917). Ambas representam o ápice da luta política dos trabalhadores em uma perspectiva revolucionária nos dois séculos aos quais pertencem. As outras experiências revolucionárias e de controle operário sobre a produção foram impactadas e influenciadas profundamente por esses dois episódios históricos. São marcos divisores na história do movimento operário mundial envolvendo teóricos que se voltaram a este tema: Rosa Luxemburgo, Lênin, Trotsky, Gramsci e os comunistas conselhistas Anton Pannekoek e Paul Mattick.

A Comuna de Paris (1871) é considerada por muitos teóricos como o primeiro governo operário da história. Essa caracterização fora feita primeiramente pelo próprio Karl Marx no calor dos acontecimentos, em textos reunidos posteriormente no livro intitulado A Guerra Civil na França. O cientista político Armando Boito Junior diz que essa caracterização tem consequências políticas:

Não se pode ignorar o fato de que a caracterização da Comuna como um governo operário tem consequências políticas. Nas ciências humanas, é possível ser objetivo, mas não é possível ser neutro. As consequências da tese de Marx são claras. Se a Comuna foi o primeiro governo operário, isso pode significar que, no final do século XIX, a classe operária seria uma “classe social ascendente”, teria demonstrado ter condições de elaborar um programa político próprio, organizar-se em torno dele, e assumir o governo da “capital do mundo”. É compreensível que essa análise viesse a receber boa acolhida no movimento socialista (BOITO JUNIOR, 2001, p.1).

Apesar disso a negação da experiência da Comuna como um processo revolucionário dos operários também podem trazer outras consequências políticas, que é a diminuição da importância política da classe operária na Europa no século XIX, algo que até agora vimos que é difícil de ser desconsiderada. Boito Júnior, assegura que a afirmação da Comuna de Paris como a primeira experiência de um governo operário se sustenta devido à resistência das análises de Marx à pesquisa historiográfica contemporânea.

A Comuna de Paris é resultado do crescimento do capitalismo na Europa que constituiu uma classe operária numerosa nos grandes centros industriais (como Paris) e o processo de resistência popular ante a invasão por parte do Reino da Prússia provocada pela guerra Franco-Prussiana em 1870. Esse conflito foi declarado por Guilherme, rei da Prússia sob a justificativa de conter os “desatinos imperiais” de Napoleão III (imperador da França). Segundo Marx (2011), o rei Guilherme declarava guerra somente contra o imperador dos franceses e não contra o povo francês em uma suposta tática defensiva aos ataques promovidos pelo império bonapartista.

As derrotas dos trabalhadores na revolução de 1848 introduziram na cena política da França o papel reacionário da burguesia que constituiu o fenômeno político descrito por Marx como bonapartismo. O bonapartismo é um processo político que culminou na chegada ao poder por Napoleão Bonaparte III caracterizada como uma forma de hegemonia construída em um cenário em que as frações de classe burguesa têm dificuldades de impor sua dominação política e a classe trabalhadora de derrota-la. Forma-se então um arranjo de poder de caráter carismático e populista que tem capacidade de articulação com o campesinato, principal base social na França do último quartel do século XIX.

Durante a guerra franco-prussiana, inicia-se um movimento de capitulação encabeçada por Louis Adolphe Thiers. Com a derrota do imperador Napoleão III para o exército prussiano Thiers é elevado à chefia do gabinete do governo provisório proclamado III

República da França. Em uma mensagem ao conselho geral da AIT sobre os desdobramentos da guerra alerta para a natureza dos interesses de classe na derrubada do regime napoleônico:

Essa República não subverteu o trono, mas apenas tomou o seu lugar, que havia vacado. Ela foi proclamada não como uma conquista social, mas como uma medida nacional de defesa. Ela está nas mãos de um Governo Provisório composto, em parte, por notórios orleanistas, em parte por republicanos da classe média, sobre alguns dos quais a Insurreição de Junho de 1848 deixou seu indelével estigma. A divisão dos trabalhadores entre os membros desse governo parece desconfortável. Os orleanistas apoderaram-se dos baluartes do exército e da polícia, enquanto aos republicanos confessos couberam os departamentos de discursos. Algumas de suas primeiras ações demonstram que eles herdaram do império senão reuniões, mas também seu pavor da classe trabalhadora. Se impossibilidades eventuais são prometidas em nome da República com uma fraseologia feroz, isso não se dá com vistas a preparar o alarido por um governo “possível”? Não está a República, por parte de muitos de seus agentes da classe média, destinada a servir como um mero tampão e uma ponte para uma restauração orleanista? (MARX, 2011, p. 32)

O Governo Provisório iniciou um processo de capitulação da França com a entrega de suas armas e exército. A população não satisfeita reagiu e com o apoio da Guarda Nacional, derrotaram as forças de Thiers, obrigando os membros do governo a abandonar precipitadamente Paris, onde o comitê central da Guarda Nacional passou a exercer sua autoridade. Segundo Boito Junior (2001, p. 2):

Esse comitê era composto por 38 delegados eleitos nos bairros de Paris, sendo que 21 desses delegados eram operários; cerca vinte deles eram filiados à seção francesa da Associação Internacional de Trabalhadores (AIT) e às Câmaras Sindicais de Paris. O órgão político maior da Comuna de Paris, o Conselho da Comuna, eleito em 26 de março, oito dias após a insurreição, também era composto por uma maioria de operários e de filiados à Associação Internacional dos Trabalhadores e às Câmaras Sindicais. Esse Conselho contava, nominalmente, com 79 membros, dos quais apenas cerca de 50 compareciam às sessões. Nada menos que 33 dos conselheiros eleitos eram operários; o restante eram intelectuais, pequenos proprietários e profissionais liberais. Jacques Roguerie, na obra citada mais acima, calcula que a maioria do Conselho da Comuna - cerca de 40 de seus membros - pertencia à AIT e às Câmaras Sindicais. O Conselho da Comuna era um conselho de trabalhadores. Ao lado do Conselho da Comuna, a assembleia eleita pelos habitantes de Paris, operava o “braço executivo” da revolução, as “comissões ministeriais”. Nesse organismo, a componente proletária, se não domina como nos demais, pelo menos é marcante. Logo abaixo das “comissões ministeriais”, estão os grandes serviços públicos e de infraestrutura, onde os operários de Paris também tiveram atuação destacada.

O governo durou oficialmente de 26 de março a 28 de maio de 1871, enfrentando não somente o invasor alemão como também tropas francesas de Thiers, pois a Comuna era um movimento de revolta ante o armistício assinado pelo Governo Provisório francês (transferido para Versalhes) após a derrota na guerra franco-prussiana. Os alemães tiveram ainda que libertar militares franceses feitos prisioneiros de guerra para auxiliar na tomada de Paris. Apesar do período curto os trabalhadores parisienses viveram uma experiência impar de poder operário. Nela foi instituída a escolarização secularizada, a previdência social, a democracia direta em todos os níveis da administração pública, etc. Marx destaca o grande mérito da Comuna:

A grande medida social da Comuna foi a sua própria existência produtiva. Suas medidas especiais não podiam senão exprimir a tendência de um governo do povo pelo povo. Tais medidas eram a abolição do trabalho noturno para os padeiros, a interdição penal da prática, comum entre os empregadores, de reduzir salários impondo a seus trabalhadores taxas sob os mais variados pretextos – um processo em que o patrão reúne em sua pessoa as funções de legislador, juiz e agente executivo, e ao fim surrupia o dinheiro. Outra medida desse tipo foi a entrega às organizações operárias, sob reserva de domínio, de todas as oficinas e fábricas fechadas, não importando se os respectivos capitalistas fugiram ou preferiram interromper o trabalho (MARX, 2011, p. 54)

O êxito do movimento operário sobre a Comuna foi tão grande que representou uma verdadeira ameaça não somente para a burguesia francesa como também a burguesia prussiana que estava no poder o que impulsionou a aliança das duas, antes inimigas, no enfrentamento aos insurrectos de Paris.” O resultado foi o massacre dos *communards* e trabalhadores (inclusive mulheres e crianças) chegando a ordem de 30 mil execuções, 38 mil presos e 7 mil deportados” (MARX, 2011, p. 226).

A Comuna foi um governo essencialmente da classe operária e o seu grande feito, mesmo que incipiente, foi à socialização do poder político ao mesmo tempo, a socialização dos meios de produção. Apesar de não se caracterizar como uma experiência tipificadamente

socialista foi uma forma de poder operário que se tornou referência para a luta dos trabalhadores atravessando os séculos XIX e XX até os dias atuais.

Apesar da derrota dos trabalhadores franceses e da AIT, o movimento operário não parou de ascender pela Europa durante o século XIX como vimos no tópico anterior. Mas é no início do século XX com a Revolução Russa que o debate acerca do controle operário ganha força e repercussão.

Antes mesmo da Revolução em 1917, a Rússia vivenciou em 1905 um curto processo revolucionário onde surgem os primeiros conselhos internos de fábrica desencadeados por grandes greves de massas as primeiras formas dos chamados *soviets*. Na visão de Trotsky (1930) em sua obra *A História da Revolução Russa*, a sociedade russa estava “vomitando” o velho regime. Diferente dos casos europeus, em que o regime foi sendo eliminada ao longo de vários anos pelas revoluções burguesas, a Rússia teve de fazê-lo rapidamente, no primeiro quarto do século XX.

O Estado russo se formou sobre bases econômicas primitivas, e logo se deparou com Estados nacionais mais desenvolvidos. Apresentavam-se duas possibilidades: ou o Estado russo sucumbia nessa luta ou a pressão externa o levava a forçar seu próprio desenvolvimento econômico, à custa de uma intensa exploração da força de trabalho russa. A Rússia optou pela segunda opção: começou a crescer, ao preço de uma monstruosa pressão sobre as forças econômicas da nação (TROTSKY, 1930). Esse foi um dos motivos principais do envolvimento constante da Rússia em guerras no oriente e, posteriormente, na Primeira Guerra Mundial.

Em 1896 na cidade de São Petersburgo ocorre uma grande manifestação de milhares de trabalhadores sendo duramente reprimida pelo tsar. Em 1905 aparecem os primeiros sinais de esgotamento do regime monárquico diante o padrão de desenvolvimento que recaia sobre

as costas dos trabalhadores russos. Os marinheiros do couraçado Potemkim também se revoltaram em 1905 por conta da decisão do governo de atacar o Japão. Houve também uma greve geral, e começam a surgir os primeiros *soviets* (soviete). Os sovietes são a forma organizativa da aliança da classe operária e o campesinato em todas as fases de seu desenvolvimento, que mais tarde na revolução de outubro se configuraram como a forma estatal da ditadura do proletariado.

Segundo Viana (2010) O primeiro conselho operário (soviete) da revolução russa surgiu em maio de 1905, em Moscou resultante das comissões internas de fábricas formadas pelo medo da burguesia diante das pressões como a greve decretada em 12 de maio, que contou com mais 40 mil operários.

A formação do primeiro soviete em maio de 1905 foi o ponto de partida para novos desdobramentos da luta operária. Na medida em que os embates e greves continuavam, ocorria uma radicalização progressiva da classe operária russa. O resultado foi a Revolução de Outubro de 1917.

Em fevereiro de 1917 ocorre a derrubada do tsar e tentativa de formar uma República liberal. O Palácio de Tauride é tomado por soldados e trabalhadores. Era neste local que a Duma (assembleia legislativa do final do Império Russo) se reunia. A partir daí, dois poderes irão se formar em instituições separadas: o Governo Provisório (contendo Kerenski, um dos líderes da Revolução de Fevereiro, mas que não conseguiu conter a Revolução de Outubro) e o Soviete de Petrogrado (continuando a formação dos sovietes de 1905). Essas duas formações ilustram o que Trotsky chama de “duplo poder”, fenômeno que ocorre em momentos de Revolução, no caso o controle operário é inicialmente a dualidade de poder nas fábricas. Em outubro de 1917 os Bolcheviques (integrantes da facção majoritária do Partido Operário Social-Democrata Russo liderada por Vladimir Lenin) cercam e tomam Petrogrado (Golpe dos Bolcheviques). Chamada também Revolução Bolchevique, Revolução Vermelha,

derrubada do governo provisório. A partir desse momento começa a Guerra Civil Russa e depois, há a formação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) em 1922.

Nesse período Lênin e Trotsky foram os principais quadros teóricos que contribuíram para a compreensão do controle operário no processo revolucionário e para organização da própria revolução de outubro de 1917. Segundo Verago (2007), Lênin, no calor da revolução, debateu o conteúdo prático e político que o controle operário das fábricas, tão importante naquele momento para manter a produção a todo custo. Trotsky também irá contribuir com textos mais tardios, de síntese a partir da experiência russa e de outros países, como por exemplo, em sua obra *Programa de Transição*.

Nesse cenário, a noção de controle operário está vinculada diretamente com o processo de luta dos operários e vai além da noção de uma simples participação do trabalhador na empresa como ocorria, a exemplo, dos comitês internos de fábricas. Os soviets eram organizações político econômico que ultrapassavam as fronteiras das unidades produtivas das fábricas.

Para Trotsky, o soviete representou a “democracia revolucionária” e consistiu na “expressão organizada da vontade de classe do proletariado”. Sobre os comitês de fábrica diz que a natureza de duplo poder contida neles (regime capitalista e regime proletário) abrem suas portas a todos os explorados, mas são restritas ao ambiente fabril. Já os conselhos, esses abrem um período de dualidade de poder no país. Caso o embate entre as dualidades, o poder dos conselhos saia vitorioso esse será a experiência da ditadura do proletariado e a constituição do socialismo na sociedade.

Lênin defendia a ação para os comitês de fábrica, que combinava a necessidade de controle da produção e distribuição com a necessidade de tomada do poder de Estado. A forma como os soviets foram organizados se espelhou em grande medida nas orientações

esboçadas pelo líder revolucionário. Em seu “Projeto de Regulamento Sobre o Controle Operário” já esboça a sua concepção em centralizar os sovietes na estrutura do partido bolchevique, o que acaba ocorrendo, estruturando e subordinando burocraticamente os conselhos a estruturas gerais como o Conselho Supremo da Economia Nacional da União Soviética (*Vesenkha*). Esse conselho tinha atribuição de supervisionar e controlar as indústrias estatizadas, tendo poderes de confisco e expropriação. Com a chegada de Josef Stálin ao poder soviético em 1922, o processo de neutralização política sobre os sovietes avança levando a uma forte burocratização e centralização de poder no Estado.

No mesmo período do início do século XX em outros lugares da Europa os Partidos Social-Democratas, estavam em ascensão seguindo a efervescência do movimento operário: aumentavam militantes, recursos, e, com o crescimento eleitoral, aumentava os cargos, o poder financeiro, e a burocracia partidária. Porém, a base ainda era formada em grande parte por trabalhadores (operários, camponeses, etc.). Alguns sindicatos seguiram um percurso análogo e aumentaram cada vez mais sua burocracia e poder financeiro.

Ao mesmo tempo em que alguns partidos e sindicatos revelaram seu verdadeiro papel reformista no processo de lutas operárias, do acirramento da luta de classes e das crises do capital emergiram novas ocupações de fábricas e novas formas de organização gestadas pelos próprios trabalhadores, na Alemanha (1918-1919), Hungria (1919), na cidade italiana de Turin (1919-1920).

Durante o processo revolucionário pós 1917, já haviam surgido as primeiras interpretações sobre esta nova forma organizativa do proletariado. Era clara a importância das greves de massas e sua manifestação nos vários países da Europa. Foi neste contexto que surge a discussão sobre a greve de massas e as experiências de controle operário sobre a produção no interior da social-democracia, principalmente a alemã e a belga (VIANA, 2010). O debate passava pelo pêndulo entre os favoráveis a generalização da ação espontânea das

greves e outros que queriam controlá-las, centralizando-as nos partidos. Isto foi denunciado por Rosa Luxemburgo e Anton Pannekoek.

Rosa Luxemburgo acreditava que eram um avanço organizativo e político da classe operária as lutas espontâneas do proletariado e o movimento grevista que surge a partir delas, demonstrando uma riqueza e complexidade muito grande. A militante e intelectual diante a onda revolucionária na Alemanha em 1918 acreditava que a revolução só poderia se concretizar como um projeto das massas. Acreditava que os conselhos de operários e soldados instaurados na Revolução Alemã de 1918 seriam parte do movimento em massa dos trabalhadores e sua conscientização, que por eles seria possível a instauração de uma República Socialista. Rosa fazia parte do movimento revolucionário espartaquista que rompeu com a social democracia após os resultados desastrosos da Primeira Guerra Mundial. Os espartaquistas, assim como ela tinham a estratégia de criar uma nova forma de soberania popular que substituísse o Estado de direito burguês, com os conselhos de operários e soldados. Para eles os conselhos representavam a ideia de democracia socialista real, instrumentos de base que substituiria os órgãos de dominação burguesa.

Pannekoek, um dos expoentes da corrente conhecida como Comunismo de Conselhos, possui algumas aproximações com Rosa Luxemburgo e vai se dedicar a teorização do controle operário, entendendo esse fenômeno como uma das principais vias para a suplantação do modo de produção capitalista. De sua obra destaca-se duas ideias principais: 1) a autonomia do proletariado frente aos capitalistas e à degeneração burocrática de partidos e sindicatos de trabalhadores ; 2) a impossibilidade de reconstruir o movimento operário nos moldes em que existiu, tanto antes de 1914, quanto no período de 1917-21 (aqui levando em consideração a experiência da social democracia e o bolchevismo soviético). Pannekoek faz uma dura crítica à tendência burocratizante dos partidos e sindicatos ao dizer que o operário na luta pela sua liberdade não pode se limitar a pagar suas

quotas e obedecer aos dirigentes. Dizia que para além de destruir o poder capitalista a revolução proletária tinha que exigir do conjunto da classe operária a saída da sua condição de dependência e ignorância.

Para o autor os conselhos operários constituem a forma de autogoverno da classe trabalhadora de transição e que substituirá as atuais formas de governo, mas alerta que sua forma não é eterna pois em uma sociedade coletiva, “quando a humanidade controla inteiramente sua própria vida, a necessidade cede o lugar à liberdade e as regras estritas de justiça estabelecidas anteriormente convertem-se num comportamento espontâneo.” Destaca também que na organização dos conselhos a organização social do trabalho obriga cada operário a dedicar toda a sua atenção a causa comum, à totalidade da produção.

Assim, alguns teóricos, especialmente Rosa Luxemburgo e Anton Pannekoek, já haviam vislumbrado o caráter revolucionário das greves de massas a partir da própria experiência das lutas operárias.

Outro importante teórico revolucionário marxista importante a ser destacado no debate acerca do controle operário é o italiano Antônio Gramsci diante a onda de ocupações de fábricas e a instituição de conselhos operários na cidade industrial de Turin. No final de 1919, os operários de Turim entram em greve para comemorar o 2º aniversário da revolução Soviética. Em março de 1920, várias fábricas são ocupadas. No Sul, camponeses ocupam terras dos grandes proprietários. Durante cerca de dois anos, o chamado “Biênio vermelho” desenvolveu-se um processo de lutas muito violentas onde cerca de 500.000 trabalhadores são organizados em Conselhos. Gramsci (2004), em seus *Escritos Políticos* coloca as comissões internas de fábrica como “o primeiro elo da cadeia histórica que leva à ditadura proletária, e ao comunismo, no que se refere aos operários fabris”. Tem um diferencial ao sindicatos pois não nascem baseadas nas fábricas como um todo e não nas categorias profissionais organizadas a partir da divisão do trabalho. O autor ainda acrescenta a necessidade dos

comitês de fábricas se expandirem e agregarem-se em instituições urbanas e de bairro dos moradores de todas as outras atividades da vida moderna, para ele essas organizações são “o modelo do Estado operário”.

Existia desde o início um esforço dos operários italianos para organizar, um sistema de gestão operária da metalurgia. O seu desfecho foi uma violenta repressão que impôs fim ao avanço do movimento operário e a ascensão do regime fascista italiano um dos fatos histórico que expressava o fim da onda de ascensão da luta da classe trabalhadora no pós Primeira Guerra Mundial.

Meados do pós Segunda Guerra Mundial, na segunda metade do século XX, há uma retomada acerca do debate sobre a intervenção operária na produção. O termo autogestão aparece com mais força caracterizando as experiências de controle operário, na Espanha (1936-39), na França durante a onda de revoluções do chamado Maio de 68, na Revolução dos Cravos em Portugal (1974-75) e outras revoluções do leste europeu: Hungria (1956), Tchecoslováquia (1968), Polônia (1980-81) e Iugoslávia (1949-53).

A partir da experiência iugoslava, o termo sérvio *samoupravjje* (*samo* significa o prefixo grego auto, e *upravje* significa gestão) foi traduzido ao francês por *autogestion* (SECCO, 2003). Dessa forma, não caberia atribuí-lo, como se fez muitas vezes desde então, ao início do século XX. O termo autogestão será difundido depois deste período e começa a ser entendido como relacionado à ideia de controle operário, apesar de que atualmente existam diferentes conotações para esse termo não ligado necessariamente a conceituação historicamente construída nas experiências revolucionárias do início do século XX. Na América Latina experiências ligadas ao controle operário da produção ocorreram no Chile em 1973 com os cordões industriais, na Revolução Boliviana em 1952 com a Central Obrera Boliviana, no Cordobazo argentino em 1968. No Brasil também ocorrem algumas

experiências de ocupações de fábrica e tentativas de controle operário a partir da década de 1960 em cidades como Osasco e Contagem (SECCO, 2003).

Podemos concluir que o controle operário e todo o seu desenvolvimento teórico estão intimamente ligados ao processo histórico de desenvolvimento do movimento operário europeu e da luta de classes desencadeada por ele em alguns países europeus nas primeiras décadas do século XX. Esse período é marcado pela radicalização das lutas operárias que buscam uma perspectiva de superação da ordem do capital. Desde a revolução russa até hoje, época de crises permanentes do capitalismo, não houve uma única década onde os trabalhadores não tenham experimentado a ocupação e o controle de fábricas em processos revolucionários (VERAGO, 2007). De forma sintética podemos definir o controle operário como uma forma do controle dos meios de produção pelos próprios trabalhadores. Como veremos a partir do próximo capítulo, a ofensiva do capital em tempos contrarrevolucionários imprimiu um caráter mais defensivo das experiências de controle operário em que em muitos momentos prevaleceu o interesse mais imediato como o de impedir a perda dos postos de trabalho com o fechamento das empresas; e a redução dos ritmos e jornadas de trabalho.

## CAPÍTULO 2

### **OCUPAR, PRODUZIR, RESISTIR:** o caso Flaskô e o difícil caminho contra a correnteza.

Em 12 de junho completam-se oito anos de ocupação e controle operário na fábrica Flaskô. Diante da crise capitalista e a decisão dos patrões de fechar a fábrica os operários e as operárias levantaram a cabeça e organizaram-se para manter a fábrica funcionando na luta em defesa dos empregos. Ocupando a fábrica e tomando seu controle. Sem o patrão e a partir do controle operário, da democracia operária, foi reduzida a jornada de trabalho para 30 horas semanais, sem redução nos salários. Sem o patrão, os operários e as operárias em conjunto com famílias da região organizaram a ocupação do terreno da Fábrica e constroem hoje a Vila Operária e Popular com moradia para mais de 560 famílias. Sem o patrão, os operários e as operárias reativaram um galpão abandonado e iniciaram o projeto “Fábrica de Cultura e Esporte”, com teatro, cinema, judô, futebol, balé e dança. Além de cursos e atividades de formação. Desde o início os operários defenderam a estatização da fábrica sob controle dos trabalhadores diante das dívidas dos patrões com o estado. Desde o início os operários e operárias se somaram a luta do conjunto da classe trabalhadora. Defendendo a reforma agrária junto com os trabalhadores do campo, defendendo a luta pelas moradias com os operários na cidade, defendendo os direitos e a luta contra os patrões em dezenas e dezenas de fábricas. Defendendo os serviços públicos como saúde e educação junto ao povo e aos trabalhadores do setor público. (Trecho extraído do Manifesto em Defesa da Flaskô sob Controle dos Trabalhadores)

#### **2.1 Ocupar: antecedentes da tomada da Flaskô pelos trabalhadores**

A Flaskô Industrial de Embalagens Ltda, fundada em 1977 está localizada no Parque dos Bandeirantes, na cidade de Sumaré, Estado de São Paulo, com população de 241.311 habitantes<sup>4</sup>. A cidade é um dos maiores polos industriais de São Paulo e os ramos com maior expressão são metalúrgico, químico, elétrico e têxtil. Ligado e classificado como uma empresa do setor químico, a Flaskô produz tambores plásticos (chamados de bobonas) para

---

<sup>4</sup>BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Contagem Populacional. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>> Acesso em: 03 jun. 2011

uso industrial na armazenagem de produtos alimentícios, líquidos, produtos químicos, fertilizantes, etc.



Imagem 1 – Vista área por satélite da Flaskô. Fonte: Google Maps <https://maps.google.com.br/>

A empresa em sua origem fazia parte do Grupo Hansen Indústria S.A., uma das pioneiras no Brasil na produção de produtos plásticos. João Hansen Júnior foi o fundador do grupo que teve êxito econômico até meados da década de 1980, quando houve partilha de bens familiares entre os filhos do sócio-fundador (João Hansen Neto, Carlos Roberto Hansen e Eliseth Hansen Batschauer). Após a morte de Carlos Roberto Hansen (sucessor ungido por João Hansen Júnior para administrar o grupo empresarial) em um acidente aéreo na Colômbia, em 1994 criou-se uma situação de conflito entre os herdeiros. A situação foi

agravada em razão do desaparecimento do próprio fundador em 1995. No processo de partilha, a Cipla, Tigrefibra, Profiplast e Hansen Agropecuária, deixaram de integrar os negócios do Grupo Tigre, passando aos cuidados de Eliseth Hansen Batschauer e Luis Batschauer, que assim criaram a Corporação HB S.A. (CHB S.A.).

O grupo foi desmembrado em duas partes sendo que Eliseth Hansen e seu marido Luis Batschauer herdaram a CHB S.A. (constituída pelas empresas Flaskô, Cipla, Interfibra, Profiplast e Brakofiz) enquanto que os irmãos Carlos Alberto Hansen e João Hansen ficaram com o restante da S.A., que hoje é conhecida como Tigre S.A, uma das maiores marcas multinacionais de tubos e conexão (DELMONDES; CLAUDINO, 2009).

No final dos anos de 1980, os Batschauer apostaram no processo de divisão das atividades operacionais da CHB S.A. formando empresas juridicamente independentes, responsáveis por seus lucros operacionais, gerenciamento do quadro de pessoal, do parque de máquinas etc. Ainda geraram uma divisão da corporação em seis holdings, onde a Flaskô fazia parte da chama HB Industrial S.A. juntamente com as empresas Brakofix, Interfibra, Profiplast, Poliex e Glycerin (NAPOLEÃO, 2009).

**Tabela 1** – Faturamento da HB Industrial (1989 e 1990)

Empresa	Em milhares de US\$		Em toneladas	
	1989	1990	1989	1990
Brakofix	35.470	33.409	3.101	2.669
Interfibra	20.711	15.894	1.633	1.501
Profiplast	11.553	12.696	2.037	1.954
Poliex	1.879	2.800	52	80

Glycerin	816	1.268	224	308
Flaskô	10.444	9.941	2.427	2.414
Total	80.873	76.008	9.474	8.926

Fonte: NAPOLEÃO, 2009

A partir da década de 1990, o grupo CHB S.A. entra em vertiginoso processo de decadência e isso é percebido na redução significativa do faturamento entre os anos de 1989 e 1990. A aposta na expansão/descentralização do grupo ao chocar-se com o cenário de crise nesta década dá resultados negativos. Isso fez com que ocorresse uma série de demissões, não pagamentos de salários, não pagamento dos encargos trabalhistas e precarização do seu parque fabril. O presidente do grupo, Luis Batschauer, em uma declaração a um organismo de imprensa, declara que “a partir desse momento não investirei em mais nada” (VERAGO 2010).

Desde antes a cisão do Grupo Hansen já havia um processo de racionalização industrial com redução de custos instalados. Gradualmente, as fábricas pertencentes ao grupo vão enxugando seu quadro funcional, combinados com uma agressiva política de aumento de produtividade e produção. A partir de 1991, segundo Napoleão (2009) a CHB S.A. toma algumas medidas de reestruturação empresarial objetivando à concentração em negócios rentáveis e de origem da empresa, saneamento financeiro, redução de custos, maior racionalização industrial e maior penetração de mercado. As ações eram de cinco naturezas:

- 1) Estrutural: redução da estrutura empresarial; fusão das empresas com atividades afins; compactação do corpo executivo; redução de níveis hierárquicos.
- 2) Industrial: desativação e unificação de plantas fabris, buscando racionalidade e sinergias com centralização em Joinvile (SC) e Sumaré (SP) e a liberação de imóveis para compor o saneamento financeiro.

- 3) Comercial: fortalecimento da especialização por mercado; redução e centralização da estrutura da área comercial, com ênfase nos custos fixos; concentração em negócios/linhas de produtos mais rentáveis; racionalização e enxugamento das equipes de vendas e escritórios regionais.
- 4) Administrativo/Financeira: centralização de todas as decisões de ordem administrativa e financeira em Joinville (SC); implantação de um sistema eficaz de controle das operações.
- 5) Reestruturação de Capital: desmobilização de ativos; participação de credores no capital da empresa; alongamento do perfil da dívida; aporte de capital do acionista.

Com essas medidas a CHB S.A chegou a resultados como a redução de estoques (sistema *kanban*<sup>5</sup>) que possibilitavam maior capital de giro e a redução de quadro pessoal sem prejuízos significativos na produtividade. Mesmo assim a empresa não deixou de colher faturamentos mais baixos ao longo dos anos (de US\$ 154 milhões em 1990 para 113 milhões em 1992 e de 87 milhões em 1992 para 81 milhões em 1993).

É importante estabelecer uma comparação e relação de conjuntura com esta situação particular, em que os problemas administrativos da empresa, a princípio e de maneira superficial, estão somente relacionados a uma má gestão. O processo de falência que se inicia no grupo empresarial que a Flaskô pertencia não é somente um caso isolado, mas sim a ponta de um iceberg de um processo maior. Podemos verificar que existem nexos com um contexto mais geral da década de 1990 em que muitas empresas brasileiras também decretaram falência em que foram atingidas pelo processo de reestruturação produtiva e adoção de um receituário econômico e político de natureza neoliberal. Para além desse elemento conjuntural

---

<sup>5</sup> O sistema *kanban* ou *Just in Time* é um sistema de produção cujo princípio determina que nada deva ser comprado, produzido ou entregue antes da hora exata, sob pena de estar sendo gerado desperdício.

pode-se reafirmar a análise que o próprio Marx detecta como tendência no modo de produção capitalista articulado e ampliado em uma esfera mundial:

Pela exploração do mercado mundial a burguesia imprime um caráter cosmopolita à produção e ao consumo em todos os países. Para desespero dos reacionários, ela retirou à indústria sua base nacional. As velhas indústrias nacionais foram destruídas e continuam a sê-lo diariamente.” (MARX; ENGELS, 1998, p. 15)

Com certeza, podemos observar esta característica monopolística do capital e seus reflexos e articulações histórico-sociais como o caso do fenômeno da *Flaskô* e todas as empresas ocupadas que se originaram do processo falimentar de empresas nacionais. Observamos uma nova ofensiva do capital em que os Estados nacionais ingressam em uma economia marcada pela abertura financeira dos países pobres para o capital financeiro e a afirmação de uma (não) participação estatal na economia e mercado.

Essas mudanças no Brasil, segundo Malaguti (2001), são verificadas no início dos anos 1990, em presença de um notório processo de abertura econômica que:

Em uma economia subdesenvolvida, a abertura comercial, sem controle da inflação, conduz apenas a um processo de falências, absorções e fusões empresariais, incentivando uma crescente monopolização do parque produtivo no país. Neste contexto, boa parte do valor do capital produtivo das empresas não monopolistas dirige-se para o mercado financeiro, evitando riscos desnecessários em projetos de médio ou longo prazos (investimentos). As unidades monopolistas, por sua vez, retardam a modernização de seus equipamentos, o progresso tecnológico e os novos investimentos. Além disso, com a monopolização crescente da economia, o próprio Estado vê enfraquecidas suas possibilidades de intervir nos mecanismos de mercado e sustentar uma demanda e uma acumulação declinantes (MALAGUTI, 2001, p. 25).

Diante dessa constatação é percebemos que o processo de decadência do grupo CHB para além de fatores particulares vinculados às escolhas e decisões da empresa, está relacionado também às exigências de um novo padrão de acumulação no país, marcada pela maior abertura ao capital financeiro e desmonte de um modelo de industrialização por substituição importações que marcou a década de 1990. Essa nova fase de acumulação do

capital fez com que houvesse uma reorganização e especialização setorial das indústrias com novas exigências tecnológicas e organizativas associada a um processo de desindustrialização perpetrado pelo projeto neoliberal que redefiniu a organização internacional do trabalho, localizando o Brasil e América Latina como economias voltadas prioritariamente para produção de matérias primas e recursos naturais/energéticos.

A situação da CHB se agrava ao entrar nos anos 2000. Segundo Delmondes e Claudino (2009) existem inúmeros processos contra os proprietários do grupo CHB que passam por dívidas federais, contribuições sociais e previdenciárias.

Os três sócios somam um total de 65 processos no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo da Comarca Sumaré. O número é mais expressivo quando somado aos 85 processos no Poder Judiciário de Santa Catarina da Comarca de Joinville. (DELMONDES; CLAUDINO, 2009, p. 33)

Na fábrica Cipla (empresa do grupo CHB) já não se pagava o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) desde 1999. A situação piorava os funcionários recebiam em parcelas semanais de 30 ou 50 reais mesmo com a empresa em plena produção. A situação de precariedade objetiva e subjetiva é tão intensa que um funcionário comete suicídio (VERAGO, 2010).

Em janeiro de 2002, trabalhadores indignados contra os atrasos constantes no pagamento dos salários, do décimo terceiro e outros direitos trabalhistas não cumpridos pelos donos, resolvem paralisar as atividades por 24 horas. Na Flaskô já havia registros de greve desde 1997 diante as insatisfações das condições de trabalho e erosão da empresa. A paralisação não contava com o apoio do sindicato que alegava que os donos não teriam como pagar ninguém, pois a mesma iria fechar (DELMONDES; CLAUDINO, 2009). O resultado da paralisação foi à demissão de 140 trabalhadores juntamente com as lideranças da greve.

Dirigentes políticos ligados à corrente “O Trabalho”<sup>6</sup>, ao tomarem como exemplo as ocupações de empresas em países como Argentina, Uruguai, Paraguai e Venezuela decidem impulsionar a mesma experiência na Cipla como alternativa a via tradicional de negociação proposta pelo sindicato<sup>7</sup>.

Em seu auge antes do processo de falência, a Flaskô chegou contar com cerca de 600 funcionários. Esse número já estava drasticamente reduzido. A proposta de ocupação da Cipla é levada para uma das assembleias, juntamente com outros trabalhadores da empresa Interfibra, deliberando a deflagração da greve nas fábricas.

Segundo relatos dos próprios trabalhadores da Flaskô existia outro fato político que estimulava a opção pela greve: a possibilidade da candidatura do ex-sindicalista, Luís Inácio Lula da Silva, ganhar as eleições para a presidência da república do Brasil. A expectativa foi para os trabalhadores da Cipla e Interfibra, assim como para muitos outros trabalhadores e movimentos sociais, de que com a vitória de Lula o conjunto de problemas passados pelos trabalhadores fosse resolvido. Os trabalhadores das empresas formam uma comitiva e vão ao último comício do candidato em Florianópolis (SC) onde entregam documento relatando suas dificuldades e reivindicações.

Segundo Raslan (2007, p. 12) a reação do patronato é imediata:

De notas distribuídas à imprensa local, passando pelo uso da polícia para “garantir o direito de ir e vir” dos operários até intimidações feitas por meio de ligações telefônicas dos próprios irmãos Batschauer (proprietários das fábricas) aos trabalhadores, foram tentadas várias formas para dar fim à greve.

---

<sup>6</sup> Os integrantes pertencentes a essa corrente do Partido dos Trabalhadores (PT) são um dos principais formuladores político do movimento de fábricas ocupadas que aconteceram nas empresas Cipla, Interfibra e Flaskô. Futuramente, após racha se organizam em uma nova corrente denominada “Esquerda Marxista”.

<sup>7</sup> É importante ressaltar que o contexto da década de 1990 marcado pela nova ofensiva do capital nas asas do Neoliberalismo e da reestruturação produtiva flexível, trouxe resultados nefastos para a organização dos trabalhadores. Ocorreram mudanças estratégicas nas práticas sindicais do sindicalismo brasileiro. Ele caracteriza essas mudanças como um neocorporativismo, uma forma híbrida do corporativismo de Estado com o de mercado. Para maiores informações a cerca desse debate, ver o trabalho de ALVES, G. (1998).

A resistência da greve permite com que aconteça uma reunião entre o comitê de greve, o sindicato e empresários, mediado pela Delegacia Regional do Trabalho e o Ministério Público do Trabalho. Durante as reuniões para negociar o pagamento salarial e regularização das dívidas os irmãos Batschauer reconhecem que não têm condições para cumprir com as dívidas trabalhistas e são forçados a firmar um acordo para criar um processo de transferência do controle das duas fábricas para os trabalhadores. Cria-se uma Comissão de Transição. Após atritos com os empresários logo é substituída pelos trabalhadores por um Conselho Administrativo Unificado. Os trabalhadores retomam a produção em novembro de 2002 e assumem o controle das empresas expulsando a presença de Luís Batschauer diante o não cumprimento do acordo estabelecido com eles e a insistência do proprietário em retomar as empresas.

Com novas assembleias na Cipla e Interfibra, elegem comissões de transição para organizar auditoria financeira nas empresas. Comissões de trabalhadores conseguem procuração judicial para administrar as empresas. Convocam sindicatos, associações, partidos, representantes do poder público para compor um “Comitê em Defesa do Emprego, do Salário e dos Direitos Trabalhistas em dia”. Inicia-se a Campanha de coleta de assinaturas pela “Estatização para salvar 1000 empregos”.

Após contatos estabelecidos entre os trabalhadores da Cipla/Interfibra e Flaskô, no dia 12 de junho de 2003 é deflagrada a ocupação na empresa da cidade de Sumaré. A ocupação e o contato com os trabalhadores da Cipla e Interfibra contou com o auxílio da entidade sindical da categoria, o Sindicato dos Químicos Unificados, mas dirigentes da Flaskô dizem que ao longo do processo de controle operário a entidade manteve-se muitas das vezes afastados. Em outubro, trabalhadores da Flaskô vão a Joinville para se reunir aos operários da Cipla e Flaskô, na primeira “Conferência Nacional em Defesa do Emprego, dos Direitos, da Reforma Agrária e do Parque Fabril.”

## 2.2 Produzir: Flaskô sob controle operário

**FLASKÔ**  
EMPRESA SOB O CONTROLE DOS TRABALHADORES

ESTATIZAÇÃO PARA SALVAR 1070 EMPREGOS  
A VOZ DO TRABALHADOR N° 01 16/07/2003

**OPERÁRIOS OCUPAM FÁBRICA E TOCAM PRODUÇÃO EM SUMARÉ**

Nós trabalhadores da Flaskô, empresa do setor plástico, em assembléia no dia 12/06 decidiram ocupar e tomar o controle operacional, financeiro e comercial da empresa, elegendo uma comissão de 7 trabalhadores e um dirigente do sindicato dos químicos unificados para comandar esse processo.

Estiveram presentes 3 ônibus dos companheiros da CIPLA/Interfibra que participaram de uma audiência no dia anterior (11/06) com o presidente Lula reivindicando a estatização das duas fábricas que já estão sob o controle dos trabalhadores (ver matéria e box), garantindo o seu apoio incondicional e a inclusão dos 70 trabalhadores em sua campanha pela estatização.

A Flaskô é uma empresa do Grupo HB, o mesmo que controlava a CIPLA/Interfibra em Joinville/SC, repetindo aqui seu descaso com o emprego dos trabalhadores. A empresa chegou a ter 600 trabalhadores, definhando até chegar aos 70, sendo irresponsável com os prazos de entrega, pagamentos de matéria-prima, além de atualmente atrasar salários e não pagar devidamente o FGTS e o INSS dos trabalhadores.

Nos unimos aos companheiros de Joinville numa luta nacional pela estatização das 3 fábricas o que sabemos ser a única forma de garantir os 1070 empregos. Coletamos até hoje em torno de 1000 assinaturas em nossa cidade - Sumaré e região - e vamos conseguir outras 20.000 para se somar às mais de 70.000 apoiando a estatização das fábricas que foram entregues em 11/06 na audiência com o presidente Lula, da qual participamos juntamente com os companheiros da Cipla/Interfibra.

Nossa luta pela manutenção dos empregos necessita de amplo apoio da população de Sumaré e cidades vizinhas, estudantes, associações de moradores, sindicatos, parlamentares, etc. Não sabemos ainda o que os patrões podem fazer em resposta às nossas reivindicações, mas sabemos que juntos somos fortes! A luta pela manutenção dos 1.070 empregos (pois agora faz parte da luta dos companheiros da CIPLA/Interfibra) é um passo importante na luta contra o desemprego que assola o país, desestrutura as famílias e nega uma perspectiva de futuro à juventude. Estamos passando um abaixo-assinado em apoio a luta dos trabalhadores pela defesa de seus empregos.



Imagem 2 – Boletim interno da Flaskô, A Voz do Trabalhador nº01 anunciando a ocupação da fábrica.

Ocupar a Flaskô para os trabalhadores foi uma opção coletiva para manter os empregos para alguns dos trabalhadores que já estavam na fábrica, mas também a possibilidade de ser empregado para outros como é o caso do guarda industrial Paulo Viana, primeiro trabalhador no qual tive contato. Segundo o trabalhador:

Na verdade eu cheguei aqui foi em 2003. Foi um colega meu que trabalhava já aqui que me falou da fábrica ocupada e aí surgiu uma vaga na portaria para trabalhar de guarda mesmo. Aí foi essa oportunidade, me chamaram, fizeram meu cadastro e estou aqui até hoje. Era para ficar três meses, quatro meses, mas estou aqui até hoje (Entrevista com guarda industrial – Sumaré/SP, 09/01/2012).

O número de funcionários da fábrica com a ocupação aumentou 81,5% (de 65 para 118), mas, por reflexos da intervenção na Cipla e Interfibra e outras dificuldades econômicas,

em 2007 houve uma queda para 75 postos de trabalho. Atualmente este número está próximo a 70 funcionários.

Vale ressaltar que antes da ocupação já havia uma situação de abandono do patronato e alguns de seus gestores do setor administrativo para além do desmonte parcial da planta fabril com a saída de máquinas e escassez de matérias primas. Começa o processo de recuperação da empresa frente à situação de abandono e penúria que a Flaskô encontrava-se.

Nas assembleias que antecederam a ocupação os trabalhadores da Flaskô passaram por uma decisão envolvendo muita tensão que era a proposta do sindicato da categoria de fazer o embate pela via jurídica negociando perdas como, por exemplo, fazer um “arresto de bens” para garantia do pagamento das dívidas trabalhistas. Os trabalhadores não aceitaram trocar as perdas sofridas em troca da verba proveniente da venda dos bens de uma empresa falida, eles tinham o interesse também em manter seus empregos. Dessa maneira, ocupou-se a fábrica, com a meta da estatização, entendendo essa ser que a única via que garantiria os postos de trabalho juntamente os seus direitos trabalhistas.

Com a ajuda financeira das fábricas ocupadas irmãs Cipla e Interfibra, a produção volta a funcionar. Após a ocupação, um Conselho de Fábrica é constituído. Em assembleia os trabalhadores da Flaskô reunidos com uma comitiva dos trabalhadores da Cipla/Interfibra, representantes do Sindicato dos Químicos de Campinas e Região, decidiram uma estratégia com ordem de prioridades para efetuarem-se pagamentos: em primeiro lugar a matéria prima para manter a fábrica funcionando, em seguida, o salário e na sequência os direitos trabalhistas, os impostos e demais taxas. De início, o caráter do conselho formado era mais administrativo-financeiro, submetido ao espaço da assembleia, como agente regulador das dívidas trabalhistas e outras dívidas contraídas dos antigos proprietários.

Dívidas antigas com fornecedores e prestadores de serviço não permitiu que este esquema fosse colocado em prática e faz com que os trabalhadores ocupados paralitem suas atividades para colocar pressão e questionar o próprio Conselho de Fábrica. A ausência de experiência dos trabalhadores da Flaskô com a situação de controle operário aos poucos vai sendo sanada e alguns problemas ligados a ela. Com o episódio da paralisação dos trabalhadores o Conselho de Fábrica diante a necessidade de acumular mais debates sobre o processo em que a Flaskô estava inserida, organiza uma pré-conferência em 2003 que contou com a participação de cerca de 250 pessoas ligadas a esfera do poder público, movimentos sociais, sindicatos, associações de moradores e partidos políticos. A atividade para além de reforçar a luta da ela defesa dos empregos na Flaskô, avançou na questão política da necessidade de mantê-la sob controle dos trabalhadores.

Boletim interno da **FLASKÔ** outubro/03

**CIPLA/INTERFIBRA/FLASKÔ** **DESEMPREGO ZERO**  
EMPRESAS SOB O CONTRÔLE DOS TRABALHADORES

**CONFERENCIA NACIONAL – UM PONTO DE APOIO A NOSSA LUTA PELA ESTATIZAÇÃO E A DEFESA DE NOSSOS EMPREGOS E DOS DIREITOS**

**ASSEMBLEIA DIA 16 ÀS 18 HORAS DISCUTE CONFERENCIA E NOVOS PASSOS**

O Conselho de Fábrica discutiu e apresenta os resultados da Pré Conferência e da Conferência Nacional, um passo e um ponto de apoio para a classe trabalhadora brasileira em sua resistência contra as demissões, contra o desemprego, a luta pela terra, contra o fechamento das fábricas, enfim, a luta da classe trabalhadora pela sobrevivência.

A **Pré Conferência Regional** realizada em nossa fábrica contou com a presença de cerca de 250 participantes dentre eles representantes da prefeitura de Sumaré, de vereadores do PT, representantes de diversos sindicatos e associações de moradores de Sumaré, representantes do PC do B, da Juventude Revolução. A discussão ao longo do dia foi importante com a participação de Gilmar Mauro do MST, de Julio Turra da CUT, de Evandro do Conselho de Fábrica da Interfibra e de Anselmo do Cest – Unicamp.

Foi formado um **Comitê de Apoio a Luta dos Trabalhadores** em Defesa dos 1070 empregos e pela **estatização** como forma duradoura de garantir os empregos e os direitos. Aproveitou-se uma resolução solicitando uma **audiência com o governador do estado** para discutirmos os problemas com a CPFL (luz) e ICMS, e sobretudo a defesa de nossos empregos. A questão central discutida foi como defender os empregos e os direitos dos trabalhadores pois não somos responsáveis pelas crises dos patrões e do Estado. Aproveitamos uma resolução pelo **DESEMPREGO ZERO E NENHUMA DEMISSÃO** nas empresas.

A **Conferência Nacional** – na qual participamos com 81 delegados - levou nossa luta ao âmbito nacional com a presença de representantes de 7 estados e diversas entidades do país. O Ato de Abertura foi composto pelas organizações que convocaram a Conferência (os três Conselhos de Fábrica, a CUT/SC, o MST, o Centro de Direitos Humanos de Joinville – CDH/JJO), além de representante da CUT Nacional, da Direção Nacional do MST, do Governo Federal e Ministério do Trabalho, do presidente da Câmara de Deputados, do governo do Estado de SC, da Prefeitura e da Câmara de Vereadores de Joinville, do Sindicato dos Químicos de Campinas além da CUT de Pernambuco e vereadores do PT e PC do B. Inúmeras saudações foram recebidas de sindicatos e trabalhadores de diversos estados, de Juizes do Trabalho e de entidades democráticas.

Após três dias de intenso debate os delegados adotaram, por unanimidade, as principais resoluções da Conferência:

- ♦ A aprovação de uma **Carta aos Trabalhadores do Brasil**. A decisão de reproduzir 1 milhão de cópias desta Carta, para que os trabalhadores de todo o país conheçam a nossa luta contra o desemprego na cidade e no campo e a desindustrialização do Brasil.
- ♦ Organizar, em novembro de 2003, uma delegação nacional de sindicalistas e entidades para junto com os três Conselhos de Fábrica, ir a Brasília exigir do presidente Lula a estatização da Cipla, Interfibra e Flaskô.
- ♦ Iniciar articulações com as organizações do povo trabalhador para a realização, no início de 2004, de uma **Marcha Nacional à Brasília em Defesa do Parque Fabril, do Emprego e da Reforma Agrária**.
- ♦ Um **Comitê Nacional de Continuidade da Conferência** para organizar e ampliar o **apoio de entidades do país inteiro**.

A Conferência foi inteiramente autofinanciada por arrecadação organizada pelo Comitê Preparatório garantindo assim sua total independência financeira e política.

Esperamos que estas resoluções sejam um reforço a nossa luta comum contra o caos social organizado pelo regime corrompido da propriedade privada dos grandes meios de produção, que em sua decomposição, alimentada e comandada pelo capital financeiro e pelas multinacionais, só traz guerras e a destruição. A classe trabalhadora saberá realizar sua unidade e defender suas conquistas e seu futuro.



Imagem 3 – Boletim Interno da Flaskô de Outubro de 2003 com informes sobre a Pré Conferência Regional.  
Fonte: Centro de Memória Operária (CEMOP)

O avanço das discussões na Flaskô dão formas ao sistema de funcionamento da fábrica. Segundo membros do conselho a proposta de controle operário vai buscar inspiração nos modelos de organização do trabalho existentes em experiências socialistas do início do século XX, como o caso soviético. Serão três instâncias deliberativas e organizativas dos trabalhadores: a assembleia geral, as assembleias de setor/turno e o conselho de fábrica. O conselho será eleito anualmente em um processo eleitoral coordenado. Cada turno (três no total) dos setores da fábrica tem representantes variando entre 1 e 2 cadeiras. Os indicados para eleição do conselho são tirados nas assembleias de setor/turno, compondo uma lista geral

que será submetida à apreciação de todos os trabalhadores. Ao final, aqueles da lista que tiverem maior número de votos ocuparão as vagas do conselho. Dentro do processo de escolha dos membros do conselho realiza-se também a escolha para Coordenação Geral, Coordenação Comercial, Coordenação Administrativa e de Produção.



Imagem 4 – Foto de cartaz na portaria principal da fábrica anunciando as abertura das inscrições dos candidatos para o Conselho de Fábrica.

O Conselho de Fábrica é uma instância que se reuni semanalmente, enquanto que as assembleias ordinárias são mensais. As reuniões do conselho são abertas para todos os trabalhadores da fábrica que quiserem participar, mas sem direito a voto. Foi criada uma vaga para o sindicato, mas que nunca ocuparam, segundo depoimentos dos trabalhadores da Flaskô, por uma opção de escolha própria.

A fábrica atualmente funciona organizada em 12 setores: produção, expedição, preparação de matéria prima, controle da produção, segurança, predial, reciclagem, administrativo/compras, comercial, jurídico, zeladoria/limpeza, mobilização. A princípio, o funcionamento da fábrica não alterou de forma substantiva, tendo aspectos normais de outras fábricas com uma divisão do trabalho organizados em hierarquias que coordenam a produção. Cada setor/turno tem um coordenador. Nas próprias conversas com os trabalhadores percebe-se uma necessidade de chefias nos setores da fábrica para organização da produção. Acreditam que seja um componente importante para manter o funcionamento da fábrica.

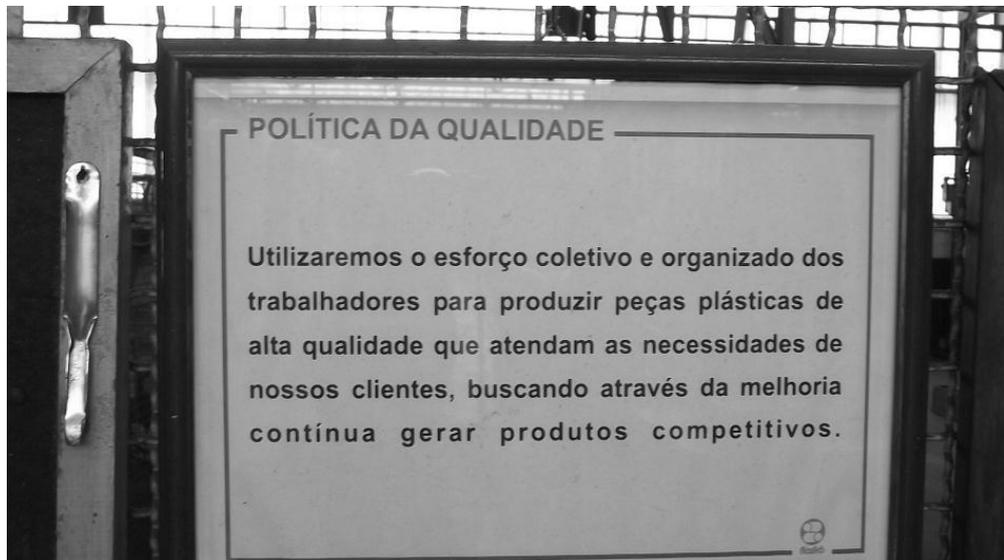


Imagem 5 – Placa dentro da produção com o dizer da política de qualidade da Flaskô.

Certamente isto está relacionado com a própria formação e experiências enquanto trabalhadores em suas trajetórias profissionais/laborativas que se relacionaram com as formas “tradicionais” de organização e produção. Estas bagagens culturais das experiências anteriores de trabalho também afetam nas suas formas de participação dentro da fábrica e nas suas instâncias decisórias. Apesar de serem estimuladas a participação e as instâncias estarem abertas sem nenhuma restrição para todos, verifica-se a dificuldade de alguns em se envolverem mais no processo decisório da Flaskô para além da divisão e execução de tarefas,

principalmente às questões vinculadas à luta política da fábrica. Existe uma tendência na permanência dos postos representativos, lideranças políticas de maior experiência, apesar do incentivo a rotatividade e consenso entre os trabalhadores da necessidade de envolvimento com estas tarefas da fábrica. Podemos ver isso no trecho da entrevista cedida por um dos trabalhadores da fábrica:

Pesquisador - O senhor pretende participar do conselho?

Trabalhador - Não. Meu nome está ali para ser do conselho. Mas não sei se vou participar como membro do conselho. [...] Eu estou desinteressado, tem gente mais nova para estar correndo atrás [...] mas se possível gostaria de não me optar né.

Pesquisador - Vocês acha importante a participação dos trabalhadores na fábrica?

Trabalhador - É bom! É bom que todo mundo participasse. Não é ruim não. Seria uma boa se todo mundo pudesse participar. Não somente meio dúzia, mas o pessoal de forma geral.

Pesquisador - Você acha que os trabalhadores no geral participam dos processos decisórios dentro da fábrica?

Trabalhador - Tem uns que participam mais e outros que participam menos, sim. Tem muitos que nem na assembleia vem, mas está aí defendendo seu pão do dia a dia [...] (Entrevista com guarda industrial – Sumaré/SP, 09/01/2012).

O próprio Conselho de Fábrica tem ideia desta dificuldade e várias estratégias são criadas para envolverem os trabalhadores em uma perspectiva coletiva. Uma delas foi à criação do chamado Setor de Mobilização. Podemos considerar este setor com um organismo de natureza política, sendo responsável pela mobilização dos trabalhadores tanto dentro, como fora da fábrica. Este setor é responsável pela articulação política da fábrica com os trabalhadores, elaborando boletins internos, meios de comunicação externos, atividades de formação, mobilização para reuniões e assembleias, mobilizações para atos políticos, etc. Para, além disso, é responsável pela articulação com movimentos sociais, parlamentares, sindicatos, associações e outros setores sociais.



Imagem 6 – Foto da sala do setor de Mobilização da Flaskô.

Não é comum (pensando em fábricas e empresas tipicamente capitalistas) encontrar um setor político como componente organizacional de agitação e propaganda da empresa. Este setor tem tido papel fundamental e pedagógico na formação dos trabalhadores e desenvolvimento de suas consciências para estimular sua participação na fábrica com perspectivas orientada para valores coletivos e autogestionários, para além de manter constantemente mobilizados na luta política.

Podemos concluir que apesar de estruturas organizacionais hierarquizadas dentro da empresa, existe uma combinação com estruturas horizontalizadas, podendo fazer analogia com a expressão do movimento zapatista “mandar obedecendo”, ou seja, as lideranças/chefias estabelecidas dentro da fábrica não podem ter total autonomia (como um proprietário/patrão tem), sendo que estão submetidas às decisões nas instâncias coletivas das assembleias e do conselho. É uma espécie de centralismo democrático em que os representantes e chefes de setores eleitos tenham que defender e programar as posições e teses adotadas nas instâncias coletivas. Com certeza ainda existem limites enfrentados na fábrica, pensando em uma forma

coletivizada de superação das relações sociais de produção do capitalismo, mas isso será objeto de análise no próximo capítulo.

Com a ocupação da Flaskô e a implantação do regime de controle operário os trabalhadores da fábrica tiveram ganhos significativos. Com a gestão patronal a jornada de trabalho chegava a 12 horas/dia e com baixa remuneração. Na gestão operária, já no primeiro ano de ocupação registra-se um aumento salarial de 20% (4% a mais do reivindicado pela categoria do Sindicato dos Químicos de Campinas). Programa-se também a redução da jornada de 44 para 40h semanais, sem redução dos salários efetivada em 2004. No ano de 2006 houve a redução para 30 horas sem diminuição de salários.

Sobre o sistema de remuneração estabelece uma escala de salários diferenciada por funções com um achatamento, reduzindo os salários maiores e elevando os menores de acordo com os pisos salariais por função estabelecidos em lei, ficando os salários em torno de R\$920,00 a R\$2.800 reais. O objetivo era diminuir a distância salarial entre os trabalhadores e valorizar funções que na gestão patronal não eram valorizadas, demonstrando o esforço em reconhecer a importância de cada atividade profissional no processo global de produção. O regime de contratação terceirizado como segurança e limpeza é eliminado, mas são mantidos os postos de trabalho e incorporando-os ao regime de contratação da fábrica em carteira de trabalho.

Uma impressão pessoal do pesquisador deve ser registrada também para compreensão do significado do controle operário sobre a fábrica. Nos momentos em que estive a campo, convivendo com o trabalho e cotidiano da Flaskô, nota-se uma ambiência diferenciada entre os trabalhadores. Apesar de todos exercerem responsabilidades divididas e coordenadas não há clima de uma cobrança exacerbada de um regime despótico e impessoal como podemos constatar em outras empresas de controle patronal. Há uma maior liberdade dentro da fábrica e um clima maior de aproximação e interação entre os trabalhadores. Não existe um controle

rígido de um relógio gerencial e de uma disciplinarização da circulação dos corpos dos trabalhadores dentro da fábrica que os oriente somente para a atividade produtiva. Os trabalhadores tem razoável liberdade para interagir e se expressar dentro da atividade fabril, dando sentido mais humano e consciente de sua presença enquanto trabalhador. Os laços de solidariedade estão vinculados mais a uma condição coletiva do que individual. Segundo depoimento de um trabalhador “aqui é como se fosse uma grande família.”

### **2.3 Resistir: o processo de luta pela manutenção do controle operário sobre a Flaskô**

A partir da ocupação da Flaskô é consolidado o Movimento das Fábricas Ocupadas no Brasil (MFO) juntamente com as empresas também ocupadas Cipla e Interfibra no sentido de criar uma força social capaz de defender os postos de trabalho na luta pela estatização das fábricas falidas ou em regime pré-falimentar. Segundo Verago (2010) entre 1998 a 2001 registrava-se 3500 falências em média ao ano. Segundo membros do conselho da Flaskô o MFO reivindica a estatização sob controle dos trabalhadores tendo como base a história da classe operária e as experiências de controle operário. A perspectiva é de expropriação dos meios de produção, com vistas à transformação da sociedade capitalista para a uma sociedade socialista apontando as contradições do Estado e colocando os trabalhadores em luta, exercendo a democracia na produção. O movimento será responsável por vários atos e mobilizações de trabalhadores em diversas fábricas que estavam em regime falimentar ou pré-falimentar.

Um dos primeiros desafios que a Flaskô e o MFO irão enfrentar é a luta pelo reconhecimento do Estado da legitimidade do controle operário sobre as fábricas. Na verdade o tratamento do Estado irá ser de dois pesos e duas medidas. Por um lado ele atua na responsabilização dos trabalhadores das fábricas ocupadas cobrando o passivo de dívidas

relacionadas a débitos trabalhistas e tributários deixadas pelo antigo proprietário. Por outro, recusa-se a reconhecer o controle operário para viabilizar sua personificação jurídica que dê condições, por exemplo, para que a Flaskô possa ter acesso a programas e linhas de crédito.

Em março de 2005 o Governo Federal ( Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e Fazenda Nacional) cobra dívidas antigas por intermédio de leilões e penhora de faturamento de até 25% faturamento das empresas. Ameaçam de prisão uma das lideranças do movimento Serge Goulart, diante do posicionamento da Cipla de não concordar com o pagamento das dívidas deixadas pelos patrões. A situação se agrava com a intervenção policial federal na Cipla, com 150 policiais armados. Nos dias seguintes, com a presença da policia na fábrica, todos os representantes eleitos do Conselho de Fábrica da Cipla são demitidos por justa causa. O interventor nomeado intimida os trabalhadores colhendo assinaturas dos que estavam de acordo com a intervenção. Os que se recusaram a assinar também foram demitidos. A Interfibra juntamente com a Cipla também sofre a intervenção.

No mesmo ano, em 2007, o interventor nomeado da Cipla – Interfibra, Rainoldo Uessler e o procurador das fábricas Camilo Piazeira Neto, junto com um representante da Dhromus (empresa de auditoria) realizam uma investida sobre a Flaskô na tentativa de reassumirem também a fábrica. Anunciam a demissão do coordenador-geral do Conselho de Fábrica, Pedro Alem Santinho e outros dois representantes dos trabalhadores, Joaquim Amaro e Fernando Gomes Martins.

Em resposta, os trabalhadores paralisam as máquinas diante a decisão de que não aceitariam nenhuma demissão. O interventor continua sua investida ameaçando trazer a Polícia Federal para realizar a retomada da fábrica da mesma maneira que fez com a Cipla e Interfibra. Um piquete é convocado, contando com a presença de diversos apoiadores do movimento. Participaram do ato: a Esquerda Marxista do PT, o Sindicato dos Químicos de Campinas, Osasco e Vinhedo, Sindicato dos Metalúrgicos de Campinas, Sindicato dos

Sapateiros de Franca, Sindicato dos Pesquisadores, trabalhadores demitidos da Cipla, trabalhadores da Ellen Metal (Caieiras), Rede Nacional de Advogados Populares (RENAP), assessor do Deputado Federal Zaratini (PT), vereadora Marcela Moreira (PSOL – Campinas), Corrente O Trabalho do PT, Partido Comunista do Brasil (PCB - Campinas), uma comissão de moradores da Vila Operária e Popular, Movimento Negro Socialista, Juventude Revolução e um grupo de professores de SP. Em meio às palavras de ordem e protestos os interventores são obrigados a se retirar.

As dificuldades ainda persistem em aparecer dificultando a gestão operária. Já não bastassem as preocupações que orbitavam em torno do passivo de dívidas deixadas pelos antigos patrões (dívidas essas que incluía encargos trabalhistas que beneficiavam eles próprios), os trabalhadores da Flaskô agora tem que resolver o pagamento de dívidas com a empresa Brasken (pertencente ao Grupo Odebrecht)<sup>8</sup>. O antigo dono da empresa havia feito um acordo com a multinacional penhorando a principal máquina da Flaskô, uma injetora Mauser. Segundo Raslan (2007) esse foi um dos piores momentos da ocupação porque com a saída da máquina a produção parava e a luta com ela também.

Após negociações frustradas com a Brasken, os trabalhadores partiram para resistência direta, ameaçando, caso tentassem retirar a máquina da fábrica, atear fogo à mesma. A ameaça surtiu efeito e um novo acordo foi firmado. A proposta da empresa de pagamento em três anos ou a retirada da máquina foi substituída pelo pagamento de uma prestação de 0,5% do faturamento mensal por um período de cem anos. Mais uma vez o enfrentamento evidenciou a perspectiva do movimento na luta de classes.

A Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL) foi outro problema, pois efetuou cortes de energia por ausência de pagamento das antigas contas, interrompendo a produção. A

---

<sup>8</sup> Segundo Raslan (2007) a empresa possui cerca de 500 processos com uma dívida que ultrapassa R\$81.000.000,00 (oitenta e um milhões de reais)

resistência é feita por mobilizações e atos públicos, conseguindo novamente contornar a situação. Na imprensa, a revista *Veja* publica matéria criminalizando a ocupação da Flaskô e faz um ataque ideológico, caracterizando os trabalhadores da fábrica pejorativamente como o “MST das Fábricas”, levantando a ameaça para as demais empresas da generalização das ocupações e ainda saem em defesa do interventor expulso da fábrica.

Um dos componentes vitais para a manutenção da fábrica é a ação com outros grupos que forneçam uma alternativa a dinâmica estritamente econômica e os ditames das leis mercadológicas. Com a constante ameaça de penhora, leilões e intervenção pelo poder público, torna-se extremamente estratégico a articulação de ações políticas junto a parlamentares e outros movimentos sociais como o MST, MTST, sindicatos e centrais sindicais. Ao longo dos 10 anos de ocupação foram várias marchas, caravanas, audiências públicas, encontros, e seminários, que contribuíram para a resistência.

Uma articulação e troca de experiências com outros movimentos da América Latina (Argentina e Venezuela) de empresas ocupadas foi estabelecida. Dentre eles se destaca o Movimento Nacional de Empresas Recuperadas (MNER), que é a principal organizadora de trabalhadores que ocuparam empresas somando um total de 60, o movimento também defende a estatização sob controle operário.

O governo venezuelano também se tornou importante parceiro político na luta pela sobrevivência da fábrica. Em outubro de 2005, na oportunidade do I Encontro Latino-Americano de Empresas Recuperadas estabelece-se um acordo com o governo de Hugo Chávez de cooperação entre os trabalhadores das fábricas ocupadas (Flaskô, Cipla e Interfibra) e a empresa venezuelana Pequiven Petroquímica Venezuelana. O acordo prevê o assessoramento que a Pequiven oferecerá matéria prima para as fábricas ocupadas em troca de transferência de tecnologia para a construção de uma planta fabril na Venezuela. Seriam

fábricas que produziram perfis de PVC para construção de casas populares denominada de Petrocasa. Isso permitiu uma vantagem financeira para a Flaskô manter sua produção.

Com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) estabeleceu-se campanhas de solidariedade como o Encontro dos Trabalhadores do Campo e da Cidade e a Marcha Nacional pela Reforma Agrária, ambos realizados em 2005.

Outro fato importante que auxiliou a luta dos trabalhadores da Flaskô foi à atuação conjunta com outros Trabalhadores Sem-Teto na luta por moradia que culminou na ocupação da própria área inutilizada pela fábrica (esta pertencente à Cipla) formando em 2005, o que eles chamam de Vila Operária. A área era a mesma que estava sendo cogitada pelo advogado do Sindicato dos Químicos de Campinas e Região para ser penhorado como garantia dos direitos trabalhistas. A opção política dos trabalhadores em abrir mão do cumprimento das dívidas dos direitos trabalhistas em troca da ocupação urbana revela que existe um entendimento por parte deles em não isolar sua luta das outras bandeiras de trabalhadores. Raslan (2007, p. 51) complementa que:

Contudo, não é simples essa integração entre os movimentos pois, para que haja realmente intercâmbio, além da necessidade comum de todos, é preciso haver uma relação política entre os movimentos de modo que ocorra uma ação compatível e articulada com as campanhas que possam surgir. Ao realizar a ocupação do terreno, os trabalhadores da Flaskô não tinham conhecimento do que sucederia e, além disso, a motivação não partiu de dentro da fábrica. Alguns trabalhadores posicionavam-se contrários à ocupação da área, se apoiando na fala do Sindicato de que o terreno seria a garantia deles. Porém, na assembleia que foi convocada para discutir a situação do terreno tornou-se consenso que a única garantia que havia era a permanência da luta das fábricas ocupadas.

Mesmo assim os trabalhadores conseguiram chegar ao consenso em aderir à causa da moradia e ocuparam o terreno junto aos sem-teto, constituindo uma ocupação com cerca de 230 famílias. Inicia-se outra frente de intervenção política na luta pelo reconhecimento da ocupação urbana para que essa tenha obras de infraestrutura e assistência social. A união com

os trabalhadores sem-teto foi de extrema importância para o impedimento de leilões de máquinas e corte de energia pela CPFL. Já nesse momento percebe-se que a luta da Flaskô já extrapolava os limites da fábrica em uma perspectiva declaradamente de solidariedade de classes.



Imagem 7: Foto de uma faixa colocada em uma das casas da Vila Operária com o dizer: Vitória: com a luta da Associação dos Moradores da Vila Operária Popular, com o apoio da Flaskô conseguimos mais uma conquista. Água e esgoto para nosso Bairro.

Foram diversas as mobilizações da Vila Operária em conjunto com a luta da fábrica, principalmente nas reivindicações de luz e água para a ocupação urbana. Com as mobilizações constantes entre moradores e trabalhadores da Flaskô ocorrem conquistas que inclusive se estendem para todo o município de Sumaré como a criação de uma lei que permite a prefeitura instalar rede de água em bairros ainda irregulares. Desde então já 4 bairros assim, ganharam água.

Além da Vila Operária e do parque fabril, a ocupação da Flaskô gerou também a Fábrica de Esporte e Cultura. É um grande galpão, onde antes funcionava parte da produção e onde hoje ocorrem diversas atividades ligadas à cultura, recreação e esporte. As atividades são oferecidas de forma gratuita. Reivindica-se que, para além da desapropriação do parque fabril

e da Vila Operária, também seja feita a desapropriação da Fábrica de Cultura e Esportes transformando o galpão em um centro cultural público controlado pelos artistas, educadores e demais trabalhadores que ali atuam. Iniciativas como essa aproximaram consideravelmente a interlocução entre moradores em torno da fábrica e trabalhadores da Flaskô.

De 2003 até 2012 foram diversas campanhas, atos públicos, ocupações de prédios públicos, ações de solidariedade a outras lutas, reuniões, audiências com parlamentares, encontros e alianças com diversos movimentos sociais, partidos de esquerda, sindicato e centrais sindicais. Isso demonstra um aspecto ativista da fábrica que já completa uma década de resistência, algo que para a conjuntura da ofensiva do capital é significativo. A Flaskô foi a única fábrica ocupada efetivamente por trabalhadores no Brasil, a resistir e permanecer em funcionamento, produzindo. As demais sofreram intervenções, reintegrações de posse, ou simplesmente tornaram-se inviáveis economicamente a ponto de serem fechadas e encerrarem suas atividades. Outras trilharam o caminho de se transformarem em cooperativas, caminho este não escolhido pelos trabalhadores da Flaskô e que iremos discutir no próximo tópico.

#### **2.4 A defesa da estatização sob controle operário**

Segundo o Movimento de Fábricas Ocupadas sobre os motivos principal da luta pela estatização das fábricas, destaca-se a manutenção dos postos de trabalho sem demissões. Essa não era a alternativa que estava sendo colocada no momento pelo sindicato e pelo governo nos casos da Cipla e Interfibra e posteriormente a Flaskô. A princípio, a proposta pelo sindicato das fábricas Cipla e Interfibra é a conformação com o fechamento das fábricas e a luta pelos direitos trabalhistas. A avaliação segundo o advogado da empresa, Alexandre Mandl, era de que isso se tornaria inviável uma vez que o processo na justiça contra a fábrica pelo ressarcimento das dívidas e indenizações trabalhistas seria moroso e de longo tempo.

Outra proposta que bateu à porta dos trabalhadores foi a de transformar as fábricas em cooperativas. Segundo o advogado isso foi rejeitado uma vez que “a cooperativa há uma questão que existe, uma expropriação do patrão, mas a lógica da propriedade privada permanece”. Havia um embasamento teórico que formulava as ações das ocupações de que essa não seria a melhor resposta para a classe trabalhadora e sim a estatização.

Em 2003, o Movimento de Fábricas Ocupadas realiza uma primeira caravana à Brasília (DF) com cerca de 350 trabalhadores que entregam para o presidente Lula 70.000 assinaturas pela estatização da Cipla/Interfibra e Flaskô e que estas estejam sob o regime de controle operário, na campanha a ser chamada de “Estatização para salvar 1070 empregos”. De acordo com relato dos integrantes do movimento o presidente disse aos trabalhadores que “a estatização não está no cardápio”. São organizadas quatro caravanas à Brasília entre 2003 e 2010 na tentativa de pressionar o governo federal a tomar uma atitude na defesa dos empregos das fábricas ocupadas atendendo a reivindicação de estatização das fábricas. Todas elas não surtiram o efeito desejado. Logo os trabalhadores da Flaskô percebem a natureza de classe envolvida nas posições do governo federal diante suas reivindicações. Isso se expressa em uma carta direcionada ao presidente Lula em resposta ao seu pronunciamento público sobre o caso. Vejamos um trecho:

Não obstante tais fatos, vale clarificar outro aspecto da resposta do Presidente, ao dizer que: “os trabalhadores reivindicam a estatização, permanecendo com a velha empresa falida. Para mim, estatizar significa dividir com toda a sociedade os prejuízos da má gestão dos antigos proprietários.” É necessário apontar alguns fatos recentes para clarificar quem quer dividir os prejuízos dos patrões. Vejamos, e façam suas conclusões:

1. Lula autorizou à Caixa Econômica Federal socializar a dívida do grupo Silvio Santos, comprando 49% das ações do Banco Panamericano. Mantendo o controle com os antigos patrões que o administraram durante todos esses anos. Esta estatização é boa? Para quem? Ou, na verdade, trata-se de socializar as perdas?

2. Lula autorizou à Caixa Econômica Federal comprar (por R\$ 4,2 bilhões) 50% do capital social e 49,5% do capital votante do Banco Votorantim, ajudando a salvar a família Votorantim. E mesmo com metade

do capital manteve o controle na mão dos patrões. Esta estatização é boa para quem? Ou, mais uma vez, o povo é quem paga o prejuízo privado?

3. Lula autorizou o BNDES emprestar R\$ 5 bilhões à rede Globo, uma das maiores devedoras Brasileira de INSS. Isso não é socializar os prejuízos?

4. Lula autorizou o BNDES comprar por R\$ 2 bilhões 20% de ações da JBS, o maior Frigorífico do Mundo, isto logo o anúncio de diversas demissões. Crédito do povo para os ricos?

5. Alegando equalizar procedimentos de cobrança a partir da criação da Super Receita, o governo revogou um artigo da Lei da Seguridade Social que proibia a apropriação e distribuição de lucros quando a empresa devia ao INSS. Isto não é socializar os prejuízos?

6. Lula sancionou a Lei nº 11.945, em 4 de junho de 2009, que dispensa as empresas de apresentar Certidão Negativa de Débitos (CND) para obter empréstimos e refinanciamentos. Isto é, de apresentar este documento aos Bancos Públicos Federais, pois é certo que os bancos privados não aceitarão colocar seu dinheiro em risco, emprestando dinheiro para patrões caloteiros. Mas os bancos públicos podem emprestar aos caloteiros o dinheiro do povo. Mais uma vez o governo atende aos patrões...

A lista poderia continuar por dezenas de páginas. Ao contrário do que o governo Lula vem demonstrando, nós não queremos que os trabalhadores “paguem a conta” pela crise econômica promovida pelos patrões. Nossas propostas são bem diversas das apresentadas pelo governo.

Dessa forma, não podemos aceitar a resposta proferida por Lula, por ignorar dois aspectos centrais. Por um lado, ignora todo o histórico do Movimento das Fábricas Ocupadas e a resistência dos trabalhadores da Flaskô que durante sete anos exigem soluções do governo, mas que somente recebem respostas negativas e ataques das instituições governamentais. Por outro lado, não podemos deixar de apontar as contradições do governo Lula. Um governo eleito pela classe trabalhadora, mas que privilegia os patrões, como vimos com alguns exemplos, ao invés de defender os operários, e, em especial, os que lutam contra o desemprego e as “sacanagens” patronais, como os operários da Flaskô ( Carta enviada ao Presidente Lula, 2010).

Como já mencionamos anteriormente, existia também uma expectativa muito forte em relação à chegada do Partido dos Trabalhadores (PT) no poder do governo federal, principalmente pelos trabalhadores partidários organizados na tendência O Trabalho, hoje Esquerda Marxista. O compromisso firmado em campanha pelo próprio candidato a época e futuro presidente, Luis Inácio Lula da Silva era de manter os postos de trabalho e pensar uma saída para os trabalhadores das fábricas ocupadas.

Forjado nos duros anos de luta contra a ditadura militar que se iniciara em 1964, nascido de baixo para cima, dos movimentos operários do ABC paulista (a maior região industrial do país), das comunidades eclesiais de base, de setores de movimentos sociais, de intelectuais e estudantes do campo da esquerda e tendo uma liderança da qualidade de Luís Inácio Lula da Silva, o Partido dos Trabalhadores (PT) durante as décadas de 1980 e 1990 se firmou como um partido de massas da classe trabalhadora na luta contra a desigualdade e por uma sociedade alternativa à capitalista. Durante os governos Collor de Melo, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso na década de 1990 fez enfrentamento ao novo quadro jurídico-institucional como suporte para o modelo econômico baseado nas aberturas financeira, comercial, produtiva e tecnológica do neoliberalismo e da reestruturação produtiva.

Mas a estratégia de poder adotada para chegar ao Estado nas eleições de 2002, começou a revelar o abandono da perspectiva da luta de classes pela visão de conciliação das classes, esboçados em uma política de alianças mais amplas com partidos da ordem como fórmula para o êxito eleitoral. Na chamada “Carta ao Povo Brasileiro”, divulgada momentos antes das eleições de 2002, o candidato Lula expressa a sua intenção em “conduzir a uma autêntica aliança pelo país, a um novo contrato social, capaz de assegurar o crescimento com estabilidade”. Nesse documento enfatiza o compromisso do futuro governo com a garantia de manter o pacto da confiança dos mercados financeiros com o compromisso de manter a política do superávit fiscal primário.

Ao chegar ao poder do governo federal do PT surpreendeu a muitos e manteve a política macroeconômica dos últimos anos de Fernando Henrique. A preservação dos ganhos excepcionais dos credores do Estado, dos bancos e do grande capital se fez à custa da renda dos trabalhadores com corte dos gastos sociais, aumento da dívida pública e reformas que atacavam o direito dos trabalhadores adequando-os ao paradigma neoliberal como foi o caso da reforma da previdência.

Podemos dizer que não houve uma modificação substantiva na correlação de forças entre capital e trabalho no Brasil. No governo Lula não se verificou nenhuma ruptura ao processo de precarização do trabalho, iniciados pelo período da ofensiva neoliberal na década de 1990 como o crescimento da terceirização, das cooperativas de trabalho sob o signo da informalidade. A situação é ainda mais dramática, pois o PT ainda influi sobre um grande movimento sindical que atualmente assume uma postura defensiva.

No que diz respeito à política industrial, objeto de maior relevância para a pesquisa pensando na sua relação ao caso da Flaskô, as políticas expressam algumas contradições, em que a prioridade será o desenvolvimento da indústria nacional e o mercado interno contradizendo algumas orientações em relação ao plano macroeconômico. Para Boito Júnior (2005) o governo Lula alterou a relação do Estado brasileiro com a burguesia ao melhorar a posição da grande burguesia interna industrial e agrária no interior do bloco no poder. Iniciou-se a formulação da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio no Exterior (PITCE) como perspectivas de desenvolvimento da indústria nacional e do mercado interno. Cano e Silva (2003), ao avaliarem essa política industrial, colocam a estratégia do governo Lula:

De acordo com os documentos oficiais, a PITCE (consubstanciada em um conjunto de 57 medidas distribuídas em 11 programas de política) propunha-se articular três planos distintos: 1) linhas de ações horizontais (inovação e desenvolvimento tecnológico; inserção externa; modernização industrial, ambiente institucional/aumento da capacidade produtiva); 2) Opções estratégicas (semicondutores, software, bens de capital e fármacos); 3) Atividades portadora de futuro (biotecnologia, nanotecnologia, biomassa/energia renováveis). Eram dois macroprogramas mobilizadores: I) Indústria forte (visando fortalecer e expandir a base industrial brasileira); II) Inova Brasil (visando aumentar a capacidade inovadora das empresas) (CANO; SILVA, 2010, p. 186).

O objetivo do plano era o aumento da eficiência da estrutura produtiva, a elevação da capacidade de inovação das empresas brasileiras e a expansão das exportações. Esse elemento de análise do governo do PT é importante porque na sua concretude reflete nas reivindicações da Flaskô. O seu atrelamento aos interesses da burguesia industrial nacional coloca um quadro

de dificuldades para que a reivindicação dos trabalhadores das fábricas ocupadas - a estatização sob controle operário - seja atendida.

Atualmente no Brasil não existe uma legislação específica que prevê o reconhecimento legal da reivindicação dos trabalhadores que é a estatização de empresas falidas, sob controle operário. A saída que o Estado propõe é que os trabalhadores transformem a empresa em uma cooperativa, conforme a Política Nacional de Cooperativismo, inclusive orientando para que o novo arranjo institucional tenha demissões para sua manutenção e viabilidade econômica. Para os trabalhadores estava claro que ao transformar em cooperativas há perda de vínculo empregatício desdobrando-se em retirada de direitos trabalhistas. Desde o início os trabalhadores da Flaskô alegam que a cooperativa é um acordo entre os trabalhadores no qual esses assumem a responsabilidade pelos passivos da empresa e abdicam ao mesmo tempo dos direitos assegurados.

Segundo o advogado da fábrica, Alexandre Mandl as experiências de fábricas ocupadas no Brasil podem ser divididas em dois grandes grupos. Um, que prevalece por conta de todo apoio do próprio capital a esta forma de organização, que são as cooperativas e autogestão, demarcadas pelo conceito de economia solidária e nos marcos do direito cooperativo e que estão presentes nas estratégias de políticas públicas do governo federal por meio da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) ligada ao Ministério do Trabalho e Emprego. O outro grupo é o que constitui o Movimento das Fábricas Ocupadas.

Trata-se de duas perspectivas em disputa que reverberam os projetos históricos de cooperativistas dos Pioneiros de Rochdale e as formas mais radicalizadas de controle operário da Comuna de Paris e da Revolução Russa.

A economia solidária representa atualmente um movimento econômico e social de significativa amplitude. Definida como um “conjunto de atividades econômicas – de produção,

distribuição, consumo e crédito – organizadas e realizadas solidariamente por trabalhadores e trabalhadoras sob a forma coletiva e autogestionária” (SENAES, 2006, p. 1) existem, segundo pesquisa do SENAES (2006) cerca de 14.954 empreendimentos econômicos solidários em 2.274 municípios do Brasil (o que corresponde a 41% dos municípios brasileiros).

Um dos expoentes da economia solidária no Brasil é Paul Singer, atual secretário do SENAES. Este considera a economia solidária como estratégia possível de luta contra as desigualdades sociais e o desemprego. Para Paul Singer, a definição da economia solidária está associada à relação entre o trabalhador e os meios de produção, sendo que “a empresa solidária nega a separação entre trabalho e posse dos meios de produção, que é reconhecidamente a base do capitalismo” (SINGER, 2002). Ainda afirma a importância da cooperativa de produção como protótipo da empresa solidária, uma vez que nessa organização, todos os sócios têm a mesma parcela de capital e, por decorrência, o mesmo direito de voto em todas as decisões.

O grande problema, segundo alguns críticos da economia solidária, como Wellen (2008), está presente no fato desse projeto preconizar o uso do capital como uma escolha individual (semelhante às teses do capital humano), promovendo uma visão fetichizada, tratando as vontades humanas como independentes das determinações do capital. Para, além disso, os defensores da economia solidária admitem que a socialização dos meios de produção possa conviver com mecanismos concorrencias de mercado desde que sejam regulados, levando a cabo a tese de que este seria o espaço para a realização humana. Existe uma crítica romântica ao sistema capitalista contida nessas ideias da economia solidária, mas que não oferecem bases concretas para sua superação, pelo contrário, mantém a defesa da manutenção praticamente acrítica ao Estado e mercado (dois componentes vitais da ordem sociometabólica do capital). A defesa da concorrência livre de mercado desconsidera que atualmente o valor-de-troca é meta final a ser alcançada pelo modo de produção capitalista e

não um simples meio de relações de troca. Podemos concluir que se trata de uma tese totalmente integrada ao sistema do capital.

Não à toa que essa tese ganhou respaldo no próprio Estado brasileiro sendo impulsionados pelo Partido dos Trabalhadores, Associação Nacional dos Trabalhadores em Autogestão (ANTEAG), Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários (Unisol Brasil), Unitrabalho e Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS), da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Esse conjunto de entidades é que vão patrocinar a difusão dos empreendimentos solidários no Brasil.

A Flaskô e o Movimento de Fábricas Ocupadas não acreditam nas teses da economia solidária e a bandeira da estatização é uma forma de embate político contra esse modelo de economia que para os trabalhadores da Flaskô representa a integração a ordem capitalista e uma real precarização das condições de trabalho. Não concordam com o modelo de cooperativas pois, temem que esta experiência para além de outras complicações, tende a entrar em falência.

Afirmam que a estatização em tempos de neoliberalismo representaria uma grande vitória política para os trabalhadores e um ataque à propriedade privada capitalista. Outro motivo que eles alegam em favor a estatização é que eles não querem se transformar em “pequenos-burgueses” de uma propriedade privada. Inclusive não se reconhecem como os “donos” após a ocupação da fábrica, dizendo que são funcionários e que gostariam que a empresa da qual mantém funcionamento estivesse sob domínio estatal, mas com a gestão operária. Essa formulação em grande medida constitui-se pela própria ação dos grupos políticos organizados na fábrica que buscam a superação do modo de produção capitalista.

A estratégia da defesa pela estatização da Flaskô passa basicamente por dois pontos. O primeiro é a utilização do argumento de que a estatização das empresas deve ser

responsabilidade do Estado uma vez que foi ele mesmo que permitiu a crise da fábrica sendo omissa na fiscalização das dívidas fiscais e trabalhistas que chegam a números estratosféricos. De acordo com Raslan (2007) cerca de 75% da dívida na fábrica é com o governo federal, 12% com o governo estadual e 1 % com o municipal e 5% do total é com os trabalhadores. Os trabalhadores recusam-se a receber o passivo da empresa, justificando que a dívida foi feita pelo antigo patrão e não por eles, pois, além de boa parte dos bens estarem penhorados e caso haja formação de uma cooperativa a possibilidade de sucessão de dívida para a cooperativa é bem grande.

O segundo ponto é a ação na esfera judicial na tentativa de utilizar argumentos constitucionais e de direitos humanos para a desapropriação da fábrica para fins de interesse social. De acordo com o Movimento de Fábricas Ocupadas:

Como se sabe, o trabalho é direito fundamental da pessoa humana, alicerce para a dignidade, princípio máximo do Estado Democrático de Direito. Portanto, é claro o interesse social na manutenção dos postos de trabalho, garantindo a atividade industrial pelos próprios trabalhadores, proporcionando novos rumos para a propriedade das fábricas, fazendo com que cada empresa, ao ameaçar fechar, seja ocupada pelos trabalhadores e sob a gestão operária, seja organizada ocupações do espaço, seja para fins de moradia, para cultura, lazer, esporte, etc. (JORNAL ATENÇÃO, 2011, p.1).

Desde então a estratégia da Flaskô é a luta pela declaração da fábrica, da vila operária e da Fábrica de Cultura e Esportes como propriedades para fins de desapropriação e declaração de interesse social. Em março de 2012, os trabalhadores da fábrica ocupada Flaskô apresentaram dois projetos de lei na Comissão de Legislação Participativa da Comissão de Direitos Humanos (CDH) do Senado Federal, sob a presidência do Senador Paulo Paim (PT/RS). Formalmente, os projetos estão como “sugestões de leis”, sob o nº 01 e 02, de 2012, tendo como relator o Senador Eduardo Suplicy (PT/SP). O primeiro refere-se à declaração de interesse social da área da Flaskô envolvendo a Vila Operária e a Fábrica de Cultura e Esportes. O segundo projeto de lei é a proposta para que se possa desapropriar qualquer

fábrica que for ocupada pelos trabalhadores. Em julho é aprovado na CDH e torna-se Projeto de Lei do Senado de número 257/2012.

Podemos fazer uma primeira conclusão de que a luta pela estatização das fábricas ocupadas, como a Flaskô, tem como origem as condições desfavoráveis da classe trabalhadora no interior do capitalismo, em tempos de crise e neoliberalismo. Em face da onda de privatizações ocorridas na América Latina, isso acaba sendo um componente de contra senso dentro do momento histórico vivido. Nesse sentido, a bandeira da estatização pode ter uma dimensão positiva na luta da classe trabalhadora no combate as perspectivas reformistas e a formação da consciência trabalhando elementos de luta contra a propriedade privada e necessidade de controle social sobre a produção. Certamente este primeiro apontamento não deve desconsiderar as próprias contradições dentro do Estado capitalista que é resultado da luta de classes. Sabemos que o Estado não é um órgão apenas de mediação das relações de classe, sendo na verdade elemento de preservação do predomínio de uma classe sobre outra.

## CAPÍTULO 3

# FLASKÔ - ESTRATÉGIA DE SOBREVIVÊNCIA OU ALTERNATIVA À ORDEM SOCIOMETABÓLICA DO CAPITAL?

### 3.1 As ocupações na América Latina no século XXI

Eles fecham as fábricas, nós abrimos. Eles roubam as terras e nós ocupamos. Eles fazem guerras e destroem nações, nós defendemos a paz e a integração soberana dos povos. Eles dividem e nós unimos. Porque somos a classe trabalhadora. Somos o presente e o futuro da humanidade. (Encontro Latino Americano de Empresas Recuperadas pelos Trabalhadores – Caracas, outubro de 2005).

Antes de realizarmos o debate acerca dos limites e possibilidades do controle operário para superação da ordem do capital, vale contextualizar o novo ciclo de ocupações de fábricas ocorridas no mundo do trabalho, especialmente na América Latina no início do século XXI, marcado pela nova ofensiva do capital das últimas décadas sustentada pelo neoliberalismo e a reestruturação produtiva.

Segundo Josiane Lombardi Verago (2010), as quatro últimas décadas demonstram o aprofundamento da tendência à instabilidade permanente das economias no sistema capitalista contemporâneo, e do impacto que as oscilações da economia mundial causam nas bases estruturais mais fracas, como é o caso dos países latino americanos:

A classe trabalhadora, em sentido amplo, sobretudo nos setores fabris de países ditos periféricos, como Brasil e Argentina, a partir da década de noventa, experimentou, de maneira semelhante, as consequências gerais da crise e dos “ajustes”. Aberturas comerciais e financeiras indiscriminadas tiveram o efeito de um desastre natural que levou ao aumento sobremaneira da falência de empresas, sobretudo de capital nacional, obrigando as

sobreviventes a se reestruturarem rapidamente sob a forte pressão da concorrência de multinacionais, ou a se desnacionalizarem fundindo-se a elas ou a serem privatizadas (VERAGO, 2010, p. 62).

A partir do desenvolvimento concreto de ações políticas da classe operária e das experiências de ocupações de fábricas por trabalhadores em países da América Latina como Argentina, Bolívia, Venezuela, Uruguai e propriamente Brasil, é possível identificar semelhanças nos processos de tomadas dos meios de produção. A declaração da falência como ponto de partida sugere que as ocupações são subproduto das condições objetivas apresentadas pela conjuntura socioeconômica, condicionadas pela crise estrutural do capital na América Latina. Refletem, por conseguinte, o processo de reestruturação do Estado e da base produtiva do capital, iniciado desde a década de 1970.

Atentamo-nos a este momento global em que os modelos de organização no mundo do trabalho fordista/taylorista e a ideologia do Estado de bem-estar social ou Welfare State<sup>9</sup> começam a entrar em crise, podemos afirmar que o capital agiu em sua dimensão fenomênica, sem alterar as reais bases do próprio sistema. Iniciou-se uma transformação no seu padrão de acumulação, transitando das formas fordista e taylorista<sup>10</sup> para novas formas flexibilizadas.

O modelo fordista/taylorista baseava-se, assim como afirma Antunes (2000), na produção de mercadorias em massa e para isso necessitava estruturar sua produção de uma maneira homogeneizada e bastante verticalizada. A produção realizava-se quase como um todo no próprio interior da fábrica, quase sem necessidade de terceirizações, diferentemente do padrão de acumulação flexível. Justamente por todas essas características, o trabalhador imprimia-se como simples apêndice da máquina.

Paralelo ao surgimento desse modelo fordista/taylorista, ergue-se também, principalmente nos países capitalistas avançados, o Estado de bem-estar social como sustentação política desse padrão de acumulação, baseada num sistema de “compromisso” e

---

<sup>9</sup> Ver HARVEY, David. A condição pós-moderna. São Paulo, Loyola, 1993.

<sup>10</sup> Ibidem 4.

“regulação” entre capital e trabalho mediados pelo Estado, e nos ideários da política keynesiana<sup>11</sup>. Papel essencial nesse sistema de mediação entre capital e trabalho também cumpriam os sindicatos e partidos políticos, sobretudo, ligados a vertente ideológica política da social-democracia ou até de mesmo partidos burgueses.

Cabe ressaltar que a sustentação desse “compromisso” entre capital e trabalho nos países de capitalismo avançado necessitou a intensificação da exploração da classe trabalhadora nos chamados países do Terceiro Mundo.

As contradições imanentes neste modelo foram fator de impulsão para a confrontação partida dos trabalhadores ao modo de organização do modelo fodista/taylorista, extremamente padronizado, hierarquizado e despótico. Segundo Antunes (2000), constata-se a organização de diversas ações como desde greves parciais até as propostas de controle autogestionárias, através das ocupações de fabricas.

O período caracterizado pela passagem do taylorismo/fordismo para o toyotismo, nada mais é do que a reprodução sociometabólica do capital (ANTUNES, 2000). Para Mészáros (2004), as crises emanadas pelo sistema do capital decorrem de sua própria transformação histórica e afetam a totalidade de um complexo social em todas as relações com suas partes constituintes ou subcomplexos, como também a outros complexos aos quais é articulada.

Como aponta Antunes (2000), podemos destacar seis elementos principais da atual crise estrutural do capital. O primeiro deles seria a queda da taxa de lucro dada pelo aumento do preço da força de trabalho, o que conseqüentemente levou a uma redução dos níveis de produtividade do capital. Segundo este autor, o segundo elemento seria o próprio esgotamento

---

<sup>11</sup> O keynesianismo que vigorou nos países capitalistas marcadas pelo *welfare state*. O keynesianismo, teoria econômica consolidada pelo economista inglês John Maynard Keynes, consiste em uma organização político-econômica, oposta às concepções liberais, fundamentada na afirmação do Estado como agente indispensável de controle da economia, com objetivo de conduzir a um sistema de pleno emprego. Vigorou nas políticas econômicas do *welfare state* (Estado de Bem-Estar Social) atribuindo ao Estado o dever de conceder benefícios sociais que garantiam à população um padrão mínimo de vida. Ver HARVEY, David. A condição pós-moderna. São Paulo, Loyola, 1993.

do modelo de acumulação fordista/taylorista, ocorreu principalmente pela incapacidade desse mesmo modelo em responder a retração do consumo que se acentuava, reflexo também da própria questão do desemprego estrutural que se iniciava. O terceiro elemento elencado é o grande crescimento da esfera financeira do capital, o que acabou certa autonomia a mesma em relação aos capitais produtivos, colocando no futuro o capital financeiro como campo prioritário para a especulação. O quarto ponto destacado é a maior concentração de capitais graças às fusões entre as empresas monopolistas e oligopolistas. O quinto seria a própria crise do Estado de bem-estar social que implicou na redução dos gastos públicos e, conseqüentemente, a transferência de tais gastos para o setor privado. Por último, cita o crescimento das privatizações e da desregulamentação e flexibilização do processo produtivo, dos mercados e da força de trabalho.

A partir da década de 1970, a queda da taxa de lucro e o início da reestruturação produtiva, já eram ambos as expressões de uma mudança expressiva no sistema capitalista, que depois de viver a era dos ciclos entrava em uma nova fase inédita, de crise estrutural, marcada por um “continuum depressivo” (ANTUNES, 2000, p. 46-47).

Em resposta a todos esses elementos de crise e a tantos outros o capital procurou reorganizar suas formas de dominação societal com a reestruturação produtiva e a ideologia do Estado de bem-estar social pela do neoliberalismo.

A ideologia neoliberal assentou-se da transferência da responsabilidade sobre direitos sociais para o setor privado, concretizada na privatização de várias empresas estatais. Além disso, podemos apontar como características centrais a redução ou mesmo extinção do capital produtivo do Estado e o desenvolvimento de uma legislação trabalhista fortemente desregulamentada e flexibilizada e também a retirada de direitos sociais. Nesse sentido, fez-se necessário a intensificação da coerção da atuação sindical em defesa dos direitos dos

trabalhadores, cabendo ressaltar que com a vigência dessa ideologia política e econômica, os sindicatos patronais obtiveram um grande fortalecimento.

No campo da produção temos uma reestruturação produtiva que envolve um sistema de inovações tecnológico-organizacionais com a aplicação da robótica e automação informacional, novas modalidades de gestão da produção (CCQ's e Programas de Qualidade Total) e descentralização produtiva por meio das terceirizações (ALVES, 1998). Suas consequências no mundo do trabalho são: a intensificação das condições de exploração da força de trabalho, o crescimento do desemprego estrutural e de postos de trabalhos precarizados, aumento da fragmentação da classe trabalhadora e destruição do sindicalismo de classe.

Sendo as crises processos em que o sistema do capital se reorganiza, nos quais nem todos os capitalistas se beneficiam igualmente, as empresas mais frágeis ou com um maquinário muito ultrapassado podem relegar-se à falência. Segundo Marx “o capital adicional, formado no curso da acumulação atrai, relativamente à sua grandeza, cada vez menos trabalhadores. E o velho capital periodicamente reproduzido com nova composição repele, cada vez mais, trabalhadores que antes empregava” (MARX, 1985, p. 730). Isso explica que o processo de acumulação “põe em movimento maior quantidade de trabalho sem recrutar mais trabalhadores” (ibidem). Observamos como consequências das alterações da base tecnológica, da reformulação das formas de gestão e do fechamento de empresas, produzidas pela atual crise do capitalismo, a flexibilização dos direitos e a precarização das condições de trabalho, relegando os trabalhadores à instabilidade e à perda dos postos de trabalho.

Diante dos fechamentos das fábricas, demissões em massa e outros ataques contra a classe trabalhadora, os movimentos de fábricas ocupadas e o controle operário na América

Latina constroem na experiência prática o lema dos movimentos sociais “ocupar, produzir, resistir”. Segundo Bernardo (2006) com as ocupações de fábricas, os trabalhadores:

[...] mostraram-se capazes não só de ocupar, mas ainda de fazer funcionar fábricas e estabelecimentos comerciais, o que em certos países e em certas épocas os levou a responsabilizarem-se por porções muito consideráveis da economia (BERNARDO, 2006, p.36).

No ano de 2002 contabiliza-se cerca de 120 empresas na Argentina que, em maioria, foram abandonadas pelos capitalistas de vários setores industriais e voltaram à produção por meio da tomada dos trabalhadores. Grande parte dessas empresas adotou o regime de cooperativas, mas algumas delas exigem a estatização com controle operário. É importante ressaltar a expressão de questionamento ao monopólio da autoridade na estrutura fabril, centralizado no patronato, sugerindo a construção de um poder distinto que deve se opor ao poder constituído (LUCITA, 2002). Localizada na província de Neuquén, no sul da Argentina, destaca-se a ocupação da fábrica da Cerâmica Zanon, onde o conflito entre operários e patrões iniciou-se em 2000, impulsionando a organização dos trabalhadores e a tomada da empresa. A Cerâmica Zanon conquistou sua expropriação junto a Assembleia Legislativa de Néuquen em agosto de 2009.

Na Venezuela, nos últimos anos constituiu-se a Frente Revolucionária de Trabalhadores de Empresas em Cogestão e Ocupadas (FRETECO), que agrega 14 fábricas. Em janeiro de 2005 foi criada na Venezuela a lei das cooperativas, que garante a desapropriação e o controle parcial do Estado, com participação de 49% dos trabalhadores e 51% do Estado.

Segundo Prata (2011) a primeira vez que os trabalhadores de diferentes países se reuniram a fim de discutir as experiências e traçar perspectivas conjuntas de luta na América Latina foi no *I Encontro Latino Americano de Empresas Recuperadas pelos Trabalhadores*, ocorrido no ano de 2005, em Caracas, na Venezuela. Estiveram presentes cerca de 500

delegados de 235 empresas recuperadas e 20 centrais sindicais, dentre os quais, o Brasil participou com uma delegação composta de 28 trabalhadores.

É possível constatar a defesa da estatização com a permanência do controle operário nas diversas experiências das fábricas ocupadas, expressando a resistência e ofensiva ao avanço das políticas neoliberais e à diminuição da responsabilidade do Estado na gerência industrial e do emprego, pautada na lógica das privatizações.

Em dezembro de 2007 ocorreu em Joinville, Santa Catarina, o Encontro Pan-americano em Defesa do Emprego, dos Direitos, da Reforma Agrária e do Parque Fabril. O encontro foi realizado na sede da Cipla, empresa ocupada pelos trabalhadores em 2002 e que em 2007 sofreu uma intervenção federal que interrompeu a ocupação e a gestão operária. Conforme Prata (2011) nesse Encontro, estavam presentes cerca de 600 delegados, vindos de 12 países diferentes, com o apoio das centrais sindicais: Central Única dos Trabalhadores (CUT - Brasil), Central Obrera da Bolívia (COB), União Nacional dos Trabalhadores (UNT - Venezuela) e Plenário Intersindical de Trabalhadores e Convenção Nacional de Trabalhadores (PIT-CNT - Uruguai), *“para trocar experiências e articular as lutas em defesa dos interesses da classe trabalhadora e de todos os explorados e oprimido.* (PRATA, 2011, p.17). Ainda segundo Prata (2011) em junho de 2009, aconteceu em Caracas, na Venezuela, o II Encontro Latino-Americano de Fábricas Recuperadas por Trabalhadores, onde mais uma vez, os operários se reuniram.

### **3.2 O movimento da continuidade na descontinuidade: a ofensiva do capital e os limites contemporâneos às experiências de controle operário na Flaskô.**

Como já apontamos no item anterior à ocupação das fábricas responde em um primeiro momento a uma saída coletiva para a ameaça concreta do desemprego e assim foi em muitas outras fábricas do Brasil e América Latina no século XXI. Apesar da Flaskô colocar-se em uma perspectiva política crítica ao modo de produção capitalista e dirigir sua ação na tentativa de superação, podemos vislumbrar um movimento contraditório e dialético nesta experiência de continuidades e descontinuidades que representam limites e possibilidades para as experiências de controle operário.

A situação da Flaskô era ainda mais precária do que as empresas irmãs Cipla e Interfibra. A empresa estava praticamente abandonada, sua produção quase que na sua totalidade inerte. Havia saída de maquinários da planta de produção (canibalismo industrial) para as outras empresas, situação de abandono da gerência, insuficiência de matéria prima e salários atrasados.

Durante o controle operário sobre a Flaskô aparecem as primeiras contradições. Apesar de terem assumido o controle dos meios de produção da fábrica e instituído um Conselho de Fábrica composta por todos os setores da fábrica, a falta de experiência e alternativas para constituírem novas formas objetivas de relações de trabalho (que superem a hierarquia e exploração do capital) faz com que as relações dos trabalhadores do chão de fábrica não mude completamente, em relação ao funcionamento padrão de uma empresa capitalista.

Pedro Santinho, um dos encarregados pelo setor de administração coordenador geral do conselho, evidencia essa dificuldade entre viabilizar uma forma democrática e anticapitalista nas relações de trabalho, em uma entrevista para Diniz (2007):

Ocupar uma fábrica não é igual há duzentos anos atrás que você tem um tear, você produz coisa nesse tear, e vende para quem você quiser. Hoje você tem nota fiscal, tem compra, tem venda, tem conta bancária, tem um monte de complicações burocráticas que não são fáceis [...]. (DINIZ, 2007, p. 116)

Identificamos obstáculos que se impõe sobre o controle operário nos sentido de superar as relações sociais de produção capitalistas. A primeira delas está associada à inevitável condição de se relacionar com o mercado capitalista e a capacidade de resistir aos critérios de produtividade do modo de produção capitalista mediadas pelo mercado. A Flaskô é uma ilha de produção frente aos grandes mares da exploração capitalista. Conseqüentemente, a fábrica vai esbarrar em algum (diria muitos) momento com as relações capitalista de produção provocando constrangimentos. Sabemos que o grande problema é que para garantir a produção de sobretrabalho o capital necessita subordinar o trabalho para si mesmo. O que observamos na Flaskô não é diferente, apesar da resistência dos trabalhadores, o capital tenta subordina-lo constantemente utilizando-se de mecanismos externos de circulação. Como o próprio Marx (2004) chamou à atenção a tirania da circulação não é menor do que a tirania da produção.

Marx demonstra que historicamente<sup>12</sup> o capital subordinou o trabalho na apropriação de sua forma social criando a indústria. Esse processo realizou a expropriação material dos produtores independentes tornando-os trabalhadores assalariados acarretando na subsunção do trabalho ao capital. Essa subsunção manifestou-se de duas formas: subsunção formal ou subsunção real.

---

<sup>12</sup> Ver na obra *O Capital* (MARX, 2004) os seguintes capítulos: VIII, X, XI, XII, XIII e XIV.

A subsunção formal caracteriza-se pela relação puramente monetária entre quem se apropria do sobretrabalho e aquele que o oferece. O trabalhador se submete pela dependência econômica ao explorador, pois este é proprietário das condições de trabalho, não existindo nesse caso nenhuma efetiva relação política de hegemonia e subordinação. O capitalista intervém apenas indiretamente no processo de produção como proprietário dos meios de produção. Quanto mais as condições de trabalho se apresentam como propriedade alheia ao trabalhador, mais se intensifica a relação entre o capital e trabalho assalariado. A extração de sobretrabalho se dá mediante o prolongamento do tempo de trabalho (extração da mais-valia absoluta) que faz com que o aumento do valor total produzido por cada trabalhador não altere o montante de trabalho necessário.

No caso da Flaskô o que constatamos é que os trabalhadores encontram-se em situações que, aparentemente o seu trabalho não está subsumido ao capital uma vez que não existe dentro da fábrica extração de sobretrabalho com fins a gerar mais valor para algum proprietário dos meios de produção, ou seja, não existe resultado excedente da produção com fins a acumulação.

Contudo, diante as dificuldades econômicas enfrentadas, a fábrica começa a exercer não somente atividade produtiva como também a oferecer atividades de serviços terceirizados para outras empresas da mesma atividade industrial, como a Brasken uma das empresas credoras e também uma das maiores indústrias da atividade química e petroquímica. Aqui podemos constatar um sofisticado mecanismo de subsunção em que o capital submete a Flaskô através da terceirização de seus serviços. A característica básica da terceirização é o uso da contratação de empresas pelo setor produtivo para aquisição de produtos e serviços. Nessas contratações manifesta-se a redução dos custos provenientes da força de trabalho por meio de contratações de pequenas empresas e de cooperativas, subcontratação de

trabalhadores, cujas atividades são desenvolvidas em domicílio e contratações por tempo parcial e/ou sem registro em carteira de trabalho.

A ideia de que os trabalhadores que não se encontram subsumidos ao capital só faz sentido nas atividades que tendem a buscar a sobrevivência, não visando fins lucrativos de capital. Esta característica está presente na *Flaskô*. Mas isso não quer dizer que ela não tenha a possibilidade de possuir funcionalidades ao sistema, muito pelo contrário, elas estão integradas e subordinadas e garantem parte da reprodução da sociedade do capital.

Não existe uma nítida e explícita relação de assalariamento ou de compra e venda da força de trabalho, entretanto as relações são orientadas e submetidas às regulações do sistema assalariado. A princípio não conseguimos detectar de forma clara os impactos desta terceirização no assalariamento dos trabalhadores da *Flaskô* uma vez que a produção da fábrica não se restringe ao serviço terceirizado. A política de assalariamento dos trabalhadores é definida por eles, assim como a jornada de trabalho, como vimos no capítulo anterior. Mas com certeza essa autonomia é relativa frente aos mecanismos de circulação e troca que a fábrica está inserida e que fogem do seu controle. Por exemplo, o preço de sua própria mercadoria interferida por fatores externos, como o preço da matéria-prima, os próprios consumidores na sua demanda e mecanismos concorrenciais, que podem interferir na produtividade.

A subsunção da *Flaskô* ao capital acontece em situações que muitas das vezes aparenta que a fábrica está simplesmente vendendo mercadorias, mas que na verdade participa (in)visivelmente de um processo de extração de trabalho concreto que valoriza o capital. Nesse processo concretiza-se a tendência da flexibilização da produção e das relações de trabalho por meio da terceirização.

A forma de extração de sobretrabalho realizada pelas empresas que terceirizam o serviço da Flaskô acontece na utilização dos serviços do trabalho na própria fábrica. A relação não é nítida, mas existe uma relação de compra e venda da força de trabalho em que a empresa contratante desloca parte da produção que seria realizada na fábrica para a planta fabril da Flaskô, estabelecendo novas mudanças nas relações de trabalho, como por exemplo, o ritmo do trabalho em função dos prazos afirmados com a Brasken, etc. Trata-se de uma forma de assalariamento por parte da empresa que terceiriza o serviço da produção para a Flaskô.

Um segundo obstáculo está ligado à utilização de tecnologias alicerçadas sobre determinações sociais capitalistas. Ao se apropriarem dos meios de produção da fábrica, os trabalhadores da Flaskô também “herdaram” os meios materiais e tecnologias de produção. Com exceção do domínio político sobre a produção em que todos os trabalhadores podem agir, a forma como produzem, estabelecem sistema de vendas e circulação, bem como o consumo não se alteram. Em grande parte as práticas dos trabalhadores ainda correspondem a velha estrutura hierárquica do trabalho na divisão social das tarefas. Devemos compreender que a questão da tecnologia e da técnica empregadas na fábrica não são neutras aos ditames do capital. Elas correspondem ao conjunto de forças produtivas que o próprio Marx e tantos outros teóricos marxistas debruçaram suas análises. As forças produtivas correspondem não somente ao conjunto de meios de produção, mas também das relações sociais de trabalho (MARX, 2004) que somadas transformam a natureza para a produção de bens materiais e imateriais.

A forma como as máquinas são construídas para funcionarem, como elas são distribuídas dentro da fábrica, as técnicas de trabalho parcial envolvidas nas etapas de produção, e a separação de atividades administrativas de atividades manuais, etc., foram elaboradas de acordo com a ciência capitalista voltadas para a reprodução ampliada do

capital. Muitas das vezes desconsidera-se essa dimensão de não neutralidade da técnica e da tecnologia que são arraigadas e incrustadas na própria fábrica e também na subjetividade do trabalhador. Mészáros (2002, p. 865) capta bem esse movimento:

Este postulado da neutralidade material/instrumental é tão sensato quanto a ideia de que o hardware de um computador pode funcionar sem o software. E até mesmo quando se chega a ter a ilusão de que isto poderia ser feito, já que o “sistema operacional” etc. não precisa ser carregado separadamente de um disquete ou disco rígido, o software relevante já estava gravado no hardware. Por isso, nenhum software pode ser considerado “neutro” (ou indiferente) aos propósitos para os quais foi inventado. O mesmo vale para as fábricas construídas para propósitos capitalistas, que trazem as marcas indeléveis do “sistema operacional” – a divisão social hierárquica do trabalho – com o qual foram constituídas. Para ficar com a analogia do computador, um sistema estruturado em torno de uma CPU (Unidade de Processamento Central) é bastante inadequado para um sistema operacional dividido para Processadores Paralelos “descentralizados”, e vice-versa. Portanto um sistema produtivo que se proponha a ativar a participação plena dos produtores associados requer uma multiplicidade adequadamente coordenada de “Processadores Paralelos”, além de um sistema operacional correspondente que seja radicalmente diferente da alternativa centralmente operada, quer seja a capitalista ou as famosas variedades pós-capitalistas de economias dirigidas, apresentadas enganosamente como “de planejamento” .

A própria constituição das máquinas presentes dentro do chão de fábrica da Flaskô em certa medida determina o comportamento do trabalhador exigindo determinado *quantum* de consciência e atenção teleológicas que não permitem estabelecer uma relação mais global com o processo produtivo. Ainda verificamos os aspectos da divisão hierárquica do trabalho na separação entre trabalho manual e trabalho intelectual. Lembremos que essa divisão surge com o trabalho industrial no modo de produção capitalista. Esse aspecto é detectado na subjetividade de alguns trabalhadores ao percebermos a dificuldade destes em se inserir nas práticas de participação da fábrica que não existiam na gestão patronal como o conselho e as assembleias. Vale lembrar também da questão das hierarquias existentes dentro da produção também correspondendo a um quadro de dificuldades dos trabalhadores em criarem uma “nova cultura” do trabalho alternativo de forma descentralizada. De certa forma o modelo

híbrido de hierarquia na atividade da produção e horizontalidade nas decisões, cria em certos momentos pequenos processos de resistências dos trabalhadores com a própria fábrica.

Mas como foi indicado na história de resistência da Flaskô, não existem somente limites, como também possibilidades.

### **3.3 O projeto de emancipação humana e a superação da ordem sociometabólica capitalista**

Para iniciar essa discussão sobre a possibilidade de um trabalho emancipado que supere a ordem sociometabólica capitalista podemos resgatar as contribuições da teoria clássica de Marx sobre a categoria emancipação humana.

Sem querer esgotar o debate no conjunto de suas obras, podemos destacar o trabalho “Para a questão Judaica” (MARX, 2009) como ponto de partida para nossas reflexões. Texto redigido por Marx quando tinha cerca de 25 anos e que trava um debate crítico contra Bruno Bauer (1809-1882), nele encontramos com destaque a diferenciação de emancipação política e emancipação humana. A obra diz respeito à condição civico-política dos judeus que está envolta por um contexto em que a Alemanha encontra-se em um quadro de atraso das suas instituições sociopolíticas - o que Marx denominou de miséria alemã. Apesar de experimentarem a igualdade civil, os judeus ficavam vedados de exercer funções públicas por um Estado cristão que não viabilizava a plena constituição de seus direitos políticos. Bauer aponta que a luta da emancipação política dos judeus deveria ser a luta pela emancipação política geral dos alemães.

Marx vai além dessa crítica e coloca outro problema em que demonstra que não é suficiente perguntar quem seria emancipado, mas que espécie de emancipação está em jogo. Ele demonstra que a emancipação política, apesar de seus progressos em seu tempo, apenas

configurou-se em uma superação da sociedade feudal e não uma forma mais elevada da emancipação humana em geral. Ela (a emancipação política) não supera a permanente desigualdade entre as classes nas sociedades assim cindidas e apenas confere um status de igualdade jurídico-política entre os indivíduos, obviamente, como fica explícita pelo conjunto de sua obra, para sacramentar uma forma de organização das relações de produção da sociedade capitalista em que basicamente se constitui na compra e venda da força de trabalho marcada pela exploração e dominação. Seria impossível, portanto vislumbrar apenas na emancipação política a construção de uma autêntica comunidade que permita a realização de uma revolução social que modifique a ordem social capitalista.

De forma sintética podemos extrair dessa obra a conclusão de que a emancipação humana só pode ocorrer quando não houver mais a separação do processo global e do processo individual das atividades humanas e a produção das condições de vida. Portanto, essa efetivação só pode acontecer pela superação da alienação do trabalho e da dominação do homem pelo homem, seja esta, a alienação do trabalho unicamente ou a alienação da consciência. O trabalho emancipado torna-se a antítese da alienação, sendo a condição essencial para os rumos de um projeto de emancipação humana. Mas é necessário identificar os sujeitos concretos, (como o próprio Marx fez) capazes de transformar a sua força social e força política.

Ao tratarmos a categoria emancipação humana evocamos para a necessidade de criar instrumentos e meios de intercâmbio humanos conscientemente controlados que superem a ordem sociometabólica do capital que abre um processo de crise estrutural no qual seu controle por si mesmo já não é mais suficiente (MÉSZARÓS, 2002). Nesse sentido as experiências de fábricas ocupadas por trabalhadores nos últimos anos revelam o potencial e a possibilidade de se criar esses novos instrumentos assim como também perceber os limites e desafios.

Na Flaskô, certamente, como vimos, existe uma dualidade, uma vez que a alienação não é superada de forma completa. Mesmo assim, abre-se um potencial para o estímulo de um processo criativo na produção em que os processos de trabalho manual e trabalho intelectual são aproximados, uma vez que a forma de controle operário busca aproximar o trabalho da fábrica em um sentido mais integral aos trabalhadores.

Se em um primeiro momento o recurso da ocupação era para garantir os postos de trabalho, no momento posterior buscava-se empreender uma luta política que extrapolava a luta simplesmente econômica. Realizaram conferências, encontros e debates com intelectuais e militantes para discutir questões relacionadas à compreensão sobre a ocupação como um fato que não deve se limitar a fábrica, mas também a uma esfera política mais ampla, a da luta de classes. Ao mesmo tempo, a experiência da Flaskô e de outras fábricas ocupadas nos mostra a capacidade da existência de uma atividade produtiva sem a presença do capitalista. Os próprios trabalhadores em seu processo e resistência demonstram a capacidade inventiva de solucionar problemas que antes não eram lhes conferido e julgava-se ser competência de administradores e engenheiros gerenciais.

Podemos dizer que as lutas gerais dos trabalhadores que se refletem no interior da Flaskô é expressão do processo que envolve tantos outros trabalhadores no embate do seu cotidiano. Os problemas enfrentados pelos trabalhadores da Flaskô é tão somente uma característica localizada de uma situação geral na qual a classe trabalhadora brasileira se encontra. Os trabalhadores começam a entender que para a produção continuar é preciso pensar o que acontece no mercado, sua relação com a reestruturação produtiva e a luta de classes. Chegam à conclusão que para além de manter a fábrica produzindo necessitam de fazer luta política. Esse é um elemento qualitativo importante na constituição dos trabalhadores enquanto classe para si.

Ao mesmo tempo, sofrem a contradição em ter que parar a produção para estarem em algum ato público, manifestação, reuniões, marchas, assembleias, etc. O mecanismo econômico do mercado capitalista não perdoa quem para de produzir. Essa questão atinge materialmente as formas de sobrevivência dos trabalhadores da fábrica.

Podemos dizer que existe uma significativa mudança nas relações sociais de produção capazes de potencializar a formação de um novo sujeito político. Sobre esse novo sujeito político, sujeito social da emancipação, Mészáros (2004, p. 51) afirma que:

[...] só estará apto para criar as condições do sucesso se abranger a totalidade dos grupos sociológicos capazes de se aglutinarem em uma força transformadora efetiva no âmbito de um quadro de orientação estratégica adequado. O denominador comum ou o núcleo estratégico de todos esses grupos não pode ser o “trabalho industrial”, tenha ele o colarinho branco ou azul, mas o trabalho como antagonista estrutural do capital [...]

Esta afirmação nos faz realizar uma reflexão no sentido de compreender os desafios e possibilidades de um novo sujeito político capaz de superar a ordem social do capital e estabelecer uma sociedade emancipada que dê condições para uma individualidade e sociabilidade rica de sentido humano.

Existe uma tentativa expressa pelo conselho de fábrica em empreender esforços na superação das diferenças que existem na formação da consciência dos trabalhadores para que estejam em um mesmo patamar de engajamento e de conhecimento de todos os aspectos que envolvem a atividade da Faskô.

A guisa de conclusão é importante lembrar de que o movimento atual de ocupações de fábricas no Brasil e na América Latina não ocorreu em um período de ascenso do movimento operário. Isso quer dizer que aconteceram em um momento oposto de fragilidade no qual se lançaram como recurso último para garantirem seus empregos na eminência do abandono e/ou falência das empresas. Mas ao entrarem no processo em luta e empreenderem uma resistência

que já completa uma década de existência, os trabalhadores da Flaskô demonstram que há outros caminhos fora dos convencionalmente escolhidos por sindicatos e partidos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante o percurso da exposição da pesquisa podemos agora traçar algumas considerações finais sobre a experiência da Flaskô como elemento para compreensão das formas de ser da classe trabalhadora, não somente em função das mudanças nos processos produtivos e das modalidades de precarização do mundo do trabalho, mas também em suas experiências e práticas de resistência. As considerações aqui pontuadas servem como uma síntese acumulada até o momento e para a construção de uma futura agenda de reflexões a serem realizadas.

1) A luta pelo controle social da produção é uma necessidade histórica de uma reverberação em que as suas causas profundas ainda não foram resolvidas (antagonismo entre capital e trabalho). As ocupações de fábrica e o controle operário estão na história desde o princípio da formação do movimento operário, mas não surgem em qualquer lugar, conjuntura ou momento a esmo. É necessária uma conjuntura, um lugar privilegiado. É no espaço contraditório que o próprio capital abre, principalmente em tempos de crise, as possibilidades para as classes trabalhadoras se movimentarem politicamente.

2) No caso recente, observamos que as ocupações de fábrica correspondem às crises proporcionadas pelo novo ciclo da ofensiva do capital sobre o trabalho inaugurado pela ascensão da reestruturação produtiva flexível e do neoliberalismo. As ocupações de empresas, latifúndios, espaços/órgãos públicos, são parte de um método historicamente utilizado pela classe trabalhadora no movimento dialético de resistência e ofensiva ao capital. Os conselhos operários podem ser embriões adormecidos nas contradições entre capital e trabalho dentro das fábricas. Geralmente são atos de radicalização de greves impulsionadas pela insatisfação da classe trabalhadora com suas condições de trabalho e vida.

3) O contexto da situação de precarização da classe trabalhadora do Brasil nos anos 1990 e a atual ofensiva do capital coloca limites para a generalização das ocupações de fábricas. Isto se demonstrou no próprio caso da Flaskô em que sua luta, assim como de outras fábricas, muitas das vezes assumem um caráter mais defensivo diante a ofensiva do capital na figura do Estado (na cobrança das dívidas, nas tentativas de leilão das máquinas, na criminalização de lideranças, etc.). Constantemente existem ataques de outros agentes externos como a mídia e os antigos proprietários.

4) Mas os ataques também exigem uma resistência que até o momento teve êxitos. Em grande medida isso se dá pela capacidade de articulação política dos trabalhadores da Flaskô com movimentos sociais, sindicatos, partido e associações de bairro. Em tempos de fragmentação, a experiência da Flaskô nos remete a caminhos em que se pode articular a unidade em prol da classe trabalhadora.

5) Os conselhos operários são mais um princípio organizativo do que uma forma organizacional revolucionária acabada. São experiências de poder alternativas ao regime despótico capitalista. Quando os operários da Flaskô assumem a fábrica para organizar o trabalho logo encontram problemas novos e espinhosos. O primeiro deles está vinculado a inevitável condição de se relacionar com o mercado capitalista e a capacidade de resistir aos critérios de produtividade do modo de produção capitalista mediadas pelo mercado. Um segundo obstáculo está ligado à utilização de tecnologias alicerçadas sobre determinações sociais capitalistas. Aponta também para obstáculos relacionados à subjetividade dos trabalhadores que habituados com a lógica do capital demonstram dificuldades em criar uma “nova cultura” do trabalho. Mesmo assim existem elementos que nos permitem observar a superação parcial da alienação do trabalho, só não avançam, pois ainda estão submetidas à ao modo de produção capitalista.

6) Só há possibilidade da superação do trabalho alienado e da revolução social que destrua o sistema capitalista, por uma mudança estrutural e global do capital. O verdadeiro alvo da transformação emancipatória é a completa erradicação do capital como modo de controle totalizante do próprio sociometabolismo reprodutivo, e não simplesmente o deslocamento dos capitalistas da condição historicamente específica de personificações do capital. Para tanto, existe uma necessidade envolvendo não somente a expropriação dos meios de produção e sua socialização como também profundas mudanças na forma da propriedade privada, na divisão social do trabalho hierarquizada, na reestruturação profunda das técnicas, na derrubada do Estado. A superação do trabalho alienado e a emancipação proletária significa a gestação de novas formas organizacionais, tal como os conselhos operários, bem como uma nova mentalidade, uma consciência de classe desenvolvida e bem distinta da mentalidade burguesa. O processo revolucionário depende simultaneamente do desenvolvimento da consciência de classe que se reconhece e da organização da produção material da vida sob um controle social coletivizado.

7) A defesa da estatização das fábricas é um importante elemento tático na luta política de derrubada da ordem sociometabólica do capital, uma vez que essa bandeira levanta contradições do Estado mínimo e sua relação de guardião do modo de produção capitalista e da propriedade privada. A luta pela estatização é a luta pela transformação da empresa em bem público, possuindo uma natureza em alguma medida contraditória a propriedade privada. Na medida em que a luta pela transformação da fábrica em propriedade pública avança, ela esbarra nos interesses das classes dominantes organizadas no Estado. Desenvolve-se a ideia de que a luta pela estatização (que inclusive pressionam para novas concepções de Direito) avança, mais se verifica que o que se estabelece na lei vigente é contrário à justiça.

8) Conclui-se que não podemos fazer uma distinção dicotomizada em pensar se as experiências de ocupações de fábricas por trabalhadores são alternativas históricas ao modo

de produção capitalista ou apenas parte de uma estratégia de sobrevivência frente a um quadro de crise do capital. Trata-se de uma dualidade contida nas experiências de controle operário que estão relacionadas com as formas sociais históricas de seu tempo.

9) O tema do controle operário é atual tanto quando se pensa no tema do socialismo e do combate ao reformismo na tarefa de tomada do poder pela classe operaria. Devemos aprofundar na análise das perspectivas políticas e ideológicas que sustentam diferentes matizes sobre a ideia de controle dos trabalhadores sobre os meios de produção. Isto se revelou na constatação entre projetos diferentes em disputa daqueles que de um lado defendem o cooperativismo utilizando-se do termo autogestão e daqueles que defendem as ocupações de fábrica sua estatização e o controle operário. Existem concepções que transitam na desvinculação da luta de classes e da superação do trabalho alienado, enquanto outras o seu contrário. Em tempos onde o capital demonstra seu potencial destrutivo acenando para o caminho da barbárie ou destruição torna-se necessário o acúmulo de reflexões que visem uma teoria da transição do capital para que nós possamos compreender as características gerais encontradas na pluralidade das formas de luta, além de apresentar contribuições para as futuras formas organizativas.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Giovani. Reestruturação produtiva e crise do Sindicalismo no Brasil. 1998. 418f. Tese (Doutorado em Sociologia) – IFCH, UNICAMP, Campinas, 1998.

\_\_\_\_\_. *O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

ALVES, L. C. R. . A Emancipação Humana na “A questão judaica” de Marx. *COMPOSIÇÃO - Revista de Ciências Sociais Universidade Federal de Mato Grosso do Sul*, v. 4, p. 4-13, 2009.

ANTUNES, Ricardo . *Adeus ao trabalho?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo, SP, Campinas, SP: Editora Cortez, Editora da Unicamp, 7 ed., 2000.

\_\_\_\_\_. *O Continente do Labor*. São Paulo: Boitempo, 2011.

\_\_\_\_\_. *Os sentidos do trabalho. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2000.

BERNARDO, João. *Um duplo desafio*. Universidade e Sociedade, Brasília, ano 15, n 37, mar. 2006.

BOGO, A. (org). *Teoria da organização política I*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

BOITO JUNIOR, A. A comuna dos trabalhadores. *Revista Espaço Acadêmico*, n. 02, Maringá, 2001. Disponível em <[http://www.espacoacademico.com.br/002/02col\\_boito.htm](http://www.espacoacademico.com.br/002/02col_boito.htm)>. Acesso em: 20 set. 2012.

\_\_\_\_\_. A burguesia no governo Lula. *Crítica Marxista*, São Paulo, n.21, p.52-76, 2005.

BRASIL. Lei n. 5.764 de 16 de dezembro de 1971. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. Brasília, DF, 1971.

CANO, W. ; SILVA, A. Política Industrial do Governo Lula. Os anos lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010. Rio de Janeiro: Gramond, 2010, v. , p. 181-208.

CARTA DE AGRADECIMENTO DOS TRABALHADORES DA FLASKÔ AOS APOIADORES NA NEGOCIAÇÃO FEITA COM A CPFL. Sumaré, 17 jan. 2007. Disponível em: <[http://flasko.blogspot.com/2007\\_01\\_01\\_archive.html](http://flasko.blogspot.com/2007_01_01_archive.html)>. Acesso em: 31 abr. 2011.

CHAUVEL, Louis. Classes e gerações: a insuficiência das hipóteses da teoria do fim das classes sociais. *Crítica Marxista*, São Paulo, n.15, São Paulo, p.57-70, 2002.

CODATO, Adriano ; LEITE, Fernando Baptista . Classe social. In: Heloisa Buarque de Almeida; José Szwako. (Org.). *Diferenças, igualdade*. São Paulo - SP: Berlendis & Vertecchia, 2009, p. 7-29.

COGGIOLA, Osvaldo L. A. *O movimento operário nos tempos do Manifesto Comunista*. São Paulo, p. 1-15 set. 2008. Disponível em <<http://www4.pucsp.br/cehal/downloads/textos/ATT00599.pdf>>. Acesso em: 14 jun. 2012.

CONSELHO DE FÁBRICA DA FLASKÔ. *Carta aos trabalhadores de todo o mundo*. Sumaré, 21 jun. 2007. Disponível em: <<http://tiremasmaosdacipla.blogspot.com.br/2007/06/trabalhadores-da-flask-resistem-contra.html>>. Acesso em 14 jul. 2011.

DECLARAÇÃO DO I ENCONTRO LATINO AMERICANO DE EMPRESAS RECUPERADAS PELOS TRABALHADORES, 2005. Disponível em <[http://www.marxismo.org.br/index.php?pg=artigos\\_detalhar&artigo=53](http://www.marxismo.org.br/index.php?pg=artigos_detalhar&artigo=53)>. Acesso em 10 de Agosto de 2012.

DINIZ, B. F. Entrevista com Pedro Santinho: uma história de luta em uma fabrica sob o comando dos trabalhadores. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho* (USP), v. 10, p. 111-120, 2007.

DELMODES, C.; CLAUDINO, L. *Flaskô: Fábrica Ocupada*. Campinas: PUC Campinas, 2009. 162 p.

FESTI, R. C. Zanon. *Fábrica sem patrão: um debate sobre classismo e controle operário na vanguarda operária*. Instituto de Filosofia, Ciências. Unicamp. 2010.

GIANNOTTI, Vito. *Histórias das lutas dos trabalhadores no Brasil*. Rio de Janeiro: Maud X, 2007.

GRAMISCI. *Escritos Políticos (1921-1926)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. São Paulo, Loyola, 1993.

JORNAL ATENÇÃO. Flaskô: avanços na luta pela estatização sob controle operário. Disponível em: <<http://www.fabricasocupadas.org.br/atencao/?p=685>>. Acesso em 13 mar. 2012.

LÊNIN, Vladímir Ilitch *O estado e a revolução*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

\_\_\_\_\_. *Teses de abril*. São Paulo: Acadêmica, 1987.

LUCITA, E. Ocupar, resistir, producir. *Cuadernos del Sur.*, n. 34, ano 18, p. 39-45, maio, 2002.

LUXEMBURGO, R. *A Revolução Russa*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1991. p. 61-98.

\_\_\_\_\_. *Greve de massas, partido e sindicatos*. São Paulo, Kairós, 1979.

\_\_\_\_\_. O que quer a Liga de Spartakus?. In: LOUREIRO, I. *Os dilemas da ação revolucionária*. São Paulo: Editora Unesp, 2004 . p. 291-304.

\_\_\_\_\_. Questões de organização da social-democracia russa. In: *A Revolução Russa*. Petrópolis: Vozes, 1991, p.37-59.

\_\_\_\_\_. *Reforma ou Revolução?* São Paulo: Expressão Popular, 1999.

MALAGUTI, M. L.. *Crítica à Razão Informal*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2001.

MANDL, Alexandre. Entrevista com Alexandre Mandl, sobre o movimento de Fábricas Ocupadas no Brasil. *Diário da Liberdade*, 31 de Julho de 2010. Entrevista concedida a Adital.

MARQUES, Paulo Lisandro Amaral. *Trabalho Emancipado: Empresas recuperadas por trabalhadores: A experiência autogestionária de metalúrgicos gaúchos*. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Porto Alegre, 2006. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/11387/000611592.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 10 out. 2011.

MARX, Karl. Estatutos Gerais da Associação Internacional de Trabalhadores, J. Barata-Moura, E. Chitas, F. Melo e A. Pina (orgs.), Marx e Engels: *Obras Escolhidas em Três Tomos* (tomo II). Lisboa: Edições Avante, 1983.

\_\_\_\_\_. *Guerra civil na França*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

\_\_\_\_\_. Instruções para os Delegados do Conselho Geral Provisório: As Diferentes Questões, J. Barata-Moura, E. Chitas, F. Melo e A. Pina (orgs.), Marx e Engels: *Obras Escolhidas em Três Tomos*. Lisboa: Edições Avante, 1982. Disponível em <<http://www.marxists.org/portugues/marx/1866/08/instrucoes.htm>>. Acesso em: 22 mar. 2012.

\_\_\_\_\_. *O Capital. Crítica da Economia Política*. Livro I, Vol .I. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2004.

\_\_\_\_\_. *O Capital. Crítica da Economia Política*. Livro III, Vol .V. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2004.

\_\_\_\_\_. *Para a questão judaica*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MARX, Karl; ENGELS, F. *O manifesto comunista*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

MATTOS, M. B. Classes sociais e luta de classes: a atualidade de um debate conceitual. *Em Pauta*, Rio De Janeiro, v. 20, p. 33-55, 2007.

MÉSZÁROS, I. *Crise estrutural do capital*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

\_\_\_\_\_. Ideologia e Emancipação. In: *O Poder da Ideologia*. Tradução: Paulo Cezar Castanheira. – São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

\_\_\_\_\_. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

NAPOLEÃO, Fábio. Cipla (Joinville-Brasil): a luta dos trabalhadores contra o desemprego (1990 - 2005). In: 12 *Encuentro de Geografía de America Latina: Caminando en una America Latina en Transformación*, 2009, Montevideo. 12 *Encuentro de Geografía de America Latina: Caminando en una America Latina en Transformación*, 2009. Disponível em [http://egal2009.easyplanners.info/area02/2120\\_Napoleao\\_Fabio.pdf](http://egal2009.easyplanners.info/area02/2120_Napoleao_Fabio.pdf). Acesso em: 21 abr. 2011.

NASCIMENTO, Cláudio. Do “*Beco dos Sapos*” aos *Canaviais de Catende*. (Os “Ciclos longos” das Lutas Autogestionárias). Brasília: SENAES, abril de 2005. Disponível em < [http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/prog\\_becosapos.pdf](http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/prog_becosapos.pdf)>. Acesso em: 13 jan. 2012.

NOVAES, H. T. Quando os patrões destroem máquinas: o debate em torno das forças produtivas em fábricas recuperadas argentinas e uruguaias. *Revista de Ciências Sociais da Unisinos*, São Leopoldo, v. 42, n. 166, jan./jun, 2005.

\_\_\_\_\_. Para além da apropriação dos meios de produção? O processo de Adequação Sócio-Técnica em Fábricas Recuperadas. Dissertação de Mestrado em Geociências. Campinas: Unicamp, 2005b. Disponível em: <<http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000375370>>. Acesso em: 20 jan. 2012.

\_\_\_\_\_. *As Fábricas Recuperadas na América do Sul*. São Paulo: Expressão Popular, 2007 (no prelo).

\_\_\_\_\_. DAGNINO, R. O Fetiche da Tecnologia. *Revista Organizações & Democracia*, Marília, v. 5, n. 2, dez, 2004.

PANIAGO, M, C. S. Os meios que se perderam dos fins: cooperativas fabris e autogestão dos trabalhadores. *Revista Outubro*, n. 17, p. 206-230, 2008.

PANNEKOEK, Anton. *As tarefas dos conselhos operários*. Coimbra: Centelha, 1976. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/pannekoe/index.htm>. Acesso em: 05 jan. 2012

\_\_\_\_\_. *Conselhos operários*. Coimbra: Centelha, 1975. Disponível em <http://www.marxists.org/portugues/pannekoe/index.htm>, Acesso em: 27 jan. 2012.

POCHMANN, M. *O emprego na globalização*. São Paulo: Boitempo, 2001.

PRATA, Gracielli. A ocupação da fábricas como forma de luta histórica. *Revista do CEMOP*. Sumaré, n. 1, p. 65-81, mai., 2011.

RASLAN, F. O. Resistindo com classe: o caso da ocupação da Flaskô. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, 2007.

REED, JOHN. As Comissões Internas de Fábricas. In: *A Estrutura do Sistema Soviético*. s/d. Disponível em: < <http://prod.midiaindependente.org/pt/blue//2004/01/271728.shtml>>. Acesso em: 07 jul. 2012.

SANTOS, A. M. . Processo de Trabalho Capitalista e a Dinâmica das Fábricas Recuperadas. *ESAC - UNISINOS - Economia Solidária e Ação Cooperativa*, v. 1, p. 77-89, 2007.

SECCO, L. Cooperativas e Conselhos Operários. *Lutas Sociais* (PUCSP), São Paulo, v. 9/10, p. 169-178, 2003.

SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária. *Atlas da economia solidária no Brasil*. Brasília: TEM, Senaes, 2006.

SINGER, Paul. *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Perseu Abramo, 2002. p. 4.

\_\_\_\_\_. Mercado e Cooperação: um caminho para o socialismo. In: HADDAD, F. (Org.). *Desorganizando o consenso: nove entrevistas com intelectuais à esquerda*. Petrópolis: Vozes, 1998.

SOARES, Sheila Aparecida Rodrigues. Organização e espontaneidade : a autonomia das massas no pensamento dialético de Rosa Luxemburg. 2009. 209 fl. Dissertação (Mestrado em Ciência Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2009.

SOUZA, G. M. ; NUNES, T. F. . O processo de ocupação/recuperação de fábricas ocupadas na América Latina. *Revista HISTEDBR* [On-line], v. 01, p. 285-292, 2009. Disponível em <[www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/.../art18\\_33esp.pdf](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/.../art18_33esp.pdf)>. Acesso em: 13 jul. 2012.

STAVENHAGEN, R. Estratificação social e estrutura de classes. In: *Estrutura de classes e estratificação social*. Rio de Janeiro, Zahar, 1973. p. 133-70.

TADOKORO, Ricardo Takayuki. Cidadão de papelão: precariedade e informalidade entre os catadores de materiais recicláveis. 2010. 67f. Monografia - Faculdade de Artes Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2010.

THOMPSON, E. P. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

TROTSKY, Leon. *A História da Revolução Russa*, 1930. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/trotsky/1930/historia/index.htm>.. Acesso em: 19 out. 2012.

VERAGO, J. L. Fábricas ocupadas e controle operário: Brasil e Argentina (2002-2010). 2010. 220 fl. Tese (Doutorado em Integração da América Latina) – USP, São Paulo, 2010.

\_\_\_\_\_. O Controle Operário na Revolução Russa. In: *Simpósio 90 anos da Revolução Russa*, 2007, São Paulo. 90 anos da Revolução Russa, 2007.

VIANA, Nildo. A Revolução Russa de 1905 e os Conselhos Operários. *Em Debate* (UFSC. Online), v. 4, p. 42-58, 2010.

WELLEN, Henrique André R. Contribuição à crítica da 'economia solidária'. *Revista Katalysis*, v. 11, p. 105-115, 2008

# ANEXOS

**Anexo 1** - Cronologia: A luta dos trabalhadores das Fábricas Ocupadas – Brasil. Fonte:  
www.fabricasocupadas.org.br

**2002**

- Janeiro – trabalhadores da Cipla em Joinville-SC realizam paralisação de 24 h contra os atrasos constantes no pagamento dos salários e do décimo terceiro. Não houve apoio do sindicato dos plásticos da cidade e 140 funcionários, sobretudo as lideranças da greve, foram demitidos. A situação na fábrica é cada vez pior.
- 24 de outubro – Inicia **greve de 8 dias** na Cipla e na Interfibra, contra a vontade do sindicato que ao fim decide apoiar. As reivindicações eram o pagamento imediato dos salários atrasados e direitos não pagos. O empresário Luis Batschauer tenta coibir a greve com ameaças, mas sem sucesso, aceita reunião com o comitê de greve e o sindicato, mediada pela delegacia regional do trabalho e o ministério público do trabalho.
- 31 de outubro – Batschauer nega condições para pagar os trabalhadores e acorda que *“o comando administrativo e operacional da Cipla e da Interfibra passa para as mãos dos trabalhadores”*. Imediatamente os **trabalhadores ocupam a Cipla e a Interfibra**, retomam a produção e assumem o controle das empresas, ainda sem instrumento legal para tanto. Luis Batschauer insiste em continuar ocupando sua sala na empresa, mas meses depois é expulso e proibido de voltar.
- Novembro – Assembléias na Cipla e na Interfibra elegem comissões de transição para organizar auditoria financeira nas empresas. Comissões de trabalhadores conseguem procuração judicial para administrar as empresas. Convocam sindicatos, associações, partidos, representantes do poder público para compor um **“Comitê em Defesa do Emprego, do Salário e dos Direitos Trabalhistas em dia”**. Inicia a Campanha de coleta de assinaturas pela **“Estatização para salvar 1000 empregos”**.
- 20 de dezembro – Oficial de Justiça acompanhado de policiais vão a Cipla para retirada de um molde de propriedade da Volvo sueca. Na liminar, a Volvo explicava o motivo: *“Os operários literalmente tomaram o poder”*. Trabalhadores bloqueiam os portões com carretas e se negam a entregar o molde. Após acamparem na fábrica durante a noite e conseguirem um prazo para solucionar o impasse a Volvo aceita pagar indenização de R\$500 mil pelo molde. Este dinheiro será fundamental para a compra de matéria-prima.

**2003**

- Fevereiro – Após três meses de transição onde a situação das empresas foi levantada, um Conselho Administrativo Unificado é eleito em assembléias na Cipla (14 representantes) e na Interfibra (6 representantes).
- 11 de junho – **I Caravana a Brasília** com 350 trabalhadores. São entregues 70.000 assinaturas pela estatização da Cipla/Interfibra/Flasko cuja bandeira agora, com a soma da Flasko, passa a ser *“Estatização para salvar 1070 empregos”*. Lula responde que *“a estatização não está no cardápio”*, mas promete uma solução que nunca cumpriu.
- Junho – Representantes do Ministério do Trabalho fazem uma primeira visita a Cipla e concluem que uma cooperativa deveria ser formada, mas que seria necessário comprar máquinas novas e demitir metade dos trabalhadores. A assembléia dos trabalhadores rechaça a proposta e qualquer outra que não garanta todos os empregos e direitos.
- 12 de junho – **Flasko em Sumaré/SP é ocupada** pelos trabalhadores com apoio dos trabalhadores da Cipla e Interfibra.
- 27 de setembro – **Pré-Conferência regional** em Defesa do Emprego, dos Direitos, da Reforma Agrária e do Parque Fabril Brasileiro, na Flasko, Sumaré – SP.
- 03 a 5 de outubro – **I Conferência Nacional** em Defesa do Emprego, dos Direitos, da Reforma Agrária e do Parque Fabril Brasileiro.
- 09 de dezembro – Em Itapevi/SP, os **trabalhadores ocupam Flakepet**, após longo período sem receber salários, férias e outros direitos trabalhistas.

- 12 de dezembro – Participação na Conferencia Continental de Trabalhadores contra a ALCA, em São Paulo.
- Durante este ano programa-se a redução da jornada na Cipla e Interfibra de 44 para 40h semanais, sem redução dos salários.

#### 2004

- Janeiro – Segue ocupação na Flakepet, campanha para fundo financeiro para ajudar seus trabalhadores e por uma audiência com BNDES.
- 03 de abril – Reintegração de posse na Flakepet. Trabalhadores são impedidos de entrar, acampam na porta da fábrica.
- 06 de abril – Em Joinville, **trabalhadores da Profiplast ocupam a fábrica**, apoiados pelas comissões da Cipla/Interfibra/Flasko/Flakepet.
- 05 de maio – Delegação de oito trabalhadores foi recebida em Brasília pelo Ministro do Trabalho Ricardo Berzoini para exigir a volta dos trabalhadores para a Flakepet. Nada é feito pelo governo.
- 21 de junho – **II Caravana a Brasília**. Governo reafirma promessa de solução para as fabricas ocupadas e para os trabalhadores da Flakepet, mas nada encaminha.
- 24 de julho - **II Conferência Nacional** em Defesa do Emprego, dos Direitos, da Reforma Agrária e do Parque Fabril Brasileiro, na sede nacional da CUT em São Paulo.
- 27 de agosto – Delegação de trabalhadores da Flakepet vai ao BNDES, no Rio de Janeiro. Em reunião com trabalhadores, o BNDES confirma que o patrão não pagou a dívida de 17 milhões com o banco.
- 13 de setembro – Trabalhadores da Flakepet e fábricas ocupadas reocupam a fábrica em Itapevi, mas em 5 dias ocorre nova reintegração de posse. Antes disso, conseguem expulsar patrões e receber delegação do BNDES. O BNDES após esta visita vai empurrar com a barriga sem nunca dar uma solução aos trabalhadores, mesmo sabendo das fraudes patronais.
- 04 de novembro – Trabalhadores da Profiplast paralisam a produção e impedem entrada da polícia contra tentativa de reintegração de posse pedida pela Companhia Brasileira de Plásticos e Metais (CBPM).
- 06 de dezembro – Rainold Uessler é nomeado pela Justiça como interventor na Profiplast em lugar da comissão eleita pelos trabalhadores.

#### 2005

- 12 de fevereiro – Ocupação da Vila Operária e Popular no terreno em torno da Flasko.
- 28 de fevereiro – O BNDES, BRDE e BADESC concluíram quanto a Cipla, Interfibra e Flasko: “As empresas são viáveis” e “nossa sugestão é de que, por decisão do Governo, seus créditos sejam transformados em ações que seriam postas como capitalização do BNDES e de um dos agentes de Desenvolvimento Estadual, BRDE ou BADESC”.
- Março – Ações do Governo Federal (INSS e Fazenda Nacional) cobram dívidas antigas através de leilões e penhora de faturamento de até 25% faturamento das empresas. As Ações ameaçam de prisão o fiel depositário Serge Goulart.
- 01 a 17 de maio – Delegação das Fábricas Ocupadas participa da **Marcha Nacional pela Reforma Agrária**, e fazem a **III Caravana a Brasília**.
- 17 de maio – Coordenador dos Conselhos das fábricas Ocupadas é atendido por Lula junto à delegação do MST. São entregues 25 mil assinaturas em defesa das Fábricas e contra a prisão de dirigentes.
- Junho – **Ato na sede do BNDES** no Rio com 40 trabalhadores da Cipla/Interfibra, Flasko e ex-trabalhadores da Flakepet. Pressionam a direção do banco para que apresente uma solução aos 140 trabalhadores da Flakepet que há dois anos seguem em luta para receber os salários e direitos não pagos e para que o banco assumira as empresas já que fez três empréstimos ao proprietário que nunca foram pagos.
- 05 de julho – Negociações para suspensão dos leilões e penhoras, num período de seis meses com a Fazenda Nacional (dívida aproximadamente de 160 milhões de reais).
- 03 de setembro – **Encontro Nacional dos Trabalhadores do Campo e da Cidade** reúne 700 representantes na Quadra dos Bancários em SP.

- 13 de setembro – Ato em Sumaré. Vila Operária quer rede de água, esgoto e energia elétrica
- 27 de outubro – Operários das Fábricas Ocupadas participam, na Venezuela, do **I Encontro Latino-Americano de Empresas Recuperadas**. No final do encontro é assinado acordo entre a Petroquímica da Venezuela (Pequiven) e o Movimento de Fábricas Ocupadas, no qual o governo Chávez se compromete a enviar carregamentos de matéria-prima para a Cipla, Interfibra e Flasko em troca de técnicos destas empresas que pudessem colaborar no projeto Petrocasa. O projeto consiste na construção de fábricas de materiais plásticos para a construção de casas populares. A Cipla possuía tecnologia para a produção de casas de PVC e havia apresentado propostas ao governo brasileiro e ao de Cuba, mas foi na Venezuela que o projeto saiu do papel.
- Novembro – Juiz de Sumaré sentencia que a Mauser, principal máquina da Flasko, deve ser entregue à multinacional Braskem como forma de pagamento de dívida dos proprietários e antigos patrões, entre os anos de 1994 e 96.
- 29 de novembro – Ato no Fórum de Sumaré contra a decisão do Juiz que autorizou a retirada da máquina Mauser pela Braskem. Após campanha de denúncias e solidariedade, além da ameaça dos trabalhadores da Flasko de ocupar a sede administrativa da Braskem em São Paulo, a multinacional aceita a proposta de acordo feita pelos operários de pagar 0,5% do faturamento ao mês em troca de manter a máquina na fábrica.
- 01 de dezembro – Ocupação conjunta com o MTD (Movimento de Trabalhadores Desempregados) de terreno próximo ao Parque Oziel em Campinas na luta pela moradia popular.
- 16 de dezembro – **III Conferência Nacional em Defesa do Emprego, dos Direitos, da Reforma Agrária e do Parque Fabril Brasileiro** acontece em Joinville-SC, na Cipla.
- Ao longo do ano implementa-se a redução da jornada de 44 para 40h semanais na Flasko, sem redução dos salários.

## 2006

- Ao longo deste ano chegam os primeiros carregamentos de matéria-prima para as fábricas ocupadas, enviados pelo governo da Venezuela.
- 18 de julho – **III Caravana a Brasília** reúne 1500 trabalhadores exigindo a estatização das fábricas ocupadas, suspensão de todas as ameaças de retiradas de máquinas e prisões. Ato em defesa do povo da Palestina é realizado em Brasília.
- 19 de agosto – Durante comício de Lula no ABC, trabalhadores da Flasko são agredidos por setor dos metalúrgicos por manter as exigências a Lula.
- Outubro – Trabalhadores da JB da Costa junto ao Sindicato dos Químicos de Pernambuco e fábricas ocupadas denunciam empresa por não pagamento de salários e direitos. Trabalhadores são demitidos, mas sua luta em alguns meses será vitoriosa com sua reincorporação e pagamento do que lhes devia o patrão.
- Outubro – Campanha de adesões contra ameaça de prisão de Serge Goulart, do conselho de fábrica da Cipla. O motivo é que o conselho de fábrica se recusa a pagar dívidas dos patrões que somadas representam 20% do faturamento da empresa.
- 08 de dezembro – **Encontro Pan Americano em Defesa do Emprego, dos Direitos, da Reforma Agrária e do Parque fabril brasileiro**. Realizado na Cipla, fortalece o movimento de fábricas ocupadas reunindo 691 trabalhadores de 12 países. No primeiro dia do encontro aprova-se em assembléia da Cipla e Interfibra a convenção coletiva de redução da jornada de trabalho de 40 para 30 horas semanais, sem redução dos salários.

## 2007

- 29 de janeiro – **Metalúrgica Ellem Metal é ocupada pelos trabalhadores** em Caieras-SP com a ajuda dos trabalhadores da Flasko, mas logo sofre reintegração de posse.

- 22 de fevereiro – reportagem no Estadão onde **Paulo Skaf**, presidente da Federação da Indústria do Estado de São Paulo (FIESP) diz: *“A ajuda de Chávez, que apóia esse tipo de ocupação na Venezuela e em outros países da América Latina, desagradada a setores tradicionais da indústria. Para a FIESP, esse tipo de cooperação caracteriza ingerência em assuntos internos brasileiros”*
- Maio – Reunião Ampliada dos Conselhos das Fábricas Ocupadas na Cipla decide organizar Maio Vermelho.
- Maio – semanas antes da intervenção na Cipla, a ABIPLAST (associação patronal da indústria de plástico) escreve no editorial de seu boletim: *“No Brasil, segundo noticiaram recentemente os jornais, o governo venezuelano apóia ocupações de indústrias de plásticos que foram assumidas por operários. Já são três (Cipla, Interfibra e Flasko) as empresas que recebem apoio na forma de compra subsidiada de matéria-prima vinda da Venezuela. É absolutamente inaceitável esse tipo de intromissão de um governo estrangeiro em qualquer empresa brasileira. Cabe aos empresários e também ao governo brasileiro denunciarem, com todas as forças e em todas as instâncias, o quanto absurda e descabida é a interferência de um governo estrangeiro em negócios de empresários brasileiros. Em razão dessas atitudes, é imprescindível que os empresários e a sociedade civil de forma geral, organizem um manifesto de repúdio contundente a esse tipo de prática antes que isso se torne cotidiano e prejudique a democracia. Precisamos resgatar a indignação diante da interferência em nossos interesses, com o risco de sermos coniventes e passivos em demasia com esse nível de intromissão”*.
- 23 de maio – **Maio vermelho:** Trabalhadores marcham com operários da Honda e Sindicato dos Metalúrgicos de Campinas. Trabalhadores das fábricas ocupadas ocupam sedes do INSS em Joinville e em Campina, contra ações judiciais e cobranças de dívidas dos patrões. Em Joinville saem com compromisso assinado pelos representantes do órgão.
- 31 de maio – **Intervenção federal policial na Cipla e Interfibra**, com 150 policiais armados. Nos dias seguintes, com a presença da polícia na fábrica, todos os representantes eleitos do conselho de fábrica da Cipla são demitidos por justa causa. O interventor intimida os trabalhadores colhendo assinaturas dos que estavam “de acordo com a intervenção”. Os que se recusaram a assinar também foram demitidos. Em alguns dias Hugo Chavez se manifesta pela suspensão do acordo com a Cipla se negando a enviar matéria-prima ao interventor.
- 20 de junho – Interventor vai a Sumaré e tenta tomar controle da fábrica demitindo coordenadores do conselho de fábrica.
- 21 de junho – **Interventor é expulso da Flasko** durante ato de solidariedade e concentração de apoiadores na fábrica.
- Junho – Inaugurada a primeira Petrocasa na Venezuela com a presença de trabalhadores da Cipla.
- 13 de julho– Ato de solidariedade internacional na Cipla, pelo fim da intervenção e retorno do Conselho de fábrica. Moções contra a intervenção são enviadas de apoiadores de todo Brasil e diversos países.
- 20 de julho – Audiência pública na ALESP sobre situação e luta das fábricas ocupadas contra a intervenção.
- Julho – coordenador do conselho de fábrica da Flasko sofre ameaça de seqüestro de seus familiares. Campanha de denúncias é iniciada.
- 05 de agosto – Juiz federal de Campinas obriga CPFL a religar a energia. Depois de 40 dias sem energia elétrica e com a produção parada, trabalhadores conquistam o religamento da energia elétrica e voltam ao trabalho. O corte de energia ocorreu após o interventor da Cipla/Interfibra enviar fax a CPFL solicitando o mesmo para sabotar a administração dos trabalhadores.
- 29 de agosto – Revista Veja publica matéria de calúnias contra os trabalhadores da Cipla e representantes do conselho de fábrica que batiza de “O MST das fábricas” e defende a intervenção e o interventor.
- Outubro – Campanha pela readmissão dos trabalhadores da Ellen Metalúrgica e da Comissão de Fábrica eleita.
- 05 a 16 de novembro – Giro de Serge Goulart, principal liderança do movimento de fábricas ocupadas por cidades da Espanha em campanha de solidariedade contra a intervenção na Cipla organizada pela Corrente Marxista Internacional.
- 29 de novembro – Festa na Unicamp de pré-lançamento da Radio Luta na Flasko com várias bandas.
- 15 de dezembro – **Encontro na Flasko pelo fim da Intervenção na Cipla e na Interfibra** e pela reintegração dos trabalhadores demitidos.
- Ao longo deste ano, mais 70 postos de trabalho são gerados na Cipla a partir da redução da jornada de trabalho.

- 18 de fevereiro – Tentativa de ocupação da Ceralit em Campinas, contra seu fechamento. Sindicato dos Químicos de Campinas e região apóia por certo tempo, mas prefere a negociação das indenizações.
- 05 de março – Ato na Câmara de Vereadores em Sumaré contra a ameaça de corte da energia elétrica na Flasko.
- 21 de junho - **Encontro preparatório do Tribunal Popular** para julgar a intervenção na Cipla e Interfibra ocorre na Flasko.
- Junho – Juíza do trabalho de Joinville, Ângela Konrath, em decisão histórica desmoraliza intervenção na Cipla e na Interfibra e **anula as 40 demissões por justa causa** dos representantes do conselho de fábrica eleitos pelos trabalhadores e militantes dizendo “*Além de nula, a despedida por justa causa se deu numa prática discriminatória, em represália à convicção ideológica*”.
- 04 e 05 de julho – **Tribunal Popular** para julgar Intervenção na Cipla/Interfibra ocorre em Joinville/SC.
- 02 de setembro – Ato público com ocupação do saguão no Ministério do Trabalho em São Paulo para abrir negociações com a CPFL após nova ameaça de corte de energia elétrica da Flasko.
- 22 de outubro – Ato dos trabalhadores da Flasko na CPFL de Campinas pela retomada imediata do fornecimento de energia elétrica e das negociações de pagamento.
- 23 de outubro – Ato dos trabalhadores da Flasko no DRT de São Paulo. **A reunião convocada pela Superintendência do Ministério do Trabalho, a pedido dos trabalhadores da Flasko, terminou com o compromisso da CPFL em religar a energia no dia seguinte.**
- 13 de dezembro – **Encontro Operário e Popular** na Flasko.
- Neste ano implementa-se a redução da jornada de 40 para 30h semanais, sem redução dos salários na Flasko.

## 2009

- 10 de março – Audiência com o Ministro do Trabalho Carlos Lupi
- Março – Começa a funcionar a Radio Luta, na Flasko.
- 27 de maio – Audiência Pública na Câmara dos Deputados em Brasília debateu a luta pela estatização das fábricas ocupadas e pelo fim da intervenção na Cipla e Interfibra.
- Junho – **II Encontro Latinoamericano de Empresas Recuperadas** – Caracas, Venezuela.
- 28 de novembro – Na Flasko, **Primeiro Seminário: Trabalhadores em defesa dos empregos, pela (re) estatização e controle operário**, com participação de membros da direção das seguintes entidades: Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos, Sindicato dos Petroleiros do Rio de Janeiro, Sindicato dos Petroleiros do Estado de São Paulo, Sindicato dos Ferroviários de Bauru, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul; MST, CNQ, CUT e CONLUTAS.
- 13 de dezembro – Inicia-se o projeto “**Fábrica de Esportes e Cultura**” na Flasko, com ampliação das atividades no espaço poli-esportivo da fábrica, continuidade das sessões semanais de cinema político, e início das aulas e apresentações de teatro, etc.
- 13 de dezembro – Apresentação para a comunidade do espetáculo “Homem-cavalo e Sociedade Anônima” da Companhia Estável de Teatro de São Paulo, no espaço de esporte e cultura da Flasko.

## 2010

- Janeiro e fevereiro – 5 Atos dos trabalhadores da Flasko no Fórum de Sumaré para evitar arremate de máquinas e equipamentos nos leilões. NOTA: *desde a ocupação da Flasko, já ocorreram cerca de 100 leilões de máquinas e equipamentos a pedido de credores de dívidas do proprietário da fábrica, o antigo patrão. Até esta data, nenhuma máquina ou equipamento foi arrematado, pois em todos os leilões os trabalhadores da fábrica comparecem com apoiadores da luta e apresentam sua bandeira “Se leiloar, não vai levar!”.* Vale lembrar que mesmo a multinacional Braskem não conseguiu retirar a principal máquina da fábrica em 2005 diante da mobilização dos trabalhadores. *Infelizmente, este problema continua e a resistência, muito mais.*

- Fevereiro – Inicia-se **Projeto de Reciclagem** de embalagens coletadas e doadas pela comunidade e escolas públicas de Sumaré para ser convertida em matéria-prima para uso na Flasko.
- 10 de fevereiro – Marcha e ato de **lançamento da Campanha pela conversão da Flasko em utilidade pública para expropriação**. Comitês de coleta de assinaturas se organizam nas casas de moradores da comunidade local.

## **Anexo 2: Manifesto Em Defesa Da Flaskô Sob Controle Dos Trabalhadores**

### **MANIFESTO EM DEFESA DA FLASKÔ SOB CONTROLE DOS TRABALHADORES**

Pela imediata declaração de interesse social da Flaskô, da Vila Operária e da Fábrica de Cultura e Esportes.

Em 12 de junho completam-se oito anos de ocupação e controle operário na fábrica Flaskô. Diante da crise capitalista e a decisão dos patrões de fechar a fábrica os operários e as operárias levantaram a cabeça e organizaram-se para manter a fábrica funcionando na luta em defesa dos empregos. Ocupando a fábrica e tomando seu controle.

Sem o patrão e a partir do controle operário, da democracia operária, foi reduzida a jornada de trabalho para 30 horas semanais, sem redução nos salários.

Sem o patrão, os operários e as operárias em conjunto com famílias da região organizaram a ocupação do terreno da Fábrica e constroem hoje a Vila Operária e Popular com moradia para mais de 560 famílias.

Sem o patrão, os operários e as operárias reativaram um galpão abandonado e iniciaram o projeto “Fábrica de Cultura e Esporte”, com teatro, cinema, judô, futebol, balé e dança. Além de cursos e atividades de formação

Desde o início os operários defenderam a estatização da fábrica sob controle dos trabalhadores diante das dívidas dos patrões com o estado.

Desde o início os operários e operárias se somaram a luta do conjunto da classe trabalhadora. Defendendo a reforma agrária junto com os trabalhadores do campo, defendendo a luta pelas moradias com os operários na cidade, defendendo os direitos e a luta contra os patrões em dezenas e dezenas de fábricas. Defendendo os serviços públicos como saúde e educação junto ao povo e aos trabalhadores do setor público.

Lutaram desde o início pela reestatização das ferrovias junto aos ferroviários, pela reestatização da Vale do Rio Doce e da Embraer, por uma Petrobrás 100% estatal.

Os operários e operárias da Flaskô organizaram, junto ao Movimento das Fábricas Ocupadas em conjunto com os operários da Cipla e Interfibra 8 caravanas a Brasília para exigir a estatização da fábrica.

Os operários e as operárias organizaram conferências, seminários, encontros nacionais e internacionais, além de manifestações por todo o Brasil sempre discutindo com sua classe os caminhos da luta.

Hoje, desenvolvem campanha para que a Prefeitura de Sumaré-SP declare a Fábrica e toda a sua área de Interesse Social, dando um passo no caminho da desapropriação das propriedades do patrão para a sua definitiva estatização sob o controle dos trabalhadores.

Por isso convocamos todas as organizações operárias, estudantis, sindicatos, partidos e organizações políticas, personalidades a ajudarem os trabalhadores da Flaskô a irem até a vitória subscrevendo este manifesto e multiplicando iniciativas de apoio a Declaração de Interesse Social da Flaskô permitindo com isso a regularização de 560 moradias na Vila Operária, permitindo a transformação da Fábrica de Cultura e Esportes num verdadeiro centro cultural e esportivo público, e mais do que tudo isso, estatizando a fábrica, tornando-a pública, sob o controle dos operários que resistem há oito anos com seu suor e luta.

Sumaré, 25 de abril de 2011.

**Anexo 3:** Carta do Conselho de Fábrica da Flaskô aos trabalhadores do mundo.

Aos trabalhadores de todo o mundo,

Os trabalhadores da Flaskô declaram aos trabalhadores de todo o mundo e suas organizações:

1- Não aceitaremos nenhuma intervenção judicial com o objetivo de fechar a Flaskô ou transformá-la em uma cooperativa, demitindo os trabalhadores e acabando com os direitos, como esta sendo feito na Profiplast em Joinville e com ajuda do aparato militar querem fazer na Cipla e na Intefibra.

2- Ocupamos a fábrica há mais de 4 anos e temos com nosso suor e o apoio do movimento operário, democrático e popular de todo o mundo conseguido manter a fábrica aberta. Sempre afirmamos e para isso fizemos 4 Caravanas a Brasília para reivindicar que o Presidente Lula cumpra sua promessa e salvar os empregos nas fábricas ocupadas. E mais do que isso o BRDE/BADESC e BNDES após estudo propõem que o governo assumisse as fábricas. Mas o governo Lula se cala diante de tudo, mais do que isso o Ministro Luis Marinho, ex-presidente da CUT mantém a decisão do INSS de intervir na Cipla.

3- Sabemos que as fábricas ocupadas são a prova viva que os trabalhadores não precisam de parasitas destruindo e pilhando a sociedade, como é prova a lista pública dos milhos de devedores do INSS entre eles o Banco Itaú, o Unibanco e a Vale do Rio Doce. Por isso as declarações do Presidente da FIESP e da ABIPLAST (patronal dos plásticos) contra as fábricas ocupadas e o acordo de cooperação econômica com o governo da Venezuela.

Por tudo isso, afirmamos:

- Manteremos a Flaskô sob o controle democrático dos trabalhadores. Com nosso conselho de fábrica eleitos pelos trabalhadores para dirigir a fábrica e a luta pelos empregos e pelos direitos.

- Não aceitaremos a intervenção!

- Não aceitaremos nenhuma demissão! Nenhum ataque a qualquer dos trabalhadores!

- Um ataque a um é um ataque a todos!

- Retomaremos a produção sob o controle dos trabalhadores e a manteremos!

Por fim, diante da ameaça iminente de qualquer ataque convidamos todos os trabalhadores, suas organizações para virem a Flaskô. Manteremos uma vigília permanente.

Conselho de Fábrica da Flaskô

(19) 9233-1391

[pedro.santinho@uol.com.br](mailto:pedro.santinho@uol.com.br)

**Anexo 4** – Imagem da primeira página do Jornal A voz do Trabalhador nº04, março de 2005.

# A VOZ DO TRABALHADOR

Nº 04  
MARÇO  
DE 2005

FLASKÔ: Fábrica Ocupada e Controlada pelos Trabalhadores na luta pela Estatização; Tel: 19.3864-0200; imprensaflasko@ig.com.br. As terras e as fábricas devem pertencer àqueles que nela vivem e trabalham!

## SÓ A MOBILIZAÇÃO PERMANENTE DOS TRABALHADORES PODE GARANTIR O FIM DOS LEILÕES E A RETIRADA DAS MÁQUINAS!

No dia 03 de março, os trabalhadores da Flaskô realizaram manifestação e passeata em Campinas, encerrando-as com Ato Público na frente do TRT para apresentar a reivindicação: **o Tribunal pode e deve barrar os leilões; que se institua imediatamente um Núcleo Experimental de Conciliação que, reunindo todos os processos, estude uma negociação viável para pagamento das dívidas herdadas do patrão ladrão!** Os trabalhadores entregaram uma carta ao Juiz Laurival da Silva, solicitando que o TRT os ajudasse para barrar os leilões, pois cada leilão ameaça a continuidade da produção da fábrica, ameaça todos os 90 postos de trabalho.

Para os trabalhadores a única forma duradoura de garantir todos os postos de trabalho está nas mãos do presidente Lula: estatizar as fábricas ocupadas. Por isso irão mais uma vez a Brasília para cobrar que Lula faça o que deve ser feito: **estatize as fábricas ocupadas e garanta todos os empregos.**

Mas enquanto se preparam para mais essa batalha ( ver matéria sobre Marcha a Brasília), eles não podem viver sob constante ameaça de ter as máquinas retiradas da fábrica. Por isso decidiram: quem arrematar nos leilões, qualquer máquina, qualquer equipamento, deve saber que os trabalhadores resistirão contra a sua retirada. **"Se arrematar não vai levar", esse é o lema e o recado para os abutres que rondam os leilões.**

O Ato Público, realizado no dia 03, contou com a participação de companheiros sem feio de Sumaré, de representantes do mandato do Vereador Paulo Brifalo (PT Campinas), do DCE da UNICAMP e Sindicato dos Servidores. Os trabalhadores agradecem a solidariedade, mas lamentam a ausência de vários sindicatos, da CUT e do próprio P.T.

## TRT FEZ DE CONTA QUE NÃO VIU... OS TRABALHADORES DA FLASKÔ NÃO AMOLECERAM NA LUTA!

No dia seguinte ao ATO realizado no TRT os trabalhadores receberam uma resposta, que parecia estar até prontinha: *não, o TRT não vai ajudar os trabalhadores da Flaskô, se vierem com a Lei de Falências; aquela que Lula fez para ajudar os patrões e ferrar com os trabalhadores.* Em outras palavras, essa foi a resposta do TRT! Mandou os trabalhadores deixarem a fábrica falir! Pimenta no olho dos outros é refresco!

Mas os trabalhadores não são malucos, sabem que ocuparam a fábrica exatamente para não deixá-la falir!

Como pode o Tribunal, que tem no nome a palavra trabalho, adotar uma postura igual a do patrão que levou a fábrica para o buraco? Não nos parece justa a posição do Tribunal. Por isso os trabalhadores não vão amolecer, continuarão resistindo, cobrando LULA e o Tribunal, defendendo com unhas e dentes suas máquinas, pois elas são a fonte de seu sustento e de suas famílias, por isso já preparam novo **ATO em frente ao TRT, dia 30 de março às 14:30 h. É HORA DE TODO MUNDO SE UNIR AOS TRABALHADORES DA FLASKÔ ! Todos estão convidados: sindicatos, a CUT, os DCEs, os mandatos, o PT e movimento popular.**

Não podemos aceitar que a justiça nesse país seja feita apenas para defender os poderosos. Se todos se unirem, chegará o dia em que os nodreiros cairão! Chamará o dia em que a Justiça

## Anexo 5 – Panfleto do Movimento de Fábricas Ocupadas na defesa da estatização

# CIPLA/INTERFIBRA/FLASKÔ

EMPRESAS SOB O CONTROLE DOS TRABALHADORES

ESTATIZAÇÃO PARA SALVAR 1.070 EMPREGOS

**DESEMPREGO ZERO**

## Estatização versus Cooperativa

### A luta para salvar 1.070 empregos

Das duas maiores indústrias de Joinville (principal cidade do estado de Santa Catarina, Brasil), a Cipla SA e a Interfibra SA, estão hoje sob controle dos trabalhadores, que lutam para salvar os 1.000 postos de trabalho, receber os salários em dia e resgatar as dívidas trabalhistas e previdenciárias. Para isto, em uma Carta à Lula, que já tem mais de 50.000 assinaturas, propõem que o governo assumira as duas empresas. A luta pela estatização já foi reafirmada em várias assembleias dos trabalhadores.

Numa época em que todos os governantes e muitos sindicalistas falam em "economia solidária", a autogestão, ou a cooperativa, é apontada como a solução para salvar os empregos. O problema é que isto não salva emprego e ainda desagrada a luta e a organização dos trabalhadores. Somente a estatização dá uma verdadeira perspectiva para os trabalhadores.

### Por que não aceitamos a cooperativa?

A cooperativa é um acordo entre os trabalhadores, que se apóiam nos meios de produção (máquinas, planta da fábrica, ferramentas, etc) frente à ameaça de fechamento de uma empresa e passam a produzir. Assim, estarão regidos pela lei das cooperativas, que não estabelece vínculos trabalhistas, ou seja, não há encargos sociais e nenhum direito previstos.

Se criarem uma cooperativa, os trabalhadores assumem a responsabilidade pelos passivos da empresa, quaisquer que sejam: bancos, fornecedores, acionistas, etc. Ou seja, os trabalhadores passam a ser sócios-proprietários de uma nova empresa onde os exalçados são eles próprios. As cooperativas mais organizadas, se conseguem sobreviver, chegam a separar parcela dos lucros para pagar bônus como se fossem 13º salário, férias, etc. Mas a questão central é a mesma que põe as empresas em crise no sistema capitalista.

No capitalismo, empresas quebram e desaparecem todos os dias frente à concorrência ou à força dos monopólios das multinacionais. Para evitar a quebra, deve-se abatar o custo da produção ou aumentar a produtividade. Daí os caminhos levam ao famoso "enxugamento". A economia capitalista obriga as empresas a aumentar sempre o investimento em automação, em novas máquinas e ferramentas, a fazer "reengenharia de produção" buscando maior produtividade, etc. Isso provoca a "sobra" de operários e a necessidade de se "enxugar o quadro", através de algum tipo de demissão incentivada.

O resultado desta lógica infernal é que uma parte dos trabalhadores acaba tendo que escolher qual colega será demitido. Logo, formam-se os grupos, as "panelinhas" que se articulam para demitir os outros. Isto inclui a eleição dos dirigentes da cooperativa para preservar os membros do grupo, etc.

### Cooperminas, um exemplo do desastre

Exemplo sempre apresentado pelos organizadores de cooperativas é a Cooperminas, mina de carvão de Cricúma que quando falhou, nos anos 80, tinha 1.400 mineiros. Na verdade a hiberna é outra. O sindicato assumiu a massa falida e ela foi transformada em cooperativa. Somente 900 mineiros permaneceram no trabalho, ou seja, 500 foram "incentivados" a sair. Hoje, a Cooperminas ainda funciona, paga férias e 13º salário para, apenas, 500 mineiros. Seus membros agem como "sócios" ou "acionistas" de uma empresa, se revezando na constituição de grupos para disputarem o controle e assim garantir os empregos e melhores salários.

De fato, não restou muito da consciência de classe que tinham estes antigos mineiros, que nos anos 80 promoveram as primeiras greves gerais de Cricúma. Hoje suas preocupações são em relação às compras e vendas de carvão, aos contratos com outras empresas e ao lobby junto aos governantes. Nas eleições, apóiam os mais variados acordos com partidos burgueses. Desaparece a consciência da diferença entre patrão e movimento operário organizado.

### Autogestão é um beco sem saída

A cooperativa é um dos tipos da chamada Autogestão. Existem outros. Os trabalhadores podem assumir as ações da empresa tomando-se acionistas, proprietários. Em geral, carregando junto o ativo e o passivo (dívidas) da empresa. O operário vira patrão. Pelo menos enquanto durar a luta da empresa por se manter no mercado capitalista, sem esquecer de que todo dia se agrava a situação das empresas na disputa por um mercado controlado e pressionado pelo capital financeiro especulativo.

### Responsáveis pela crise são os governos e os capitalistas

Assim, frente à falência das empresas e à ameaça de desaparecimento dos postos de trabalho, a única perspectiva realista que sobra é o controle operário da produção, abertura dos livros (controle administrativo e financeiro) e a luta pela estatização das empresas. É a única alternativa que permite manter em primeiro plano a luta para salvar TODOS os empregos dos trabalhadores da fábrica, responsabilizando em última instância o capitalismo e seu Estado pela crise.

Numa economia esmagada pelo capital financeiro especulativo não há saída para as empresas cooperativas ou autogestionárias. A disputa pelo mercado, a pressão pela produtividade, pelas "vantagens comparativas", empurram inexoravelmente toda a economia capitalista para o abismo. E a especulação financeira joga aí um papel de acelerador, conduzindo todas as empresas ao ataque maciço para rebalsar o "Custo do Trabalho".

Nenhuma Cooperativa ou Autogestão pode fugir disso. Estas tentativas terminam por transformar os operários em carrascos de si mesmos. E o pior, e mais grave, retiram deles a perspectiva de combate da classe trabalhadora contra a classe capitalista para terminar com toda opressão e exploração sobre a humanidade. As cooperativas ou empresas autogeridas são herdadas pela lógica da economia a buscar mercados, a competir, a combater e destruir as outras fábricas concorrentes, ou seja, destruir postos de trabalho de seus próprios irmãos.

Afastar-se do dia de luta pela estatização é inevitavelmente cair no vale reacionário da autogestão ou cooperativa. Acabar na paralisação mais absoluta. Em nenhum destes casos se pode vencer. A luta pela estatização é a única perspectiva, duríssima, difícil, mas que pode salvar os 1.000 postos de trabalho da Cipla e Interfibra.

**Serge Goulart** Membro do Conselho Unificado dos Trabalhadores da Cipla e Interfibra

## Anexo 6- Boletim Chão de fábrica 24/09/2007 sobre a situação da Flaskô e a CPFL

24/09/2007

Chão de Fábrica

### Em que pé está a negociação com a CPFL?

Os trabalhadores da Flaskô são realmente bastante respeitados quando se trata de lutar. Só de ameaçar ir pra frente da CPFL, conseguimos reabrir as negociações rumo a um acordo dentro de nossas possibilidades.

A campanha imediata de moções pela Internet e de telefonemas também ajudou. A Companhia soube do ato que iríamos fazer e antecipou a reunião de quinta para quarta-feira (19/09).

Eles realmente se assustaram com o que poderia acontecer, afinal, além dos próprios trabalhadores, muitas outras pessoas já estavam confirmadas a se manifestar conosco.

#### Negociação

A CPFL ficou de refazer os cálculos da conta de julho, que visivelmente estava sobrevalorizada e se dispôs a adiar o pagamento das contas de maio,

junho e julho. Resta saber qual será o prazo que vamos conseguir.

Ao que parece, a CPFL pode aceitar a prorrogação de até três meses, ou seja, a gente continuaria a pagar as contas do mês normalmente (incluindo os R\$ 20 mil do acordo anterior) e só pagaria a conta de maio em final de dezembro ou em janeiro de 2008.

Porém, o Conselho Administrativo e de Fábrica - consciente da necessidade de pagamento do 13º salário nesse período - vai tentar esticar o prazo para fevereiro de 2008, ou seja, ganharíamos 4 meses de prazo para separar um pouquinho por dia e



começar a pagar também as contas atrasadas, sem prejudicar os trabalhadores.

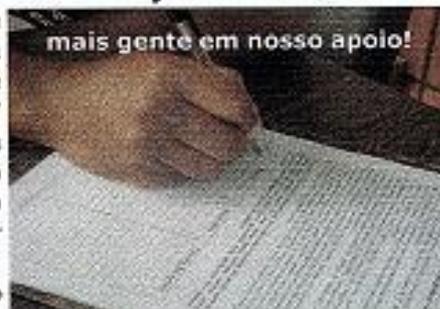
Ao pagar a conta de maio em fevereiro de 2008, começa a se contar mais 3 meses para o pagamento da conta de junho e assim vai até a gente quitar a dívida. Ganhar tempo para sair do sufoco, esse é o objetivo imediato. Continuar na luta até a vitória, até a estatização sob controle dos trabalhadores e o socialismo: esse continua a ser o objetivo final!

### A procuração da Flaskô tem que estar em nosso nome Xô, Piazera!

Só para dar um exemplo de como a arrecadação financeira é importante para nossa luta, é preciso explicar que no dia 17 de outubro haverá uma audiência na Justiça do Trabalho que talvez irá decidir se o Pedro pode ou não ser o procurador da fábrica.

Já imaginou se o Pedro consegue a procuração legal para tocar a Flaskô, ao invés do pilantra do Piazera? Seria muito bom, não é? Porém, para isso temos que lutar, talvez teremos até que fazer uma grande manifestação na frente do Fórum.

Mas, como vamos conseguir levar as pessoas ao ato, sem dinheiro



para alugar um ônibus? Sem dinheiro para arrumar nossa máquina de xerox e fazer um panfleto? Não vai rolar.

Então, vamos dar uma força no bingo e vamos à luta para conseguirmos a procuração da Justiça no lugar do Piazera e do

interventor! Xô, Piazera! Abaixo a intervenção!

#### Abaixo-assinado

Além disso, como suporte para essa luta, queremos entregar para a juíza um abaixo-assinado com milhares de pessoas que nos apoiem. Por isso, ajude também a coletar assinaturas.

Na assembléia dos estudantes da UNICAMP, em que fomos participar, por exemplo, deu para coletar umas 200 assinaturas.

Os trabalhadores que já entregaram uma folha de abaixo-assinado preenchida estão de parabéns! Valeu pela correria! Vamos continuar assim!

## Anexo 7: Carta dos trabalhadores da Fábrica Ocupada Flaskô em resposta à declaração pública de Lula

### **Carta dos trabalhadores da Fábrica Ocupada Flaskô em resposta à declaração pública de Lula**

Em 12/01/2010, o presidente Luis Inácio Lula da Silva, respondeu publicamente em sua coluna semana “O Presidente Lula” uma pergunta da estudante de jornalismo (Camila Delmondes Dias) sobre a luta dos trabalhadores da Fábrica Ocupada Flaskô.

Diante da resposta proferida (que pode ser vista em sua íntegra em [http://64.233.163.132/search?q=cache:2ppXqX48vgJ:imprensa.planalto.gov.br/exec/inf\\_detalhehora.cfm%3Fcod%3D54613+lula+responde+planalto+Flask%C3%B4&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br](http://64.233.163.132/search?q=cache:2ppXqX48vgJ:imprensa.planalto.gov.br/exec/inf_detalhehora.cfm%3Fcod%3D54613+lula+responde+planalto+Flask%C3%B4&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br)) entendemos que é fundamental que a gestão operária da Flaskô responda à Lula e à toda a classe trabalhadora o que foi dito pelo Senhor Presidente. Antes de qualquer coisa, vale a pena salientar que desde 12 de junho de 2003, quando ocupamos a fábrica e retomamos a produção para garantir nossos empregos, aguardamos uma resposta do Presidente. Durante esses quase sete anos não deixamos de lutar para a manutenção da Flaskô aberta sob o controle dos trabalhadores e sempre exigimos isso do governo Federal.

1. Realizamos 7 Caravanas a Brasília para exigir do presidente que defenda o direito ao trabalho dos operários da Flaskô, mas, até então, nada.

2. Estivemos por diversas vezes em nestes anos, especialmente em 2009, com o Ministério do Trabalho (com o próprio Ministro Lupi), com o Ministério da Previdência, com o Ministério da Fazenda, com o BNDES, no Ministério da Casa Civil, no Ministério de Relações Institucionais, na Procuradoria da Fazenda Nacional, na Presidência do INSS, na Secretaria de Economia Solidária (SENAES), mas o pleito dos trabalhadores não foi acatado.

3. Em 2009, realizamos uma audiência na Câmara dos Deputados em Brasília, na qual o Paul Singer (Presidente da SENAES) representando o governo federal, e na presença de diversos parlamentares e de mais de 200 trabalhadores, disse que não saberia o que fazer em relação à Flaskô, mas que o governo se comprometia com a luta dos trabalhadores pelos postos de trabalho.

4. Cada vez que íamos à Brasília, em toda reunião, protocolamos, formalmente, pedidos de ajuda, esclarecimentos, explicações, propostas, etc. Mas nada até hoje foi feito.

5. Com o testemunho de uma delegação de 100 trabalhadores, em 10 de novembro de 2009, protocolamos, outra vez, um ofício requerendo uma reunião com o Presidente Lula a fim de buscarmos uma solução para a Flaskô.

6. Tentamos ser recebidos pela Presidência, e embora tenha sido enviados mais de sete mil cartões postais por trabalhadores de todo o Brasil, no final de 2009, no qual continha o pedido de reunião, novamente não fomos atendidos. Informaram que a responsabilidade sobre o tema seria do Ministério do Trabalho e que buscássemos o referido órgão e que deveríamos conversar com eles. Ou seja, o máximo que o governo federal fez foi passar à responsabilidade ao Ministério do Trabalho (e fizemos isso, como explicamos, inclusive com o apoio da Central Única dos Trabalhadores. Essa resposta protocolar dada em 22 de novembro, por meio de um fax, demonstra que o ofício não havia sido nem lido, pois havíamos dito que há uma semana estivemos em reunião com o Ministério do Trabalho) e à SENAES (que, inclusive esteve com um representante na sede da Flaskô, além da presença na audiência pública mencionada), e que disseram não saber o que fazer, mas que mesmo assim se comprometeriam com alguns encaminhamentos. Enfim, ficaram somente na promessa, voltando à “estaca zero”, com esse “joga para lá e para cá”, deixando os trabalhadores à deriva.

7. Dessa forma, é certo que não tínhamos recebido nenhuma resposta oficial do Presidente, até que fomos surpreendidos com uma resposta pública em sua coluna semana (“O Presidente Responde”), e que circula em mais de 175 jornais do país, além da página de internet do próprio Planalto do Governo.

Pois bem, as palavras do Presidente à respeito dos trabalhadores da Flaskô, que foi amplamente divulgada acabou chegando ao nosso conhecimento, porém não da forma e conteúdo que pedíamos. Vejamos:

A estudante Camila pergunta diretamente ao senhor Presidente se é possível a estatização de fábricas para salvar os empregos, Diz ela “*Há muitos trabalhadores que lutam pela estatização de fábricas que decretaram falência. É o caso dos trabalhadores da Flaskô, de Sumaré/SP. É possível essa conquista em nosso país?*”

Em primeiro lugar é necessário apresentar um breve histórico e factual para iniciar a discussão. Vamos lá:

Ocupamos a Flaskô em 12 de junho de 2003, após assembléia realizada junto com os trabalhadores da Cipla e Interfibra que haviam ocupado a fábrica em outubro de 2002, e voltava de Brasília após reunião no dia anterior com o próprio presidente. O objetivo da ocupação e da reunião realizada era de salvar os nossos empregos, uma vez que há três meses a fábrica estava abandonada pelos patrões, sem funcionamento e com mais de quatro anos sem receber direitos como FGTS e INSS. A conclusão desta reunião foi o compromisso do Presidente em encontrar uma solução que salvasse todos os empregos nas fábricas ocupadas. O presidente afirmou que a estatização não estava “no cardápio”, mas que constituiria uma comissão de ministério para analisar e apresentar uma saída.

Nos mantivemos organizados e produzindo enquanto aguardávamos a resposta de nosso presidente. Reiteradas vezes cobramos respostas oficiais, realizamos Caravanas à Brasília para cobrar a solução e, mais do que isso, iniciamos uma importante experiência que nos levou à conclusão sobre a necessidade de defender todos os empregos e direitos e o parque fabril que continuava sendo atacado. Esperançosos de que nosso presidente operário mudaria o rumo de nossa história de 500 anos de opressão e exploração continuamos a produzir e lutar por nossos empregos.

Em fevereiro de 2005, por meio de audiência com o Ministro Luiz Dulci, foi constituída uma comissão de técnicos do BNDES, BRDE e Badesc para estudar a viabilidade das empresas. O relatório enviado ao Senhor Presidente afirma que *"as empresas são viáveis" e orienta que "seus créditos sejam transformados em ações, que seriam postas como capitalização do BNDES e de um dos agentes de Desenvolvimento Estadual, BRDE ou BADESC"* (trechos do parecer do BNDES).

Colocamos a fábrica em pleno funcionamento, ampliando a produção e o faturamento, retomando centenas de cliente e fornecedores, e, mais do que isso, não só garantimos os empregos como geramos novos postos de trabalho, além de organizarmos a produção de forma a reduzir a jornada de trabalho para 40 horas, num primeiro momento, e, desde abril de 2007, para 30 horas semanais, mostrando que os trabalhadores podem gerir a fábrica melhor dos que os patrões parasitários. Além disso, organizamos um acordo com a Justiça do Trabalho, no qual pagamos 1% do faturamento mensal da fábrica para quitar dívidas trabalhistas deixadas pela gestão patronal, mostrando que apenas os trabalhadores ajudam os trabalhadores, fazendo com que centenas de ex-trabalhadores passaram a receber seus direitos, pois a fábrica continua aberta e o faturamento garante o pagamento de direitos outrora perdidos (Pedido igual – fundamentado no artigo 28 da Lei de Execução Fiscal – fazemos na Fazenda Pública, haja vista que 80% da dívida da Flaskô é com o Estado. Mas, como veremos, não foi acatado até hoje).

No entanto, sofremos mais de 200 ameaças de retirada de máquinas, através de leilões que pretendiam pagar as dívidas deixadas pelos patrões. Em todas as esferas sempre explicamos que os antigos proprietários possuem propriedades capazes de garantir a execução dessas dívidas. Assim, era preciso buscar esses bens e permitir que os trabalhadores da Flaskô tão-somente sigam trabalhando como propõem. Isso pode ser feito por meio da desconstituição da personalidade jurídica e a outorga de poderes para a gestão dos trabalhadores. Entretanto, o governo age ao contrário. Se não bastassem os leilões e a não aceitação do pedido de unificação das execuções fiscais, há mais de 250% do faturamento penhorado à pedido da Fazenda Nacional. Portanto, o que se verifica é que nunca foi adotada nenhuma medida em direção à defesa da manutenção dos postos de trabalho. Atualmente, se não bastasse isso, o próprio governo Lula nos criminaliza ao nos responsabilizar por dívidas da gestão patronal.

Assim, perguntamos, como é possível ler na resposta do presidente que não queremos esquecer *"velha empresa falida"*? Como é possível ler na resposta do Presidente que queremos *"dividir com toda a sociedade os prejuízos da má gestão dos antigos proprietários"*? Não, nossa posição não é essa. Pelo contrário, todos sabem que são as políticas do governo que socializam os prejuízos dos patrões (lembremos das diversas medidas adotadas pelo governo durante a presente crise). Nós sempre afirmamos que as dívidas não pagas são impostos que servem ao nosso povo, à saúde, à educação, à segurança, à habitação. Por isso, defendemos que se busquem a dívida no vasto patrimônio dos antigos donos, como prevê a legislação brasileira.

O que vemos é uma opção do governo, pois o que vimos nesses sete anos foram as tentativas de liquidar as experiências de gestão operária. A mais agressiva delas foi a intervenção da Justiça Federal à pedido do INSS e executada por 150 Policiais Federais fortemente armados, atacando uma gestão dos trabalhadores que lutavam por seus empregos, tratando-nos como bandidos. O que vemos é a opção em continuar nos ameaçando com os leilões e penhoras de faturamento, criminalizando o movimento social e suas lideranças, responsabilizando a gestão dos trabalhadores pelos malefícios causados pela inadimplência da gestão patronal e a ineficiência dos governos em cumprir tão-somente à Constituição Federal. O que pedimos está na lei, mas a opção até hoje foi de adotar a interpretação da lei em favor do capital, privilegiando os antigos patrões em detrimento dos trabalhadores.

Não obstante tais fatos, vale clarificar outro aspecto da resposta do Presidente, ao dizer que: *"os trabalhadores reivindicam a estatização, permanecendo com a velha empresa falida. Para mim, estatizar significa dividir com toda a sociedade os prejuízos da má gestão dos antigos proprietários."* É necessário apontar alguns fatos recentes para clarificar quem quer dividir os prejuízos dos patrões. Vejamos, e façam suas conclusões:

1. Lula autorizou à Caixa Econômica Federal socializar a dívida do grupo Silvio Santos, comprando 49% das ações do Banco Panamericano. Mantendo o controle com os antigos patrões que o administraram durante todos esses anos. Esta estatização é boa? Para quem? Ou, na verdade, trata-se de socializar as perdas?

2. Lula autorizou à Caixa Econômica Federal comprar (por R\$ 4,2 bilhões) 50% do capital social e 49,5% do capital votante do Banco Votorantim, ajudando a salvar a família Votorantim. E mesmo com metade do capital manteve o controle na mão dos patrões. Esta estatização é boa para quem? Ou, mais uma vez, o povo é quem paga o prejuízo privado?

3. Lula autorizou o BNDES emprestar R\$ 5 bilhões à rede Globo, uma das maiores devedoras Brasileira de INSS. Isso não é socializar os prejuízos?

4. Lula autorizou o BNDES comprar por R\$ 2 bilhões 20% de ações da JBS, o maior Frigorífico do Mundo, isto logo o anúncio de diversas demissões. Crédito do povo para os ricos?

5. Alegando equalizar procedimentos de cobrança a partir da criação da Super Receita, o governo revogou um artigo da Lei da Seguridade Social que proibia a apropriação e distribuição de lucros quando a empresa devia ao INSS. Isto não é socializar os prejuízos?

6. Lula sancionou a Lei nº 11.945, em 4 de junho de 2009, que dispensa as empresas de apresentar Certidão Negativa de Débitos (CND) para obter empréstimos e refinanciamentos. Isto é, de apresentar este documento aos Bancos Públicos Federais, pois é certo que os bancos privados não aceitarão colocar seu dinheiro em risco, emprestando dinheiro para patrões caloteiros. Mas os bancos públicos podem emprestar aos caloteiros o dinheiro do povo. Mais uma vez o governo atende aos patrões...

A lista poderia continuar por dezenas de páginas. Ao contrário do que o governo Lula vem demonstrando, nós não queremos que os trabalhadores "paguem a conta" pela crise econômica promovida pelos patrões. Nossas propostas são bem diversas das apresentadas pelo governo.

Dessa forma, não podemos aceitar a resposta proferida por Lula, por ignorar dois aspectos centrais. Por um lado, ignora todo o histórico do Movimento das Fábricas Ocupadas e a resistência dos trabalhadores da Flaskô que durante sete anos exigem soluções do governo, mas que somente recebem respostas negativas e ataques das instituições governamentais. Por outro lado, não podemos deixar de apontar as contradições do governo Lula. Um governo eleito pela classe trabalhadora,

mas que privilegia os patrões, como vimos com alguns exemplos, ao invés de defender os operários, e, em especial, os que lutam contra o desemprego e as “sacanagens” patronais, como os operários da Flaskô.

Vale ainda ressaltar que essa resposta não veio em qualquer momento. No final de novembro de 2009, realizamos um exitoso seminário, com diversas representações, como um verdadeiro instrumento de frente única, e que discutiu a necessidade urgente de salvar o povo brasileiro. Discutimos que a política de isenção fiscal, as bolhas especulativas de créditos que se criam servem apenas para preparar uma catástrofe mais a frente. Uma saída duradoura e verdadeira, segundo os interesses dos trabalhadores é romper com os patrões e dar passos concretos que atendam aos trabalhadores. Por isso, aprovamos as campanhas pela Estatização das Fábricas Ocupadas, Reestatização da Embraer, Reestatização das Ferrovias, Reestatização da Vale do Rio Doce, Estatização 100% da Petrobras e de todo o Pré-Sal, como algumas reivindicações concretas. Esse é o desafio das entidades e organizações da classe trabalhadora, e de um governo que diz ter objetivo em defender os explorados.

Por tudo isso, reafirmamos nossa posição de que somente a estatização sob o controle dos trabalhadores pode garantir a continuidade da atividade industrial e a manutenção duradoura dos postos de trabalho. Entretanto, como temos dito nesses sete anos, e como diz o relatório do próprio BNDES, feito à pedido de Lula, queremos dialogar com o governo e buscar soluções. Todavia, o que vemos é o governo “fala muito e age... muito, mas contra os trabalhadores”, como disse um trabalhador da Flaskô ao ler sua resposta no jornal.

Entendemos que ainda há tempo para salvar a luta dos trabalhadores da Flaskô. Queremos solucionar os problemas. A intransigência foi sempre do governo que nunca nos deu reais perspectivas, além de usar medidas criminosas contra os próprios operários. Queremos dialogar. E, nesse sentido, vale destacar um trecho da resposta dada: “*com a nossa oferta de assistência técnica e de crédito, o caminho estará aberto para a completa recuperação da empresa*”. Há anos que estamos pedindo esse tipo de ajuda. A última vez foi o não recebimento da comissão de trabalhadores pela Presidência da República, apesar dos sete anos de luta e os sete mil cartões postais enviados no final de 2009, onde se pedia a reunião. E, agora, o governo, publicamente, diz isso. Ótimo. Se agora veio a resposta, dizendo que podem prestar assessoria, vamos aplicá-la concretamente. Apliquemos e discutamos essas propostas. **E, por isso, requeremos, novamente, uma reunião com o Presidente Lula.**

Presidente Lula, o Senhor foi eleito pelos trabalhadores. Pare de “falar”, e vamos agir. Somos operários e lutamos pelos nossos empregos. Lutamos pela nossa dignidade e sustento de nossas famílias. Lutamos para demonstrar que uma gestão de trabalhadores é mais benéfica para toda a população, que cumpre uma verdadeira função social. Lutamos por uma sociedade livre e igualitária, e, por isso, contra a lógica patronal. Contamos com a ajuda da assessoria, conforme anunciada pela resposta publicada. Estamos aguardando. Seja coerente e nos atenda.

*Viva a luta dos trabalhadores da Flaskô! Viva a resistência da classe trabalhadora!*

Sumaré, 22 de janeiro de 2010

Pedro Santinho - Coordenador do Conselho de Fábrica da Flaskô  
[www.fabricasocupadas.org.br](http://www.fabricasocupadas.org.br) - [mobilizacaoflasko@blogspot.com](mailto:mobilizacaoflasko@blogspot.com)

**Anexo 8** – Carta aberta da Flaskô de do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto do Brasil no boletim interno Chão de Fábrica, outubro de 2007.



### **Carta aberta aos trabalhadores da Flaskô e do MTST**

Somos da fábrica ocupada Flaskô. Somos trabalhadores e trabalhadoras que há mais de 8 anos lutamos para defender nossos empregos. Para isso ocupamos a fábrica que estava na iminência do fechamento.

Desde então a fábrica segue funcionando e produzindo sob o democrático controle dos trabalhadores. Os patrões deixaram dívidas de mais de 100 milhões de reais, sendo mais de 90% da dívida com o governo federal. Por isso sempre defendemos que o governo estatize a fábrica sob o controle dos operários como forma de manter os empregos e reaver o dinheiro roubado pelos patrões.

Estamos em luta por terra, moradia e trabalho.

Hoje a OCUPAÇÃO DANDARA ESTÁ SE ORGANIZANDO PARA CONTINUAR A LUTA NO GALPÃO DA FLASKÔ.

### **ATO NA QUINTA-FEIRA (27/10) ÀS 8 HORAS: SAÍDA DA FLASKÔ AS 8H**

Convidamos todos para virem apoiar os companheiros e companheiras do MTST, da ocupação DANDARA de Hortolândia, neste ato público.

É fundamental a mais ampla solidariedade, são centenas de pais e mães de família que levantaram suas cabeças e foram à luta por seus direitos.



**Anexo 9** – Proposta do projeto de lei para declaração desapropriação de imóvel industrial em descumprimento com a função social da propriedade.

PROJETO DE LEI – INTERESSE SOCIAL – CLP SENADO

Excelentíssima Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senador Federal,

Assunto: Proposta de Projeto de Lei do Senado federal – Comissão de direitos humanos e legislação participativa

Nós, trabalhadores da fábrica ocupada Flaskô, representados neste ato pela Associação Hermelindo Miquelace, associação sem fins lucrativos (estatuto em anexo – doc. 01), nos termos do artigo 5º, inciso I, do Ato da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, nº 01, de 2006, que “estabelece as regras para o recebimento e tramitação das sugestões legislativas e demais assuntos de competência da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa”, tratando do artigo 102-E, do Regimento Interno do Senado Federal, alterado pela Resolução n. 01 de 2005, no âmbito da competência da referida Comissão, nos termos do artigo 1º deste ato, vem, com o devido respeito, requerer o recebimento da presente proposta de lei, com o fim de efetivar os mais nobres princípios da Constituição Federal e do Estado Democrático de Direito, como forma de alcançar uma sociedade mais justa, livre, igualitária e solidária.

Brasília, DF, 22 de novembro de 2011

\_\_\_\_\_  
Associação Hermelindo Miquelace

Pedro Alem Santinho

Proposta de Projeto de Lei do Senado federal

Comissão de direitos humanos e legislação participativa

Acrescenta inciso ao art. 2º da Lei n. 4132, de 10 de setembro de 1962, que define os casos de desapropriação por interesse social e dispõe sobre sua aplicação, para prever a hipótese de desapropriação de imóvel industrial em descumprimento com a função social da propriedade.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º – O art. 2º da Lei 4.132, de 10 de setembro de 1962, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso:

IX – O aproveitamento produtivo de empresas abandonadas ou falidas que passaram a ser geridas por seus funcionários, sob qualquer modalidade de autogestão.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Brasília/DF, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2011

Justificação:

A Lei nº 4.132/1962 que define os casos de desapropriação por interesse social é um instrumento essencial para casos de desapropriação de imóveis rurais ou urbanos para fins de moradia ou reforma agrária.

No entanto, a referida lei aborda outros elementos para fundamentar as hipóteses de desapropriação por interesse social que precisam ser regulamentados para ter eficácia.

Verifica-se que o artigo 2º inciso I da referida lei, ao definir as hipóteses de interesse social, trata da situação de “aproveitamento de todo bem improdutivo ou explorado sem correspondência com as necessidades de habitação, trabalho e consumo dos centros de população a que deve ou passa suprir por seu destino econômico” (grifo nosso). Todavia, o §1º do mesmo inciso parece limitar a hipótese para imóveis rurais.

Em que pese a relevante preocupação da Lei em aproveitar bem improdutivo ou explorado sem a correspondência com as necessidades de trabalho, não contemplou a situação em que o valor social do trabalho seja prejudicado também no âmbito urbano. Assim, a referida lei não compreende a relevante situação em que empresas passam a ser geridas por seus funcionários, seja quando há um abandono patronal do empreendimento, seja em situação de falência em que os trabalhadores passam a administrar a empresa. Tais experiências, surgidas especialmente a partir de 1988, precisam ser compreendidas sob a base do texto constitucional.

No Brasil é significativo o número de empresas que passaram a ser geridas por seus funcionários, a maioria delas, em forma de cooperativa. No último “Atlas da Economia Solidária”, realizado em 2007 pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), apontou-se a existência de 21.859 experiências de empreendimentos autogestionários. O MTE, em especial pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) tem acompanhado o desenvolvimento destas experiências, mapeando suas necessidades e dificuldades, além do próprio BNDES que tem cumprido um importante papel de apoio. Entretanto, quando assumem a administração das empresas, com o fim de manter a atividade industrial, e, conseqüentemente, seus postos de trabalho, garantindo sua dignidade e sobrevivência, os trabalhadores encontram inúmeras dificuldades, dentre elas, a regularização da propriedade.

Desta feita, uma situação como esta, de grande importância na dinâmica real da sociedade brasileira, precisa de atualização. A responsabilidade pelo fechamento de um estabelecimento industrial não é dos trabalhadores. O Estado não pode, assim, se eximir de atuar nas possibilidades de evitar o destino do desemprego.

Nesse sentido, a sociedade, representada pelo Estado, deve atentar para o valor social do trabalho garantido pela Constituição de 1988, e não pode criar obstáculos à garantia da busca ao pleno emprego. A Constituição brasileira vigente inseriu os direitos dos trabalhadores num capítulo específico denominado “Dos Direitos Sociais”. A constitucionalização da matéria, portanto, foi muito importante para conferir ao direito do trabalho natureza de caráter público. Isso implica dizer que não poderá haver afronta a tal direito, nos parâmetros elencados, principalmente, nos artigos 6º e 7º, da Carta Magna.

Da mesma forma, o texto constitucional define os casos de intervenção do Estado na economia no artigo 170, fundados na valorização do trabalho humano, seguindo os princípios da função social da propriedade (inciso III) e na busca do pleno emprego (inciso VIII). Ademais, ao tratar da propriedade, a mesma somente é entendida como um direito a partir dos fundamentos da função social da propriedade, dispostos no artigo 186, ressaltando que o inciso III, trata da necessidade em estar em consonância com as relações de trabalho.

Toda sociedade, depende, para seu desenvolvimento, do trabalho humano. Ademais, não há como conceituar o ser humano, do ponto de vista social, sem atrelá-lo ao trabalho, pois é condição ínsita à sua própria natureza. O trabalho, assim, é direito fundamental da pessoa humana, alicerce para a dignidade, princípio máximo do Estado Democrático de Direito. Portanto, o interesse social se perfaz na manutenção dos postos de trabalho, a função social da propriedade (e da empresa), garantindo a manutenção da atividade industrial pelos próprios trabalhadores.

22 de novembro de 2011

Trabalhadores da Fábrica Ocupada Flaskô\*

\*Representados neste ato pela Associação Hermelindo Miquelace, associação sem fins lucrativos (estatuto em anexo – doc. 01), nos termos do artigo 5º, inciso I, do Ato da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, nº 01, de 2006, que “estabelece as regras para o recebimento e tramitação das sugestões legislativas e demais assuntos de competência da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa”, tratando do artigo 102-E, do Regimento Interno do Senado Federal, alterado pela Resolução n. 01 de 2005, no âmbito da competência da referida Comissão, nos termos do artigo 1º deste ato.

Legislação básica de referência:

Constituição Federal:

Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

I – soberania nacional;

II – propriedade privada;

III – função social da propriedade;

IV – livre concorrência;

V – defesa do consumidor;

VI – defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

VII – redução das desigualdades regionais e sociais;

VIII – busca do pleno emprego;

IX – tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 6, de 1995)

Parágrafo único. É assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, independentemente de autorização de órgãos públicos, salvo nos casos previstos em lei.

Art. 182 – A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.

§ 1º – O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.

§ 2º – A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor.

§ 3º – As desapropriações de imóveis urbanos serão feitas com prévia e justa indenização em dinheiro.

§ 4º – É facultado ao Poder Público municipal, mediante lei específica para área incluída no plano diretor, exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento, sob pena, sucessivamente, de:

I – parcelamento ou edificação compulsórios;

II – imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo;

III – desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais.

Art. 186. A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos:

I – aproveitamento racional e adequado;

II – utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;

III – observância das disposições que regulam as relações de trabalho;

IV – exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.

## 2. Lei 4.132/1962:

Art. 1º A desapropriação por interesse social será decretada para promover a justa distribuição da propriedade ou condicionar o seu uso ao bem estar social, na forma do art. 147 da Constituição Federal.

Art. 2º Considera-se de interesse social:

I – o aproveitamento de todo bem improdutivo ou explorado sem correspondência com as necessidades de habitação, trabalho e consumo dos centros de população a que deve ou possa suprir por seu destino econômico;

II – a instalação ou a intensificação das culturas nas áreas em cuja exploração não se obedeça o plano de zoneamento agrícola, VETADO;

III – o estabelecimento e a manutenção de colônias ou cooperativas de povoamento e trabalho agrícola;

IV – a manutenção de posseiros em terrenos urbanos onde, com a tolerância expressa ou tácita do proprietário, tenham construído sua habitação, formando núcleos residenciais de mais de 10 (dez) famílias;

V – a construção de casas populares;

VI – as terras e águas suscetíveis de valorização extraordinária, pela conclusão de obras e serviços públicos, notadamente de saneamento, portos, transporte, eletrificação armazenamento de água e irrigação, no caso em que não sejam ditas áreas socialmente aproveitadas;

VII – a proteção do solo e a preservação de cursos e mananciais de água e de reservas florestais.

VIII – a utilização de áreas, locais ou bens que, por suas características, sejam apropriados ao desenvolvimento de atividades turísticas. (Incluído pela Lei nº 6.513, de 20.12.77)

§ 1º O disposto no item I deste artigo só se aplicará nos casos de bens retirados de produção ou tratando-se de imóveis rurais cuja produção, por ineficientemente explorados, seja inferior à média da região, atendidas as condições naturais do seu solo e sua situação em relação aos mercados.

§ 2º As necessidades de habitação, trabalho e consumo serão apuradas anualmente segundo a conjuntura e condições econômicas locais, cabendo o seu estudo e verificação às autoridades encarregadas de velar pelo bem estar e pelo abastecimento das respectivas populações.

## Anexo 10 – Fotos da fábrica ocupada Flaskô











# APÊNDICE

## Apêndice1 – Roteiro de Entrevistas e pesquisa e campo

### 1. Identificação do entrevistado

1.1 Nome:

1.2 Idade:

1.3 Cidade de origem:

1.4 Escolaridade:

1.5 É sindicalizado e/ou pertence a alguma organização política? Qual?

1.6 Cargo ou função na Flaskô:

1.7 Há quanto tempo está na Flaskô?

1.8 Já exerceu alguma outra atividade profissional antes de trabalhar na Flaskô? Se sim, qual ?

1.9 Conte um pouco sobre sua trajetória até chegar a Flaskô?

### 2 Sobre a Fábrica

#### Aspectos econômicos

2.1 Qual o Setor/ Ramo de atividade da fábrica?

2.2 Quantos trabalhadores trabalham atualmente na fábrica? Quantos eram antes dela ser ocupada?

2.3 Qual é o produto produzido pela fábrica?

2.4 Qual é a região geográfica de comercialização da fábrica

A) Regional

B) Estadual

C) Nacional

D) Exportadora

2.5 Quais são os principais clientes da fábrica?

2.6 Qual a principal forma de comercialização? Atacado ou Varejo?

2.7 A Flaskô já desenvolveu parcerias com seus clientes? Se não, a fábrica pretende desenvolver?

2.8 A Flaskô desenvolve economias de rede com outros agentes econômicos autogestionários ou cooperativas? Caso sim, como isso ocorre?

2.9 Houve alguma mudança da relação da fábrica com o mercado após o início da autogestão? Facilidades e dificuldades?

2.10 Como a fábrica resolve problemas de competição no mercado como, por exemplo, a implementação de inovações tecnológicas no setor produtivo.

#### Aspectos políticos

2.11 Como e porque ocorreu a ocupação da fábrica?

2.12 Existe algum incentivo ou ajuda por parte do Estado e/ou de outras esferas do poder público? Como é a relação com os aparelhos institucionais do Estado?

2.13 Qual é a principal reivindicação do movimento?

- 2.14 A Flaskô estabelece algum tipo de articulação política com o sindicato da categoria de trabalhadores da Fábrica? (explorar a relação entre sindicato e fábrica)
- 2.15 A Flaskô estabelece algum tipo de articulação política com outros movimentos sociais e organizações políticas?
- 2.16 Como foi a recepção da população frente à ocupação? Foi de apoio?
- 2.17 Como foi o comportamento da mídia frente ao movimento da ocupação?
- 2.18 Qual são as principais dificuldades da Flaskô?

### **Aspectos organizacionais e participação dos trabalhadores**

- 2.19 O que mudou na Flaskô após a ocupação da fábrica?
- 2.20 Como funciona a organização da fábrica ocupada? Quais são as suas instâncias organizativas?
- 2.21 Caso haja a assembléia como é o seu funcionamento?
- 2.22 Caso haja conselhos como é o seu funcionamento?
- 2.23 Por que a opção pelo conselho de fábrica como forma de organização e direção da fábrica?
- 2.24 Já participou do conselho de fábrica alguma vez? Se não, pretende participar?
- 2.25 Como são resolvidos os problemas da fábrica entre os trabalhadores?
- 2.26 Como funcionam a participação dos trabalhadores na divisão do trabalho dentro da fábrica?
- 2.27 Como funcionam a participação dos trabalhadores nos processos decisórios da fábrica?
- 2.28 O que significa o conceito de participação para você?
- 2.29 Existe uma mudança na sua percepção em relação à fábrica após a sua ocupação?
- 2.30 O que significa a fábrica estar sobre o controle operário, em sua opinião?

### **3 Questões jurídicas**

- 3.1 Qual a atual situação jurídica da Flaskô?
- 3.2 A quem ela hoje pertence?
- 3.3 A empresa já recorreu a crédito? Quando/Onde/Para quê?
- 3.4 Qual são as principais dificuldades da Flaskô?
- 3.5 O empreendimento viveu a situação da retirada de máquinas e/ou equipamentos (constritados) pela justiça?
  - 3.6 E como reagem os juízes, oficiais de justiça, síndicos da massa falida, credores, fornecedores, na situação de ocupação da fábrica?